

NOVA PERSPECTIVA
SISTÊMICA

UMA PARCERIA NOOS, FAMILIAE E INTERFACI

DEZEMBRO DE 2012. ANO XXI

44



DEZEMBRO 2012 - ANO XXI - NÚMERO 44

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Adriano Beiras (Instituto Noos)

EDITORES ASSOCIADOS

Helena Maffei Cruz (Instituto Familiaie)

Marilene Grandesso (Interfacci/NUFAC-PUC-SP)

EDITORAS ANTERIORES

Gladis Brun (1991/1996)

Rosana Rapizo (1997/2005)

SUPERVISÃO EDITORIAL

Instituto Noos

PRODUTOR EXECUTIVO

Carlos Eduardo Zuma

PRODUÇÃO EDITORIAL

Anna Carla Ferreira

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Amanda Simões

DIAGRAMAÇÃO

Ilustrarte Design e Produção Editorial

CONSELHO EDITORIAL

Azair Vicente/Instituto Familiaie/Ribeirão Preto

Carla Guanaes Lorenzi/USP/SP

Eloisa Vidal Rosas/RJ

Emerson F. Rasesa/UFU/MG

Harlene Anderson/Taos Institute/EUA

Jorge Bergallo/Instituto Noos/RJ

Marcelo Pakman/EUA

Rosa Maria S. Macedo/PUC/SP

Sallyann Roth/Family Institute of Cambridge/EUA

Saul Fuks/Fundación Moiru/Argentina

As opiniões emitidas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

NOVA PERSPECTIVA SISTÊMICA é uma publicação quadrimestral do Instituto Noos, do Instituto Familiaie e do Interfacci com distribuição dirigida. Registro: INPI 816634556

Acesse o nosso site: www.revistanps.com.br

A revista Nova Perspectiva Sistemica está indexada pelo Clase e pelo Latindex e tem conceito B3 na Qualis.

PARECERISTAS AD HOC

Adriana Bellodi Costa César/Familiae/SP

Aimorá Losso Laus Veras

Azair Vicente/Familiae/SP

Carla Guanaes Lorenzi/USP/SP

Cecília Cruz Villares/UNIFESP/SP

Celia Passos/ISA-ADRS/RJ

Cibele Motta/UFSC

Emerson F. Rasesa/UFU/MG

Leonora Corsini/UFRJ/RJ

Liana Fortunato Costa/UnB/DF

Mariana Gonçalves Boeckel/Faccat/RS

Marianne Ramos Feijó/PUC-SP/Cogeae/

FAMERP/FTSA

Marisa Lopes da Rocha/UERJ/RJ

Maristela Moraes/Instituto Papai/PE

Miriam Schenker/Uerj/RJ

Mônica Corrêa Meyer/ATF/RJ

Murilo dos Santos Moscheta/UEM/PR

Neyde Bittencourt de Araújo/Familiae/SP

Rafael Diehl/UFPE/PE

Regina Jardim/PUC-Rio/RJ

Renata Orlandi/UFFS

Rita Flores Müller/Margens/UFSC

Roberta de Alencar Rodrigues

Rosa Maria S. Macedo/PUC-SP/SP

Roseli Righetti/Instituto Familiaie/SP

Solange Diuana/ATF/RJ



Instituto Noos

Rua Álvares Borgerth, 27 • Botafogo
Rio de Janeiro • RJ • Tel.: (21) 2197-1500
www.noos.org.br • editora@noos.org.br



Instituto Familiaie

Rua Agisse, 56 • Parque das Bandeiras
São Paulo • SP • Tel./Fax: (11) 3037-7652
www.familiae.com.br • familiae@familiae.com.br



Interfacci

Avenida Rouxinol, 55 • conjunto 1111
Moema • São Paulo • SP
www.interfacci.com.br

- 5 **EDITORIAL**
Adriano Beiras
- 9 **PERFORMANCE E IDENTIDADE: APONTAMENTOS PARA UMA APRECIÇÃO ESTÉTICO-RELACIONAL DO DESENVOLVIMENTO**
PERFORMANCE AND IDENTITY: NOTES FOR AN AESTHETIC-RELACIONAL APPRAISAL OF DEVELOPMENT
Murilo dos Santos Moscheta
- 21 **GÊNERO, CULTURA E REDE SOCIAL: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DESIGUALDADE DE GÊNERO POR MEIO DA LINGUAGEM**
GENDER, CULTURE AND SOCIAL NET: THE SOCIAL CONSTRUCTION OF GENDER INEQUALITY BY THE LANGUAGE.
Marianne Feijó e Rosa Macedo
- 35 **O PROCESSO DE TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL E A VIOLÊNCIA NO CASAL**
THE PROCESS OF INTERGENERATIONAL TRANSMISSION AND MARITAL VIOLENCE
Natalia Pinheiro Scantamburlo, Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré e Maria Aparecida Crepaldi
- 49 **COM LICENÇA, POSSO ENTRAR?**
EXCUSE-ME, CAN I COME IN?
Paula Ayub
- 61 **PIPA DA VIDA: PRÁTICAS NARRATIVAS CONECTANDO OS JOVENS PARA A VIDA**
THE KITE OF LIFE: PRACTICES NARRATIVES CONNECTING YOUNG TO LIFE
Marisol Lurdes de Andrade Seidl e Gislaine Oliveira Baptista
- 71 **MEDIAÇÃO PARA IDOSOS EM SITUAÇÃO DE RISCO: TRABALHO REALIZADO NO MINISTÉRIO PÚBLICO**
MEDIATION IN ELDERLY PATIENTS AT RISK: WORK DONE IN PUBLIC PROSECUTION
Alessandra Negrão Elias Martins, Maria Gabriela Mantaut Leifert e Mônica Lodder de Oliveira Pereira
- 81 **FAMÍLIA MONOPARENTAL MASCULINA: O COTIDIANO E SUAS VICISSITUDES**
SINGLE PARENT MALE FAMILY: THE EVERYDAY AND ITS VICISSITUDES
Juliana Ried e Andréia Chagas Pereira
- 94 **Ecos • A ESCUTA DO TERAPEUTA**
Eloisa Elena C. Carneiro
- 96 **Família e Comunidade em Foco • ENTREVISTA COM DIVINA DOS SANTOS**
Helena Maffei Cruz
- 100 **Conversando com a mídia • “E O PALHAÇO, O QUE É?”**
Marie Ubirayara Kichise Pedra, Marina Lima Duarte Moreira e Roberta dos Reis Góes
- 103 **O QUE MAIS VOCÊ DESEJA?**
Eliana Maria Moreira
- 105 **Estante de Livros • MAPAS DA PRÁTICA NARRATIVA**
Marilene Grandesso

É com alegria que fechamos o ano com muitos avanços, aprendizados e crescimentos. Aceitamos grandes desafios, que nos cobram continuidade e nos dão ânimo para seguir. E claro, agradecemos imensamente a você, leitor ou leitora, que faz a revista acontecer e que é o foco de nosso olhar, da construção conjunta de uma revista especializada, no contexto nacional, em construcionismo social, nas práticas sistêmicas, comunitárias e de terapia de família e de casal.

A edição 44 finaliza o ano com interessantes reflexões teórico-críticas e profissionais, relatos de experiência e pesquisa. Os três primeiros artigos desta edição contemplam reflexões teóricas e críticas em diferentes temas. Para começar, temos o artigo de Murilo dos Santos Moscheta intitulado *Performance e Identidade: apontamentos para uma apreciação estético-relacional do desenvolvimento*. Escrito a partir de articulações com as experiências do autor, como pessoa, terapeuta e professor, e referenciais poéticos e teóricos, busca promover uma apreciação ético-estética da vida em seu curso, desenvolvendo o tema da identidade e das teorias de desenvolvimento, e o caráter performático da identidade. Visa trazer à discussão um viés estético do desenvolvimento, onde se articulam noções de criação, de processo e também de improvisação.

O segundo texto desta edição, *Gênero, cultura e rede social: a construção social da desigualdade de gênero por meio da linguagem*, escrito por Marianne Feijó e Rosa Macedo, é um convite à **reflexão sobre a linguagem como um mecanismo de manutenção** das desigualdades de gênero. As autoras apontam, portanto, a possibilidade de mudança de padrões relacionais desiguais, atentas a questões culturais e da mídia. Dirigem a reflexão ao trabalho clínico com família e casais. É um tema necessário e pertinente para nossas práticas clínicas e desafios contemporâneos.

Na sequência, temos o texto *O processo de transmissão intergeracional e a violência no casal*, escrito por Natalia Scantamburlo, Carmen Moré e Maria Aparecida Crepaldi. Trata-se de uma revisão teórica que discute e problematiza o reconhecimento do processo da transmissão intergeracional da violência e os modelos explicativos da violência no casal heterossexual, alertando sobre os efeitos de uma leitura linear, determinista, dicotomizada ou fragmentada em uma problemática de grande complexidade.

Nosso segundo bloco de artigos contempla variadas experiências práticas na clínica, no âmbito privado e institucional. Primeiramente apresentamos o texto de Paula Ayub, *Com licença, posso entrar?*, no qual a autora busca realizar uma reflexão teórico-prática sobre atendimentos domiciliares a pessoas com dificuldades no de-

envolvimento e na aquisição de linguagem verbal, tomando por base práticas colaborativas. O segundo texto, *Pipa da vida: práticas narrativas conectando os jovens para a vida*, de Marisol Lurdes de Andrade Seidl, relata a experiência de ações em psicologia comunitária com um grupo de adolescentes em situação de risco social, por meio de práticas narrativas. A intervenção é realizada a partir da metodologia “Pipa da vida”. A experiência produz uma reconexão desses adolescentes com suas famílias de origem, produzindo o fortalecimento de alianças intergeracionais.

Finalizando este bloco de experiências práticas, apresentamos o artigo *Mediação para idosos em situação de risco: trabalho realizado no ministério público*, escrito por Alessandra Martins, Maria Gabriela Leifert e Mônica Pereira. As autoras apresentam uma experiência inovadora desenvolvida no Ministério Público de São Paulo: um projeto de mediação transformativa para famílias de idosos em situações de risco. Como resultado, depois de um ano de trabalho no projeto, perceberam a mudança relacional dos familiares, o fortalecimento de laços e a capacitação na resolução de diferenças.

Por último, apresentamos um texto de pesquisa empírica de estudo de caso, intitulado *Família monoparental masculina: o cotidiano e suas vicissitudes*, escrito por Juliana Ried e Andréia Pereira. As autoras trazem reflexões sobre configurações familiares na contemporaneidade por meio de um estudo de caso de uma família monoparental masculina no sul do Brasil, dando visibilidade à experiência destes sujeitos, suas vivências cotidianas e particularidades.

A seção **Ecós** foi escrita por Eloisa Elena C. Carneiro, que revisita dois artigos de nossa edição anterior, o primeiro sobre um programa de assistência familiar em um hospital-dia psiquiátrico e o segundo sobre supervisão de equipes em centros de referência de assistência social. Por meio da leitura desses textos, ela produziu reflexões sobre a escuta do terapeuta e sobre encontros de saberes, que nos convidam a uma releitura desses escritos e avançam no diálogo que propõem ao leitor e à leitora.

Na seção **Família e comunidade em foco**, nossa coeditora, Helena Maffei Cruz, realiza uma entrevista com a psicóloga Divina dos Santos sobre o premiado projeto chamado “Encontro de Gerações”, realizado em Caraguatatuba, São Paulo. Este projeto consiste em trocas de correspondências entre crianças e idosos, que promovem um processo de mudança de atitudes e construção de valores éticos. Essa iniciativa nos chamou a atenção, provocando o desejo de compartilhar esta rica experiência, tão em sintonia com nossas práticas sistêmicas, narrativas e comunitárias e os pressupostos teóricos do construcionismo social com os leitores e leitoras da revista.

Na seção **Conversando com a mídia**, Marie Pedra, Marina Moreira e Roberta Góes nos trazem o filme *O palhaço*, com importantes reflexões sobre a identidade, as raízes familiares e os legados que constituem o que nos tornamos como sujeitos. Um filme que nos conecta à **nossa prática clínica e nos ajuda a compreender a temática**. Em adicional, nesta edição, trazemos também a reflexão de Eliana Maria Moreira sobre a película *O que eu mais desejo?*. É um filme que nos remete ao trabalho com crianças em nossas práticas clínicas. Segundo nos conta Eliana, é uma obra cinematográfica cuja narrativa gira em torno de crianças e sua forma de pensar, de agir e de sentir o mundo. Relata a história de dois irmãos separados após o divórcio dos pais. Ambos os filmes nos desafiam e dialogam com nosso trabalho clínico, promovendo ideias, saberes e experiências.

Por fim, na seção **Estante de livros**, temos a participação de Marilene Grandesso, nossa coeditora, que gentilmente nos traz a resenha de um dos livros mais importantes de Michael White, *Mapas da prática narrativa*, recentemente traduzido para a língua portuguesa. Um livro que sintetiza alguns dos principais ensinamentos do autor. Segundo Grandesso, as principais áreas para o desenvolvimento de práticas narrativas estão descritas minuciosamente, e há relatos sobre a prática clínica do autor.

Assim fechamos o ano, não sem antes agradecer a todas as nossas colaboradoras e colaboradores que, juntos, permitiram a construção de mais um ano de edições de nossa revista, seja através de artigos, seções ou revisões *ad hoc*, ou ainda com ideias, críticas e sugestões que nos ajudaram a avançar, crescer e enfrentar novos desafios. Em nome de toda a equipe editorial, muito obrigado! Boa leitura a todos e todas!

Adriano Beiras

PERFORMANCE E IDENTIDADE: APONTAMENTOS PARA UMA APRECIÇÃO ESTÉTICO-RELACIONAL DO DESENVOLVIMENTO

PERFORMANCE AND IDENTITY: NOTES FOR AN AESTHETIC-RELATIONAL APPRAISAL OF DEVELOPMENT

RESUMO: A Psicologia, enquanto projeto científico que emerge na modernidade, produziu um conjunto de teorias sobre desenvolvimento que valorizaram a ideia de indivíduo e identidade. Neste texto, discuto algumas possibilidades de considerar a identidade a partir da contribuição de autores pós-modernos. Para isso, retomo as contribuições de Lois Holzman que articula a teoria da atividade de Lev Vygotsky e a dialética marxista na construção de um modelo de desenvolvimento que rompe com a noção de um sujeito que evolui a partir e ao redor de uma identidade. A proposta pós-moderna de compreensão do desenvolvimento transgride a separação ciência/arte e assume o caráter performático da identidade. Neste sentido, o texto busca refletir sobre algumas possibilidades de pensar o desenvolvimento por um viés estético, articulando-o com as noções de criação, processo e improvisação.

PALAVRAS-CHAVE: pós-modernidade, identidade, desenvolvimento, performance, psicologia.

ABSTRACT: Psychology, as a modern scientific project, produced a set of theories about development that has exalted the idea of identity and individuals. In this text, I discuss some possibilities to consider identity from a postmodern perspective. In order to do that, I recover Lois Holzman's contribution – as she articulates Lev Vygotsky's activity theory and marxist dialectics – toward the construction of a development model that avoids the notion of an individual subject who evolves from and around an identity. In this direction, this text elaborates some possibilities to consider development in an aesthetic framework articulating it with concepts such as creation, process and improvisation.

KEYWORDS: postmodern, identity, development, performance, psychology.

MURILO DOS SANTOS MOSCHETA

Professor adjunto do departamento de psicologia da Universidade Estadual de Maringá.

Tudo se finge primeiro, germina autêntico é depois.

JOÃO GUIMARÃES ROSA, TUTAMÉIA

Recebido em 30/07/2012.

Aprovado em 28/08/2012.

Afirmar que a vida é um movimento não é nenhuma novidade. Contudo, a obviedade da afirmação não a torna menos fácil de ser esquecida. Se é evidente que a vida se desenrola em um fluxo contínuo, é também verdade que tendemos a falar dela como se fosse estável e estanque. E o modo como falamos não apenas descreve, mas circunscreve determinadas formas de vida. Neste texto, pretendo articular experiências pessoais (como pessoa, terapeuta e professor), referências poéticas e aportes teóricos com o objetivo de contribuir com a construção de uma apreciação ético-estética da vida em seu processo. Parece-me que esta tarefa é necessária em face de certa tendência contemporânea em falar da vida como produto, mercadoria ou aquisição. A meu ver, este modo de tratar a vida como um percurso acumulativo

promove prejuízos, estreita possibilidades e constrói zonas de discriminação e exclusão.

As considerações que apresento aqui são desenvolvimentos de uma conferência que fiz em 2010 para alunos de um curso de psicologia em ocasião das comemorações do dia do psicólogo. Provocativamente, entitulei esta conferência de “psicólogo ou artista?” na tentativa de motivar os alunos a refletirem sobre o equívoco desta distinção e os riscos decorrentes da separação entre ciência e arte. Propus, naquela ocasião, que a identidade profissional de psicólogo era mais que um produto derivado das formalidades de uma formação universitária, e sim, uma composição artesanal, inventiva e incompleta. Convidei-os, portanto, a abraçar o processo de criar as ferramentas profissionais que, ilusoriamente, talvez pensassem que poderiam simplesmente assimilar ao longo do curso universitário. Ao avançar na discussão que iniciei naquela conferência, e ao elaborá-la em texto para esta revista, tentei ampliar o conjunto de meus interlocutores imaginários, considerando que aquilo que escrevo pode ser útil e inspirador para aqueles que já passaram pelo umbral identitário da formação universitária, tais como terapeutas, professores e assistentes sociais. Contudo, reconheço que o estilo e o tom de minha redação ainda ecoam, de modo mais específico, as tensões e angústias bastante comuns aos meus alunos em vésperas de formatura.

Nas articulações que faço a seguir, foram-me especialmente úteis as contribuições de autores construcionistas sociais e, especificamente, de Lois Holzman e Fred Newman. Holzman e Newman têm investido em uma compreensão do desenvolvimento humano que integra aportes da teoria da atividade de Lev Vygotsky, da dialética

de Karl Marx e da filosofia da linguagem de Ludwig Wittgenstein (Holzman, 2009, 1999; Holzman & Mendez, 2003; Goldberg & Newman, 1996). O diálogo com estes autores se deu justamente porque eles se dedicam à exploração daquilo que a psicologia técnica e conceitualmente denominou de “desenvolvimento”, e que eu, no início deste texto, vagamente chamei de “movimento da vida”.

DESENVOLVIMENTO E IDENTIDADE

Afirmo anteriormente que o movimento da vida parece tão evidente quanto nossa facilidade em tratá-la em termos de estabilidade. Gostaria de desenvolver mais esta ideia por meio de uma ilustração. Logo que retornei ao Brasil, após um ano distante, parte de minha rotina consistia em reencontrar pessoas com as quais me importava e que, de alguma forma, participavam de minha vida. Encontrei-me, por exemplo, com uma amiga que me contou sobre seus planos de aposentar-se nos próximos anos. Outra amiga falou-me sobre sua transição para uma nova cidade, na qual ela iniciaria sua carreira como funcionária pública. Há não mais que dois meses, morreu o marido de uma colega que, entre lágrimas, me falava das suas dificuldades em viver o luto. Enlutada estava também minha vizinha, tentando recompor a vida após uma dramática separação. Meu segundo sobrinho havia nascido, no mesmo dia em que o senhor aposentado que passava as tardes na calçada da minha rua havia sido internado em alguma UTI. De um outro hospital, telefonou-me uma amiga que desejava dar-me boas vindas. Ela aguardava o início de sua primeira sessão de quimioterapia para o tratamento do Lúpus recém-descoberto.

Eu revia pessoas queridas ao mesmo tempo em que, novamente, despedia-me delas. Eu estava preparando-me para retornar à cidade que havia deixado havia 11 anos. Para muitos de meus amigos, as razões pessoais e profissionais de minha mudança não soavam convincentes. Para eles, eu não podia deixar a vida “estável” que arduamente havia construído naquela cidade ao longo dos anos. Eu me perguntava, onde é que estava o estável de que eles falavam? Pois para onde quer que olhasse, o que via era a vida em seu movimento de nascer, morrer, trabalhar, mudar de emprego, aposentar, separar, adoecer, chegar e partir. A estabilidade é uma ilusão que nasce da quietude. Logo, a vida vem nos chacoalhar dentro de seus vagões e nos lembrar que o trem não estava parado, estava apenas marchando em trecho sereno. “*A vida é assim*”, diz Guimarães Rosa (2001/1956, p. 244), “*esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem*”.

De modo geral, desenvolvimento é o termo que a psicologia utiliza para descrever as mudanças nas variáveis afetivas, cognitivas, sociais e biológicas relacionadas ao ciclo vital de uma pessoa (Mota, 2005). Trata-se de um campo de investigação dedicado à compreensão dos processos que permitem que as pessoas se tornem quem elas são. Para aqueles preocupados com as funções cognitivas, trata-se de investigar quando e como uma criança desenvolve a capacidade de pensar em termos abstratos, por exemplo. Para os mais interessados em entender as mudanças nas variáveis sociais, trata-se de tentar compreender como estabelecemos as noções de certo, errado e ajustado que pautam nossas relações com os outros. Uma vez que o interesse dos pesquisadores do

desenvolvimento está em acompanhar as mudanças ao longo do ciclo vital, os métodos de estudos longitudinais são os mais utilizados. Como é comum a outras áreas de estudos psicológicos, multiplicam-se as teorias que fundamentam as propostas de compreensão dos diversos autores, variando segundo suas preferências pela discussão dos aspectos histórico-culturais, mentais, comportamentais e inconscientes. Contudo, parece comum às diversas abordagens a tendência em discutir o desenvolvimento a partir de uma divisão fundamental entre interior e exterior, correspondente à divisão inato/adquirido e sujeito/sociedade (Holzman, 1999). E na medida em que estas diferentes abordagens buscam compreender as mudanças ao longo do desenvolvimento em uma linha coerente e evolutiva, é também comum que elas produzam a noção de um sujeito coeso e estável. Estuda-se a mudança para entender o que permanece – investigam-se rupturas para que se estabeleçam relações. Na diversidade destas teorias, sedimenta-se um suposto sujeito. Esse sujeito percorre o tempo da existência – de seu nascimento a sua morte – e de cada crise, fase ou estágio que atravessa retira um saldo que se acumula, um sobre outro, no depósito que chamará de identidade.

Legado da tradição científica moderna, a identidade é um conceito recorrente na psicologia. Muitas teorias psicológicas compartilham o pressuposto de que o desenvolvimento organiza e é organizado ao redor de uma identidade que progride na medida em que o indivíduo avança em uma certa direção. Em geral, essa direção é única e delimita também uma única identidade. Desde o Iluminismo, a ideia de identidade coincide com a noção de indivíduo, como entidade independente, racional e consciente. Nesta

concepção de identidade, pressupõe-se um núcleo interior que se modifica ao longo do desenvolvimento, mas que também permanece **idêntico** em alguns aspectos (de onde deriva-se a palavra identidade).

A partir das considerações da sociologia, a noção de sujeito conforme delimitada pelo Iluminismo foi reconsiderada, passando a incluir o caráter relacional da identidade (Hall, 2006). Diferente do sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico é constituído na interação com a sociedade, no fluxo de trocas entre o mundo interno e externo. Embora diferente, a concepção de sujeito sociológico mantém tanto a divisão entre interno e externo enquanto campos distintos quanto a noção de singularidade identitária, presentes na concepção iluminista. Estas duas divisões seriam desafiadas na pós-modernidade.

O sujeito pós-moderno é, para Hall (2006), aquele que não tem uma identidade essencial ou permanente. É o sujeito que participa de diferentes sistemas culturais e que assume, em cada um deles, contornos identitários diversos em conformidade com as formas como é representado e interpretado nesses diferentes contextos. A identidade é **histórica** (em oposição à biológica), **transitória** (em oposição à estável e acumulativa), **contextual** (em oposição à individual) e **contraditória** (em oposição à coerente e unificada). Paradoxalmente, o que identifica o sujeito pós-moderno é justamente sua impossibilidade de identificação a partir de categorias estáveis, essenciais e universais.

A mudança no modo como entendemos desenvolvimento e identidade tem sido analisada como uma decorrência dos avanços tecnológicos do último século. Para Gergen (1991), as inovações tecnológicas que surgiram no século

XX ampliaram imensamente nossas possibilidades de contatos sociais. As redes sociais se expandiram a ponto de saturação. O sujeito contemporâneo se conecta imediatamente com aqueles que vivem a seu redor e imediatamente com outras pessoas que podem estar em qualquer lugar do mundo. Televisão, internet, telefone e outras formas de comunicação transpuseram o isolamento geográfico e colocaram em contato pessoas e culturas que nunca antes haviam se aproximado. Ao mesmo tempo em que eu escrevo estas linhas em meu computador portátil, por exemplo, noto que meu programa de e-mail acusa o recebimento de mais uma mensagem (provavelmente de um amigo que mora a 600km de distância). Quando terminar este parágrafo, posso checar as atualizações que meus amigos “postaram” na rede social virtual na qual participamos, contando o que acontece em Nova York, Amsterdam, Nepal, Nigéria, Uganda, Suíça etc. No fim do dia, quando desligar o computador e for correr no parque, poderei ainda manter-me conectado por meio do meu telefone celular que a cada 15 minutos vibra com a chegada de mais uma mensagem. É essa imersão em um universo de constante interlocução que desafiará não apenas o isolamento geográfico que outrora circunscreveu condições de pertencimento local, mas também a possibilidade de definição de uma identidade (um eu, ou um self) descolada das tramas sociais que a atravessam.

O conceito de identidade pode ser então formulado como uma conquista discursiva, ou seja, a noção de que nossa história se dá com uma certa linearidade decorre da produção de uma narrativa que empresta à vida uma dada organização. Ao narrarmos nossa resposta à pergunta “quem sou eu?”, produzimos um enredo que obedece a

regras de temporalidade e causalidade. Editamos aquilo que não combina com a história: somem os becos, os atalhos, as ruas sem-saída, as hesitações, as vagueações em círculos... Fica apenas uma história passada a limpo. E é desta história editada que derivamos a ilusão de uma única personagem. Na pós-modernidade, a identidade pode ser vista como personagem.

Assim, a metáfora utilizada para falar de identidade na pós-modernidade tem sido emprestada do campo das artes cênicas. Não há neste uso, contudo, o tom moralizante que costumeiramente acompanha a ideia de uma personagem, como se por trás da máscara da representação, se escondesse o autêntico autor e ator. Como detalharei a seguir, o sujeito coincide, e não antecede a performance de sua personagem. E é apenas esta performance que ele/ela terá para chamar de eu. Na pós-modernidade, as metáforas do teatro têm inspirado algumas formulações no campo da psicologia que abrem a possibilidade de refletirmos sobre desenvolvimento e identidade enquanto arte.

IDENTIDADE COMO PERFORMANCE

O campo das artes cênicas (e das artes em geral) parece ter assumido, muito antes da psicologia, os desafios propostos pela pós-modernidade. A distinção entre arte e ciência operada na modernidade outorgou à primeira liberdades que o rigor cartesiano restringiu à segunda. De acordo com esta separação, é tarefa da ciência empenhar-se em produzir descrições verdadeiras da realidade, enquanto as artes devem produzir representações esteticamente interessantes da vida (Law, 2004). Se o valor de um poema, por exemplo, está na maneira como o au-

tor joga com construções linguísticas para produzir beleza na reativação da polissemia das palavras, a importância do texto científico está na capacidade de o cientista usar as palavras para produzir um relato coerente e preciso acerca daquilo que investiga. Por isso, antes que os psicólogos se dessem conta, a partir da crítica pós-moderna, da impossibilidade do “conhece-te a ti mesmo” ensimesmado, os artistas já reconheciam (e produziam a partir daí) a fragmentação e transitoriedade da identidade. Artistas ficaram menos preocupados com a veracidade de sua produção do que os psicólogos com a exatidão de suas teorias. Artistas assumiram, portanto, a tarefa de **construir** experiências humanas, enquanto psicólogos ainda buscavam **explicá-las** de modo inequívoco e supostamente “verdadeiro”.

Neste sentido, pode-se dizer que, para o teatro, a pessoa do ator tem menos importância que a construção performática de sua personagem. Para a psicologia, contudo, o sentido parece ser inverso: ainda procura-se a pessoa real que se esconde por trás de suas máscaras, a identidade individual que se constrói no interior de um sujeito singular, do verdadeiro self, do autêntico e saudável eu.

É na pós-modernidade que a separação arte/ciência começa a ser desfeita. O trabalho de Lois Holzman, Fred Newman e demais pesquisadores que compõem o East Side Institute em Nova York toma o teatro como modelo para sua teoria de desenvolvimento psicológico. Fundamentada na teoria da atividade de Lev Vigosky, Holzman define desenvolvimento como o processo de tornarmo-nos o que somos, por meio da performance daquilo que ainda não somos (Holzman, 2009).

Para aqueles que não estão familiarizados com a proposta teórica de

Vygotsky, vale a pena apresentar uma ilustração. Como o bebê aprende a falar? O bebê balbucia alguns sons. Os adultos ao redor completam o sentido daqueles sons: “você quer água!” “é o cachorro!” “a mamãe”. Objetivamente, o bebê não está falando nada. Ele não conhece nem domina os signos que compõem a linguagem. No entanto, os adultos se relacionam com ele “como se” fosse um ser falante. Neste sentido, o bebê é um “ator” que faz a performance da fala – fala que ele desconhece. Os adultos (atores co-adjuvantes segundo esta metáfora) completam e dão suporte à performance do bebê. Quando escutamos o bebê dizer: *ããe, ããe*, dizemos: “Ah, você quer a mamãe!” Não conheço ninguém que diga: “Vou ficar aqui olhando para você até que aprenda a dizer corretamente o que quer!” Neste sentido, os adultos não se relacionam apenas com aquilo que o bebê é, eles incluem aquilo que o bebê está se tornando. Por meio de sua desajeitada performance de um ser-falante, o bebê torna-se um ser-falante. Ele não aprende a falar primeiro para depois começar a falar. Ele se torna o que é, por meio da performance daquilo que ainda não é. A este campo relacional de desenvolvimento Vygotsky chamou de Zona de Desenvolvimento Proximal.

Embora diretamente ligada à proposta teórica de Vygotsky, a teoria de Holzman e Newman avança sobretudo na aproximação da psicologia com a arte. Para Holzman, sua proposta não oferece um novo paradigma para se entender o desenvolvimento, tal qual parece ser a apropriação mais comum daqueles que estudam a obra de Vygotsky, mas assume que a teoria da atividade cria um método radical, que prescinde de um paradigma. Como afirma a autora:

É uma nova ontologia que pode acabar com a necessidade de paradigmas. Esta posição radical contra o paradigmatismo (e epistemologia, explicação e conhecimento) tem sido nosso foco de interesse, na medida em que queremos que outros se interessem pela criação de novas “formas de olhar” sintetizadas em “novas maneiras de ser” (Holzman, 2009, p. 3).

Holzman critica o mentalismo e o privilégio da cognição presente na formulação de um paradigma. Para ela, ao construir um paradigma, estamos criando uma articulação conceitual que informaria nosso entendimento do mundo. Neste sentido, paradigmas são ferramentas utilizadas para um determinado resultado. Para Holzman, a teoria da atividade oferece um modelo dialético segundo o qual a ferramenta e seu resultado são criados juntos. Nas atividades que os bebês desenvolvem conjuntamente com seus cuidadores, o processo de aprendizagem e o produto da aprendizagem são criados ao mesmo tempo. Não se trata de uma aplicação de um método para a obtenção de um resultado, mas da criação do método e seu resultado conjuntamente.

É neste sentido que a performance ganhará destaque como unidade de criação/compreensão que nos auxiliaria a superar diversos dualismos impregnados nas teorias psicológicas: biologia/cultura, comportamento/consciência, pensamento/fala, aprendizado/desenvolvimento, indivíduo/sociedade. Holzman reconhece que a discussão sobre as possibilidades de superação de dualismos tem estado presente no trabalho de vários pesquisadores e psicólogos que se inspiram em Vygotsky. Contudo, a separação entre emoção e cognição tem sido um campo relativamente negligenciado.

No campo da prática psicoterapêutica, é provável que muitos terapeutas

desconheçam as possibilidades de articulação da teoria de Vygotsky com a psicoterapia, com exceção daqueles que por alguma razão conhecem o trabalho de John Shotter ou Michael White. As propostas psicoterapêuticas seguem privilegiando ora o comportamento, ora os conflitos inconscientes, ora a modificação de condutas, ora a introspecção. O dualismo que cria unidades de análise (ou tratamento) distintas promove a separação entre produto e processo e, assim, operam de modo alienante. É dessa forma que as proposições de Marx serão retomadas por Holzman e Newman em seu sentido revolucionário (Holzman, 1999)*. Para eles, uma psicologia e uma psicoterapia informada pela teoria da atividade teria como objetivo auxiliar as pessoas a se relacionarem consigo e com o mundo de modo desalienado e, portanto, transformador. A mudança “de-si” não se daria sem a mudança das condições sociais, históricas e relacionais nas quais alguém vive. Desenvolver-se emocionalmente e criar o ambiente para novas emoções são a mesma tarefa (Camargo-Borges, 2011). Na metáfora de Vygotsky, a ferramenta e seu resultado são dialeticamente criados ao mesmo tempo. Como descreve Holzman:

Vygotsky entendeu o desenvolvimento humano como dialético, contínuo e permanentemente emergente a partir da atividade coletiva definida historicamente. Na linguagem contemporânea, nós, os humanos, criamos nosso desenvolvimento; ele não acontece para nós. A evidência? Nossa capacidade para a dialética: da infância à velhice nós somos “quem-somos” e ao mesmo tempo “quem-não-somos” (2006, pp. 7-8).

Assim, ao invés de conceber o desenvolvimento como um percurso

linear que define estágios pelos quais um indivíduo deve passar (como, por exemplo, na teoria de Piaget ou mesmo no delineamento dos estágios de desenvolvimento psicosssexual de Freud), Vygotsky permitirá conceituá-lo como o movimento de criar zonas relacionais nas quais “somos” e “nos tornamos”. Ao invés de pensar em estágios **do** desenvolvimento, passamos a pensar em estágios **para** o desenvolvimento.

Identidade passa a ser o conjunto das performances que sustentamos na vida. Não existe aqui nenhuma sobredeterminação, seja da contingência adaptativa do comportamento, das predisposições biológicas ou das forças inconscientes. Retomando a ilustração que apresentei anteriormente, posso dizer que o espanto de alguns de meus amigos diante de minha decisão de mudar de cidade era fruto da percepção de que esta mudança não se encaixava na narrativa linear que eu construía com eles sobre minha vida até então. Era uma ruptura em relação àquilo que eu era naquele conjunto de relações. Contudo, a mudança que eu promovia sustentava-se em um conjunto de outras relações e era uma tentativa de criar um contexto no qual eu pudesse, justamente, tornar-me alguém que eu ainda não era. Enquanto meus amigos se relacionavam com o que eu era e deixaria de ser, eu procurava criar as condições para ser um outro.

A IDENTIDADE COMO PERFORMANCE E SUAS POSSIBILIDADES

A descrição da identidade como um conjunto de performances enseja uma abertura para possibilidades e para esperança. É um convite a nos relacionarmos conosco e com os ou-

* Para uma introdução mais detalhada sobre as proposições de Lois Holzman e Fred Newman no campo das psicoterapias, o leitor pode recorrer ao texto *Terapia Social: Desenvolvimento Humano e Mudança Social*, de Camargo-Borges (2011).

tros de modo dialético e revolucionário. Note-se que, muitas vezes, tendemos a nos relacionar com as pessoas, com nossas escolhas, com a vida como se **fossem**, e esquecemos de incluir a percepção daquilo que estão **se tornando**. E aquilo que estamos nos tornando é, muitas vezes, o aspecto mais importante daquilo que somos. Em um relacionamento, por exemplo, as pessoas dizem: meu marido é, minha mulher é, eu sou... Definimos o outro e a nós mesmos, excluindo aquilo que estamos nos tornando. Que possibilidades se abrem para nós quando nos perguntamos: quem estamos nos tornando nessa relação? Ou como eu posso responder a meu companheiro de modo a participar daquilo que ele está se tornando?

Retomando minha experiência como professor, recordo que, às vésperas da formatura, meus alunos se apresentavam nas supervisões de estágio com alto nível de angústia. Eles se perguntavam e se debatiam com a escolha de que tipo de psicólogo eles seriam. E eles falavam como se houvesse um cardápio a partir do qual eles pudessem escolher. Para aqueles que desejavam exercer a psicologia clínica, a escolha era bem estreita: seguiriam uma perspectiva psicanalítica ou comportamental, pois eram estes dois campos que a faculdade lhes permitia conhecer por meio dos estágios profissionalizantes. Este era o estreito horizonte de suas possíveis escolhas. Muito estreito. Lembro-me de responder a eles que a escolha que fizessem seria um ponto de partida, não de chegada. Meus alunos sofriam porque entendiam que a abordagem que escolhessem determinaria o tipo de terapia que eles seriam. Pensavam que esta escolha determinava um caminho que deveriam percorrer, sem erros, até chegarem ao seu destino: o terapeuta

ideal. Mais importante que a escolha que fizessem, era a forma como se relacionavam com ela. A escolha de uma abordagem terapêutica – e talvez toda as escolhas que fazemos – é um ponto de partida e não um destino programado. Escolhemos de onde começamos (e estamos sempre no começo, até mesmo quando chegamos ao fim), mas não podemos prever onde chegaremos. Decidimos para onde vamos e chegamos, geralmente, em algum outro lugar.

Na expressão poética de Cecília Meireles, a vida é um desenho:

Tens os teus olhos, o teu pulso, a tua memória.

Construirás os labirintos impermanentes que sucessivamente habitarás.

Todos os dias estarás refazendo o teu desenho.

Não te fatigues logo. Tens trabalho para toda a vida.

E nem para o teu sepulcro terás a medida certa (2002, pp. 45).

O perigo de nos relacionarmos com as escolhas como se fossem pontos de chegada, e não de partida, é deixarmos de nos ver como autores da história que estamos construindo e perdermos a perspectiva criativa. Na “lógica da chegada”, as escolhas ganham um caráter definitivo. Viram produtos na prateleira da existência. O tempo e o percurso do eu-atual até o eu-desejado fica encurtado e ignorado. Quando o destino passa a valer mais que o trajeto, a viagem perde a graça – ela é apenas tempo e espaço que nos separa de nosso desejo. Todo horizonte fica reduzido a este grão de sonho.

Isto que chamo da “lógica da chegada” ou “lógica da partida” pode ser descrito como a diferença entre produto e processo. A limitação que vejo nas teorias que definem identidade como algo

único, razoavelmente estável e linear, é fazer a identidade parecer um produto. Na leitura de Holzman (2009, 1999; Holzman & Mendez, 2003), quando perdemos a dimensão do processo e nos relacionamos apenas na dimensão dos produtos, estamos alienados.

Processo, produto e alienação são termos usados por Karl Marx em sua análise da formação da sociedade moderna capitalista. O trabalhador alienado é aquele que não se reconhece naquilo que produz, porque não mais participa de todo o processo de produção. Ele aperta parafusos em uma linha de montagem, mas não participa da confecção de um televisor (por exemplo). Ele não sabe fazer um televisor – ninguém no chão da fábrica o sabe. Ele aperta parafusos o dia todo em troca de um salário que, no fim do mês, quem sabe, vai permitir que ele **compre** um televisor. O homem alienado é o homem consumidor.

A descrição marxista da alienação tem inspirado muitos teóricos, dentre eles o próprio Vygotsky, Holzman e Bauman. Em sua leitura da contemporaneidade, Bauman apresenta-nos a ideia de modernidade líquida, caracterizada pela dissolução e fluidez das tradições e valores universais. O modo de vida dessa nova sociedade é marcado pela instabilidade dos laços afetivos, pela procura intensa de prazer e satisfação imediatos, pela supervalorização do consumo e pela transformação do consumidor em mercadoria (Bauman, 2001, 2008). A alienação é necessária para a manutenção do alto consumo que sustenta o capitalismo contemporâneo. Ela se constrói a partir da crença no indivíduo (seus desejos e seus direitos de ter seus desejos satisfeitos) e na possibilidade de satisfação instantânea. Ela é a marca distintiva de um “*contexto que nos impulsiona a desejar cada vez mais, gozar e gozar e gozar (...)*

consumir, consumir e consumir... e sumir” (Beiras, 2008, p. 66). Ela constrói um modo específico de nos relacionarmos no qual o produto da relação conta mais que o processo de construção e transformação dos laços.

Em minha experiência como terapeuta, conheci muitos pacientes, homens e mulheres, alienados, tentando consumir, comprar uma terapia que lhes desse uma outra identidade. Como professor, conheci muitos alunos alienados. Alunos que compravam um curso que, depois de cinco anos, lhes conferiria o direito a uma nova identidade: a de psicólogo. Alguns eram maus alunos. A eles pouco importava o que acontecia entre o primeiro e o quinto anos do curso. Eles estavam olhando apenas para o produto “psicólogo-diploma” ao qual teriam direito após pagar as cinco prestações anuais de “ser-estudante”. Mas outros alunos alienados eram bons alunos. Liam, estudavam e cumpriam diligentemente suas obrigações como estudantes. Pensavam que assim pagavam suas cinco prestações e que no final seriam possuidores de uma nova identidade. Digo alienados porque, para eles, ser psicólogo era fruto de um “cumprir-de-tarefas”. Abdicavam de sua possibilidade criativa e submetiam-se ao consumo de uma certificação. Poucos alunos se relacionaram com o curso de psicologia como um processo de criação daquilo que um dia eles poderiam chamar de “psicólogo”. Alienação é a crença na existência de um produto independente de seu processo, como se fosse possível adquirir aquilo que só pode existir se for criado.

A lógica do consumo é tão sedutora que tem sido tomada de empréstimo em variadas dimensões da nossa vida. No terreno dos relacionamentos afetivos, sexuais e conjugais, a lógica de consumo pode justificar um desin-

vestimento na construção de laços, responsabilidades e projetos coletivos. No campo político, ela constrói passividade e desengajamento. O voto dos eleitores, por exemplo, pode ser visto como a moeda que compra um “produto-candidato”. Depois das eleições nós, no máximo, reclamamos que o produto não correspondeu à propaganda. Se política fosse processo, meu voto seria o início da criação de uma relação com o candidato. No programa eleitoral gratuito que assisti recentemente, não vi nenhum candidato me convidar para criar algo com eles. Todos se apresentavam como produtos desejáveis (ou indesejáveis) e me pediam para adquiri-los. E suas promessas tinham o intuito de me apaziguar: “Tudo o que você precisa fazer é votar em mim. Depois, deixe comigo que eu cuido de você!” A lógica que reduz política ao ato de votar nos aliena do processo histórico. Não fazemos história, compramos, com nosso voto, homens e mulheres que a farão para e por nós.

Em geral, como já não mais acreditamos na história que eles escreverão, ficamos aprisionados dentro de um terrível discurso de desesperança e isolamento. O mundo nos é apresentado como um mundo sem futuro: previsões apocalípticas sobre o destino do planeta, descrença na capacidade humana de transformação e supervalorização da destrutividade. Essa descrença, que é sobretudo uma descrença na humanidade, demanda um desinvestimento no universo político e social. Vamos nos encolhendo, uma vez que já não nos vemos capazes de lidar e intervir na miséria ao nosso redor. Nosso horizonte de sonhos e projetos vão ficando cada vez mais individuais, autocentrados, solitários. Sem esperança de que possamos participar como criadores de uma história coletiva (essa história política e social), nos

refugiamos na criação de nossa própria história individualizada, uma história que não nos ampara porque não transcende a nós mesmos.

Assumir a identidade como conjunto de performances significa reconhecer que “somos” e que “nos tornamos” ao mesmo tempo. Enfatiza-se, assim, a atividade de criar aquilo que somos por meio da construção de contextos relacionais (zonas de desenvolvimento proximal, como diria Vygotsky) que deem suporte às performances que desejamos criar (Holzman, 2009). Em seu aspecto mais radical, significa assumir que a transformação pessoal só ocorre por meio de um engajamento na transformação coletiva.

POR UMA PSICOLOGIA PÓS-IDENTITÁRIA

Sem dúvida, tomar a identidade como produto e relacionar-se com ela a partir de um viés consumista e alienado é um efeito de diversos discursos e dispositivos sócio-econômico-políticos. Na trama dessas forças, emerge uma cultura do consumo que reverbera, se multiplica e se consolida em diversos campos de saber e poder. No campo da saúde, por exemplo, nota-se cada vez mais um modo de produzir cuidado baseado na queixa localizada, na oferta de serviços à ela circunscritos, reforçando uma ultra-especialização que fragmenta e reduz pessoas a corpos, corpos a órgãos, órgãos a patologias. Valoriza-se a intervenção precisa, indolor, rápida e curativa, ainda que possibilidades menos invasivas estejam disponíveis. Medicalizam-se corpos e controlam-se emoções. Para cada dor, uma pílula, para cada necessidade, uma prescrição.

O discurso psicológico também tem contribuído com a produção da cultura do consumo alienante. A alienação

é promovida pelas psicoterapias por meio de sua excessiva ênfase no indivíduo, no descobrir-se, aperfeiçoar-se, amadurecer-se, como se a resposta para nossas insatisfações estivessem todas nesse movimento de imersão em si mesmo. Mas até que ponto alguém pode se desenvolver antes de esbarrar nos limites do contexto em que vive, e de cujo desenvolvimento ele/ela não tem se ocupado? A psicologia que aliena é aquela que favorece o desligamento entre sujeito e o universo social no qual ele vive. É aquela que desencoraja o sujeito a se ver como agente de uma história maior que diz respeito a ele e a humanidade da qual ele faz parte. É aquela que promete que a mudança acontece apenas quando nos afundamos em nós mesmos e às custas de mais e mais consumo de terapia. A terapia que aliena é aquela que, ao prometer transformação pessoal, não cultiva o desejo e o potencial do paciente de transformar também o mundo a seu redor.

Assumir a dimensão performática, e não essencial, da identidade no campo das psicoterapias leva-nos a produzir uma prática que não se limita a intervir sobre os indivíduos desajustados, confirmando por complementariedade o ajustamento de todos os demais. A terapia seria uma tentativa de criar campos de desenvolvimento emocional nos quais os participantes são desafiados a serem aquilo que ainda não são. O foco não está na descoberta de quem o paciente é, mas na criação coletiva das condições que darão suporte para novas performances, a partir das quais ele/ela irá se reinventar. O potencial criativo e sua constante abertura como processo são acionados como uma saída para a alienação (Camargo-Borges, 2011).

Ao aproximar-se do teatro, a psicologia pode retomar uma dimensão que ficou desprivilegiada desde a se-

paração moderna entre ciência e arte. Em primeiro lugar, a procura pelo entendimento seria substituída pelo engajamento criativo. O saber-sobre abriria espaço para um fazer-com. Criar espaços para “tornar-se” seria mais importante que investigar o “ser”. Em segundo lugar, produziríamos um modo de vida menos comprometido com a estabilidade, com os “pontos de chegada” ou com os produtos. Por isso, um modo de vida mais permeável ao imprevisto.

Improvisação tem sido um bom termo para descrever o modo de trabalho de meus dois irmãos, um, artista plástico e o outro, diretor de teatro. Quando começam um trabalho, eles partem de uma ideia e iniciam uma exploração que evolui em resposta às possibilidades que emergem pelo caminho – seja do traço do lápis sobre o papel, seja do desenho do corpo no palco. São imagens que se formam nas respostas do lápis, movimentos que se delineiam no jogo do corpo, ferramentas que se constroem com seus resultados, pensamentos que se completam nas palavras. Ao término, chegam a um resultado que não foi e nem deveria ter sido antecipado.

No teatro, o imprevisto tem a função de manter o jogo cênico em andamento. Imagine que um ator esqueça sua fala e, diante do silêncio e espera de seu coadjuvante, improvise uma nova fala. Bons atores não interrompem o outro e dizem: “Olha, tá errado, não era bem isso que você deveria dizer!” Como também a mãe não corrige o balbúcio de seu bebê. Ao contrário, o imprevisto de um demanda que o outro também improvise “em resposta”, de modo a dar ao novo um lugar legítimo na cena e no desenvolvimento do enredo. A regra básica dos jogos de improvisação parece ser: não existe erro, tudo é aceito como contribuição, qualquer contri-

buição é uma resposta àquilo que foi colocado em cena anteriormente.

Do ponto de vista psicológico, este modelo ajuda-nos a pensar na prática terapêutica como um jogo de improvisação no qual o menos importante é acertar, procurar a verdade ou corrigir equívocos e o mais importante passa a ser a construção de performances específicas, a compreensão de suas implicações e repercussões na possibilidade de que aquela relação avance. A terapia afasta-se assim de sua vocação ortopédica e assume um caráter estético. Para isso, assim como no improviso cênico, os participantes precisam se engajar naquela relação, deixando em segundo plano o texto ou a teoria. Não se trata de apresentar-se como se é, afirmando uma identidade individual, mas de produzir respostas que façam sentido naquela interação, valorizando a dimensão relacional que delimita quem somos. Neste sentido, eu falo de uma psicologia que avança em busca de superar compreensões individualistas e teorias identitárias.

E, para além da psicologia e das psicoterapias, eu falo da possibilidade de assumir a dimensão artística, criativa e estética do viver. Falo da possibilidade de narrarmos nossas vidas para além da linearidade e coerência que muitas vezes nos constroem. Falo em apreciar o processo quando o produto for valorizado, cultivar o trajeto quando houver pressa pela chegada, celebrar as possibilidades que vibram e latejam por trás da aparente monotonia de nossas repetidas performances.

REFERÊNCIAS

- Bauman, Z.** (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z.** (2008). *Vida para consumo: a transformação das pessoas em*

mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Beiras, A.** (2008). Família, conjugalidade e utopias: reflexões sobre um mundo hipermoderno. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 32, 65-72.
- Camargo-Borges, C.** (2011). Terapia social: desenvolvimento humano e mudança social. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(3), 48-58.
- Gergen, K.** (1991). *The saturated self: dilemmas of identity in contemporary life*. New York: Basic Books.
- Goldberg, P., & Newman, F.** (1996). *Performance of a Lifetime: A Practical-Philosophical Guide to the Joyous Life*. New York: Castillo International.
- Hall, S.** (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo: DP&A.
- Holzman, L.** (2006). Activating post-modernism. *Theory & Psychology*, 16(1), 109-123.
- Holzman, L.** (2009). *Vygotsky at work and play*. New York: Routledge.
- Holzman, L.** (1999). *Performing Psychology: A Postmodern Culture of the Mind*. New York: Routledge.
- Holzman, L., & Mendez, R.** (Eds.). (2003). *Psychological Investigations: A Clinician's Guide to Social Therapy*. New York: Routledge.
- Law, J.** (2004). *After Method: Mess in Social Science Research*. New York: Routledge.
- Meireles, C.** (2002). *Os melhores poemas de Cecília Meireles*. São Paulo: Global.
- Mota, M.E.** (2005). Psicologia do desenvolvimento: uma perspectiva histórica. *Temas em Psicologia*, 13(2), 105-111.
- Rosa, J.G.** (2001). *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

GÊNERO, CULTURA E REDE SOCIAL: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DESIGUALDADE DE GÊNERO POR MEIO DA LINGUAGEM*

GENDER, CULTURE AND SOCIAL NETWORK: THE SOCIAL CONSTRUCTION OF GENDER INEQUALITY BY THE LANGUAGE

RESUMO: Baseado na visão sistêmico-cibernética-novo paradigmática e no construcionismo social, o presente artigo é um convite à reflexão sobre a importância da linguagem na manutenção e na possibilidade de mudança de padrões relacionais desiguais entre pessoas, principalmente ligados às questões de gênero. Estudos sobre a linguagem e sobre o comportamento verbal das mulheres e dos homens, além das representações destes na mídia, servem de exemplos para evidenciar a necessidade aqui defendida de mudança nos padrões de desigualdade pautados em diferenças de gênero, que influenciam e sofrem influência da cultura, transmitida em nossas redes sociais, marcando posições privilegiadas segundo a tipificação sexual na sociedade. Este artigo é uma contribuição para o trabalho clínico com famílias e casais, do ponto de vista dos comportamentos correntes baseados em bordões veiculados pela mídia que se tornam populares, uma vez que se baseia em observações de situações clínicas e não clínicas sobre relações humanas e sobre a representação destas na mídia e nas produções artísticas.

PALAVRAS-CHAVE: gênero, cultura, rede social, linguagem.

ABSTRACT: Based on systemic-cybernetic-new paradigm vision and social constructionism, the paper is an invitation to reflect on the importance of language in the maintenance and the possibility of changing unequal relational patterns, mainly related to issues of gender. Studies on language and verbal behavior of women and men, besides their representation in the media, are examples to illustrate the need advocated here, to changing patterns of inequality guided by gender differences that influence and are influenced by the culture, conveyed in our social network. This paper is a contribution for the clinical work with families and couples, from the perspective of the current behaviors, based on refrains spread by the media which became popular, since it is based on clinical and nonclinical observations about human relationships and its representation in the media and artistic productions.

KEYWORDS: gender, culture, social network, language.

MARIANNE FEIJÓ

Coordenadora do projeto de mediação de conflitos da fundação Gol de Letra, professora assistente, doutora da Unesp-Bauru, professora e supervisora dos cursos de mediação da PUC-SP/Cogee, Terapia Familiar e Intervenção Sistêmica da PUC-SP, Famerp, FTSA e Unifesp.

ROSA MARIA STEFANINI DE MACEDO

Psicólogo, prof^a titular do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, líder do Núcleo de Família e Comunidade da Anpepp.

Recebido em 11/07/2012.

Aprovado em 28/08/2012.

INTRODUÇÃO

Assumindo o posicionamento sistêmico-cibernético novoparadigmático (Esteves de Vasconcelos, 2004) de que somos seres em relação e de que nossa identidade, assim como nossos padrões de comportamento, é construída socialmente (Sluzki, 1997), não é possível desvincular as questões de gênero da cultura e da rede que são o contexto desta construção.

As desigualdades de posições quanto ao gênero entre homens e mulheres resultaram do deslocamento das diferenças biológicas entre os sexos para diferenças de posições na sociedade. Com base nas diferenças biológicas, padrões de comportamentos típicos foram transmitidos a homens e mulheres, porém as desigualdades resultaram das diferenças de oportunidades que geraram as questões de domi-

* Parte desse trabalho foi apresentada no Congresso Internacional "Valores Universais e o Futuro da Sociedade" em setembro de 2001 no SESC/ São Paulo. Foi feita versão revista e ampliada no II Simpósio de Sexualidade na Família em maio de 2007, UNIFESP/São Paulo.

nação e poder do sexo masculino e de subordinação do sexo feminino (Macedo, 2006; 2007; Soares *et al.*, 2011; Vieira, 2012).

Tais questões podem ser mais bem observadas do ponto de vista de gênero, que se refere ao status cultural do que vem a ser masculino ou feminino, distinto do status biológico como macho ou fêmea (Greenglas, 1982). Em termos de comportamento, o que interessa é saber que masculinidade e feminilidade são construídos socialmente, são histórica, relacional e culturalmente determinados (Abundis, 2007; Greenglas, 1982; García, 2000; Macedo, 2007; Vieira, 2012).

Gênero é uma forma de estruturação de práticas sociais e, como tal, implica variações de tempo e lugar, além de ser vinculado à etnicidade e nível socioeconômico.

Passando para o nível microssocial, ao articularmos vida pessoal e estruturas sociais podemos perceber como as relações de gênero permeiam todos os aspectos da vida cotidiana: grupos sociais de que fazemos parte, portanto redes a que pertencemos, lugares que frequentamos, a qualidade e a quantidade dos contextos significativos na formação de valores, crenças, construção de padrões de comportamento, sua manutenção ou mudança. Todos eles são sujeitos a qualificações de gênero.

Ao ressaltar a função constitutiva da cultura na definição da identidade de gênero, bem como sua característica estritamente relacional, atenção especial deve ser dada à linguagem, por meio da qual significamos o mundo, segundo o construcionismo social (McNamee, 2008; Grandesso, 2000; Gergen, 1994).

A noção de cultura abrange tanta diversidade, que é difícil abarcar todos os seus significados em uma única definição. Escolhemos duas que, a nosso ver, são bastante abrangentes e enfati-

zam nossa posição sobre a construção de significados. Para Falicov, cultura “são visões de mundo compartilhadas e comportamentos adaptáveis derivados da localização simultânea em vários contextos” (1988, p. 336). Geertz (1973, p. 5), citando Weber, apresenta a definição de cultura que, a nosso ver, complementa a anterior: “Uma rede de significados tecida pelo próprio homem.”

Atividade eminentemente relacional, a construção do significado do que é ser homem ou mulher se dá socialmente na linguagem. Portanto, a forma como são vivenciadas a masculinidade e a feminilidade depende de significados atribuídos por nós e por aqueles que nos rodeiam, ou seja, nossas redes sociais (Feijó & Macedo, 2012).

COMPORTAMENTO VERBAL E DESIGUALDADE ENTRE GÊNEROS

Os trabalhos sobre o papel da linguagem e as diferenças no comportamento verbal das mulheres e dos homens em diversos países e culturas, como os de Albisher e Forel (1991), de Mead (1969) e de Dias (2005), retrataram como o que falamos e como falamos reforça algo que se mantém ou pode impulsionar uma mudança, já que a realidade é construída por seres em relação, ideia básica do construcionismo social, como apontamos anteriormente (Freedman & Combs, 1996; Grandesso, 2000).

As relações de poder, a hierarquia, ficam evidentes na linguagem da maior parte das culturas e línguas ameríndias, africanas e asiáticas, marcando claramente uma diferenciação baseada no sexo do locutor. No Japão, por exemplo, diferenças entre o tamanho das expressões utilizadas pelos homens e mulheres, bem como a forma de falar dependendo do locutor,

mostram claramente a posição submissa reservada às mulheres independente de sua condição social.

Estudos antropológicos em algumas comunidades de língua Gros Ventre (Flannery, 1946) mostravam que as mulheres usavam palavras “mais modestas” e se usassem alguns termos exclusivos dos homens eram consideradas “mulheres masculinas”. Da mesma forma, um estrangeiro poderia passar por “efeminado” ao trocar certas palavras ou falar com menos segurança.

Esse é um exemplo que se aplica ao Brasil atual, onde, guardando as diferenças de tempo e lugar, às mulheres ainda cabe o estereótipo de delicadas e gentis; espera-se que sua linguagem reflita essa condição, diferentemente dos homens de quem a sociedade tolera e até estimula um modo mais grosseiro de falar. Prova disso é a estranheza que causa em muitos ambientes homens gentis, delicados, que evitam termos de baixo calão na linguagem corrente, a quem são atribuídos adjetivos pejorativos, como “bichas”, “viadinhos”, “boiola”, “boneca”, “biba”, entre outros.

As desigualdades socioeconômicas também são visíveis pelo uso da língua. Trudgill (1991) falou de sexo e prestígio linguístico, estudando os fenômenos linguísticos ligados à estratificação social, idade e sexo.

Tanto para Trudgill como para Houbine (1991), foram apontadas diferenças entre homens e mulheres nas interrupções e no uso de perguntas e de formas de criar abertura para expor seu ponto de vista. Concluíram, em um desses estudos, que o uso da língua segue uma hierarquia que parece estabelecer uma sequência da maneira que segue: o homem poderoso, a mulher, o homem subordinado e a criança, segundo a ordem de importância social.

A partir dessas considerações, este artigo, em formato de ensaio teórico, pretende discutir determinadas ex-

pressões culturais, bem como alguns aspectos da linguagem utilizada por homens e mulheres no Brasil nas últimas duas décadas como indicativo do status cultural da postura feminina e masculina, portanto de gênero como categoria social, ressaltando alguns aspectos importantes para a reflexão dos profissionais das áreas de saúde, social e da educação, no intuito de abrir o diálogo sobre os novos modelos de feminino e masculino. Pretendemos alcançar tal objetivo utilizando o critério de análise da linguagem de acordo com a visão dos estudos antropolinguísticos, isto é, de acordo com o sexo do locutor, não com a definição de gênero do ponto de vista linguístico, portanto com foco no já mencionado ponto de vista social.

A importância de citar esses estudos é a evidência das diferenças masculino/feminino marcadas na estrutura da linguagem mais claramente detectáveis nessas culturas. Os estudos citados não se referem às linguagens da cultura europeia da qual deriva nossa tradição linguística, porém, como sabemos, nessas línguas as variações léxicas decorrem de acordo com o interlocutor, a quem se fala, e do que se fala. Desse modo, falas masculinas e femininas são marcadas basicamente pelos códigos de gênero como categoria social, isto é, como se espera que fale uma menina ou um menino, de acordo com seu nível social e educacional.

EXPRESSÕES CULTURAIS: UM RETRATO DE NOSSO TEMPO NO QUE SE REFERE ÀS QUESTÕES DE GÊNERO

Como sabemos, as expressões culturais (arte, música, literatura) têm um enorme peso no retrato de nosso tempo e são muito úteis para estudar questões que se referem às relações de gênero, sobretudo na linguagem.

No Brasil, a mídia, a moda, a música e a literatura nos dão uma boa ideia de como padrões de comportamento diferentes e antagônicos convivem lado a lado, no que se refere aos papéis e à posição dos homens e das mulheres na sociedade, na medida em que são responsáveis pela criação e divulgação de expressões que vão caindo no domínio público e sendo empregadas geralmente sem muita crítica pela população.

Apesar de a mulher vir ganhando espaço no mercado de trabalho, ocupando posições vistas como masculinas, e de os homens virem participando mais no ambiente doméstico, compartilhando tarefas consideradas até então próprias da mãe, mulher e “dona-de-casa”, esta mudança ainda é abordada de forma pejorativa em muitos grupos sociais, em algumas expressões culturais e mesmo em comerciais na veiculação de propagandas nos diversos meios midiáticos, indicando a convivência de padrões conflitantes que oscilam entre o arcaico e o moderno, a família tradicional idealizada, de organização patriarcal com regras sexualmente tipificadas para a educação dos filhos, e as novas configurações familiares, um pouco mais igualitárias desse ponto de vista (Abundis, 2007; Figueira, 1987; Cervený, 2011).

Acreditamos que assim como as produções culturais, alguns de nós, profissionais da área de saúde, também oscilamos entre uma postura de formadores de novas opiniões sobre modelos e costumes e uma postura que reforça padrões tradicionais.

Além disso, concordamos com Martin e Mahoney (1996) que é preciso estar atentos ao “mito da igualdade”, que nos leva enganosamente a ignorar a consideração das diferenças sexuais em nosso trabalho, e, com isso, desconsiderar a desigualdade social entre homens (superiores) e mulheres

(inferiores), contribuindo para a manutenção do *status quo*, que implica transformar uma diferença inegável em posições desiguais.

A mudança de papel da mulher na sociedade brasileira e, principalmente, sua entrada no mercado de trabalho trouxeram alterações significativas, uma vez que, do ponto de vista sistêmico, ao se alterar a posição da mulher, a do homem também sofre alterações, apesar das suas resistências. Ainda assim, apesar do discurso sobre igualdade de direitos e divisão de tarefas, na prática, constatamos que estas ainda não atingiram um nível igualitário de fato. Muitas mulheres trabalham em dupla jornada, assumindo a maior parte das tarefas domésticas, mesmo que também respondam pelo sustento financeiro da família (Macedo, 2007; Vieira, 2012).

De qualquer forma, todas as conquistas das mulheres nos últimos tempos, a possibilidade de saída do ambiente doméstico, a melhora na possibilidade de divisão de papéis, as mudanças tecnológicas, as exigências cada vez maiores no ambiente de trabalho, geraram uma situação complexa. Cada vez mais os casais necessitam criar um padrão de relacionamento que seja compatível com esta demanda (Horta & Feijó, 2007; Feijó, 2007).

A rede social, aquelas pessoas que nos são mais significativas, têm papel importante na validação desta nova identidade. Aí entram as características dessa rede, que, de maneira geral, tende a ser mais distante ultimamente; há distância geográfica e pouco tempo para contato (Sluzki, 1997; Feijó, 2006), especialmente nas cidades grandes. Como já dizia Medina (1974), se esta teia é frouxa, há ambiguidade face à validação de nosso mundo e de nossas identidades. Na medida em que o contato face a face rareia, tanto pelas

dificuldades impostas pela vida nas grandes cidades, como pela exiguidade do tempo para atividades de lazer, nosso contato com o mundo vai sendo em grande parte proporcionado pela tecnologia que põe ao nosso alcance uma série de meios, não só para nos informar como para nos distrair.

A música, a propaganda, as novelas e a televisão, entre outros meios, tomam um espaço significativo na vida das pessoas, não só retratando seus padrões de relacionamento, mas também exercendo influência sobre eles, pois, como diz Morin (2006) em sua teorização do paradigma da complexidade, somos ao mesmo tempo produzidos pela e produtores da sociedade, ou ainda, conforme Motta e Ciurana (2002), a cultura que nos produz ao mesmo tempo é produzida por nós. Por estarmos plenamente de acordo com tais afirmações, justifica-se a importância de ressaltarmos o que e como vem sendo falado (mostrado, significado) sobre o que é ser homem e ser mulher na nossa sociedade no sentido de masculino e feminino.

Ainda existem muitas contradições, tensões e impasses relacionais, que estão diretamente relacionados ao contexto social em que vivemos e que construímos. Um bom exemplo de dicotomia em relação à rede social é a situação de muitas mulheres jovens, que, atualmente, têm o maior apoio de sua família para alcançar autonomia por meio de suporte material e psicológico para obter um elevado nível nos estudos, e que, no entanto, passam a sofrer pressões e restrições desta mesma família quando querem viver com independência, saindo da casa paterna. Há uma dupla mensagem de que a mulher tem que estudar, e ser independente, mas nem tanto, pois a expectativa de que precisa se casar, constituir família e não levar uma

vida de solteira, sexualmente ativa, sem assumir maiores compromissos familiares, ainda persiste; já para o homem, ser sustentado é um problema, uma vez que ainda cabe a ele garantir o equilíbrio financeiro, prover a casa, segundo os padrões de gênero construídos como valores masculinos e incorporados firmemente na formação de sua identidade de homem, na concepção de sua autoimagem, autoestima e autoconfiança como “sexo forte”, detentor do poder.

Essas observações mostram como as questões de gênero constantemente vêm à tona, ora reforçando um padrão de desigualdade polarizado no qual a mulher ocupa sempre a menor posição, ora apontando para mudanças já alcançadas ou em andamento, criando tensões entre homens e mulheres, às vezes implícitas, e, em outras, explícitas.

A TELEVISÃO COMO PROPAGADORA DE PADRÕES RELACIONAIS DESIGUAIS

A mídia, principalmente a propaganda que é estruturada a partir dos desejos dos consumidores, cada vez mais retrata homens exercendo papéis que eram tidos como femininos na sociedade brasileira (cuidar de bebê, arrumar a casa, expor os sentimentos) para muito acertadamente alcançar o grande número de mulheres que trabalham; por outro lado, veiculam também situações domésticas com uma divisão tradicional de papéis (mulheres donas de casa, cuidando das refeições da família, das roupas do marido; a conhecida “família margarina”) como exemplo de família feliz, além de sátiras sobre o homem dominado pela mulher moderna, alvo de chacotas do grupo masculino (machão).

Medrado *et al.* (1997) estudou a representação social da masculinidade

na propaganda televisiva brasileira no horário nobre da emissora Globo no primeiro semestre de 1996 e levantou, entre outros aspectos, que a imensa maioria dos comerciais é narrada por homens, pois, segundo os autores, isto dá mais credibilidade ao produto. Além disso, usam mais homens em comerciais de produtos mais caros e relacionados a contextos não-domésticos. Como se não bastasse, 87,4% dos personagens são homens e mulheres brancos. No entanto, produtos domésticos e relacionados a lazer e a status masculino usam como apresentadores mulheres mais famosas pela beleza, glamour e apelo “sexy”, o máximo do feminino!

Os homossexuais vêm sendo mais retratados na mídia ultimamente, o que poderia ser sinal de redução de preconceito, mas, infelizmente, dependendo de como são representados nas novelas, por exemplo, a discriminação por parte da população pode até aumentar.

Ainda é comum apresentá-los com comportamentos exagerados e estereotipados em personagens mais propensos a ser ridicularizados pelo seu comportamento, vinculado à sua orientação homossexual. Em 2012, o contraste entre novos e antigos padrões e visões sobre o homem e a mulher hetero e homossexual apareceu no imenso sucesso feito por dois personagens da novela das 21 horas, horário nobre, da referida emissora. Uma mulher, mãe, separada, realiza profissionalmente consertos hidráulicos e elétricos em residências, sendo tratada por um nome masculino; apresenta autoridade na educação dos filhos e expressa constantemente seus valores (honestidade, respeito ao próximo, solidariedade) em palavras e ações, reforçando o valor de uma configuração de família comum em nosso tempo (chefiada pela mulher). Tal personagem foi muito elogiada pelo públi-

co em geral, resultando na aparição da mesma em capas de revista de notícias e em caderno de jornais, ambos de repercussão nacional. Outro personagem que se tornou bastante popular, imitado e admirado, mas também ridicularizado, era um homem jovem com orientação homossexual, que trabalhava como serviçal, submisso à sua patroa, preso a padrões estéticos e ao valor do status conferido pelos bens materiais, que se expressava de maneira efeminada estereotipada, e cheia de trejeitos, recebendo agressões verbais e ameaças constantes da patroa, lembrando mais a figura de um “bobo da corte”.

A dona da casa, bastante preconceituosa e classista, maltratava não só este funcionário, que era uma espécie de mordomo e assistente pessoal, mas também o motorista e a cozinheira/arrumadeira. Além disso, escondia ser filha de uma empregada doméstica, pois isto “mancharia o seu passado”, e mantinha relações sexuais com um homem de menor poder aquisitivo, a quem “mandava chamar quando queria”. Autoritária e mau caráter, valia-se de sua condição material para impor suas vontades e caprichos aludindo claramente a uma ideia de que o dinheiro tudo compra.

As relações entre personagens da telenovela acima referida retratam de forma estereotipada, mas não muito distante da real, as desigualdades pautadas em diferenças enfatizadas neste artigo.

No que se refere aos estereótipos da relação homem-mulher na TV, na década de 1990, a “Tiazinha”, um ícone sadomasoquista, fez grande sucesso usando máscara, chicote e lingerie minúsculas para depilar os homens que errassem as perguntas em um programa de auditório. Já a “Feiticeira”, criada no mesmo programa, era uma loira escultural, vestida de odalisca, se-

minua, com o rosto coberto pelo véu, que dançava e quase se encostava nos homens, se insinuando aos que cumprissem as tarefas determinadas pelo jogo do programa. Atualmente, no lugar dessas figuras, temos a “Mulher Samambaia” e a “Mulher Melancia”, explorando seus corpos com a função de atrair audiência. São mais exemplos da contribuição da mídia na manutenção e no reforço de padrões desiguais de relação.

A DESIGUALDADE RETRATADA PELA MÚSICA

Na música, há também indícios de mudanças de padrões convivendo com preconceitos e estereótipos. Alguns conjuntos que vêm fazendo sucesso e que tocam músicas apontadas como as mais ouvidas em determinadas rádios exploram a imagem da mulher dominada e subordinada ao homem e/ou do homem dominado pela sedução, pelo lado erótico, “sexy” e superficial da mulher, seu corpo, suas formas, sua beleza.

Muitas letras de samba, pagode e músicas regionalistas retratam tais estereótipos construídos em torno das questões de gênero, ressaltando as expectativas de que o homem seja o provedor financeiro e que a mulher seja sempre sensível, dependa dele, seja bela, cuide da comida e da casa. Este é o caso das letras das músicas: “Mulher Chorona” e “Nóis Não Vive Sem Muié” (Teodoro e Sampaio), “Ratatuia” (Zeca Pagodinho). Há também “Você Não Passa de uma Mulher” (Martinho da Vila) e “É Disso que o Velho Gosta” (Os Serranos), música gaúcha antiga que também se ouve muito em outras regiões do país.

Nas letras de MPB e de Rock, mais ouvidas nas rádios dirigidas às classes

de maior poder aquisitivo, tais estereótipos não aparecem de forma tão arraigada e explícita, sendo muitas vezes questionados; o que não impediu um músico respeitado (Frejat), de um conjunto com grande prestígio, compor a música: “Homem não Chora.”

O movimento funk, que explodiu no Brasil nas duas últimas décadas, iniciou-se nos bailes de periferia, onde a violência era constante. Atualmente, no entanto, estas festas atraem público de todas as classes sociais, quer para um programa extravagante, quer para se divertir. O que parece estar mais exacerbado hoje em dia nesses bailes, atraindo tanta gente, é o apelo sexual e sensual, como apontou Fernanda Schmidt (2007) no site da *Folha de S. Paulo*. Os hits propagaram termos como “popozuda”, que seria o mesmo que “bunduda”, mas com o sentido de gostosa, poderosa; “cachorra”, que, na gíria construída nas comunidades funkeiras, tem um sentido negativo: “sua cachorra!” – mulher que trapaceia, engana, faz mal para alguém. Por outro lado, é comum usar o termo cachorro, como coitado: “tratado(a) como um cachorro”. Isso dá um sentido duplo para a gíria referida: a mulher cachorra é aquela que se insinua, domina, usa o homem (se aproveita de sua condição material), mas ao mesmo tempo é usada por ele sexualmente. Depois do “Bonde do Tigrão” que valorizou a mulher do baile, as “preparadas” que desfrutavam o prazer com maridos que se “esquentavam” com elas, enquanto as esposas ficavam em casa esquentando a marmitta para eles, veio o sucesso da Popozuda, e, em seguida, a música da Eguinha Pocató, conhecida por meninas de diferentes idades e níveis socioeconômicos, que reboavam ao som de uma letra que falava da mulher e de sua posição de forma pejorativa; outras vieram de-

pois desta, com o mesmo apelo. Atualmente, fazem sucesso músicas que deixam clara a ética das relações baseadas no uso da sexualidade expressa pelo desejo explícito do homem e pela manipulação desse desejo com um jogo de sedução e oferta da mulher: “Ai se eu te pego”; “Ai, ai, ai, ai, ai, ai... assim você mata o papai”; “Eu quero tchu, eu quero tcha...”, todas acompanhadas de gestual que deixa muito claro do que se está falando. Enfim, apesar das inúmeras diferenças entre as letras e os conjuntos de músicas funk, a criação dos mesmos com tal apelo continua crescendo. Há um movimento aparentemente menos radical quanto a essa postura na mídia brasileira e em muitos bailes funk, mas determinados conjuntos ainda contribuem para a manutenção dos padrões de dominação e de poder entre homens e mulheres e entre classes com base justamente nessa linguagem erotizante eivada de malícia e duplos sentidos. Mais ainda, tais músicas frequentemente retratam o valor que é dado aos bens materiais – motos, carros, roupas de grifes caras, além do culto ao corpo ressaltado por mulheres de barriga de fora e calças muito justas, que ressaltam as formas do corpo feminino, e homens fortes de camisa semiaberta exibindo a musculatura. Uma delas, tocada nos bailes citados, se chama “Chapeuzinho Mercenária”, fazendo referência à personagem da história infantil na qual, como se sabe, uma menina ingênua vai levar doces para a Vovozinha e é comida pelo Lobo Mau. A música traz uma conotação da mulher que se deixa “comer” (sentido sexual) pelo homem, mas que no fundo está de olho no que ele tem a oferecer financeiramente.

Em outras músicas, são as mulheres que assumem o poder e que devem cuidar para que o homem não as domine, utilizando a sua condição

financeira. Numa delas, a mulher glamorosa, poderosa, balança gostoso requebrando até o chão, é a rainha do funk, na música “Glamorosa” de MC Marcinho.

DE RAINHA DO LAR A RAINHA DO BAILE FUNK?

O antropólogo Hermano Viana, que estuda a cultura brasileira, assim se manifestou sobre a “Cultura popozuda” em um dos jornais mais importantes de São Paulo: “Pós-feministas, as meninas do funk carioca só são submissas quando querem: loucas por status perdem a linha por motos, celular e roupas (*apud* Palomino, 2001).”

O termo “perdem a linha” também vem de uma das músicas funk e, no nosso entender, está relacionado a um ditado que os homens antigamente usavam muito, mas ainda hoje se ouve por aí: “A única mulher que andou na linha o trem matou”, retratando uma posição machista, na qual não se pode confiar na fidelidade da mulher. No entanto, no código machista parece que a linha é outra: o homem sair com outras mulheres é da sua “natureza”. Tanta naturalidade parece estar ancorada ainda na herança do código cultural de antanho, ligado à vigilância da virgindade feminina. Nessa tradição, a mulher era rapidamente classificada como “puta” se fizesse sexo antes do casamento, o que hoje não faz mais sentido. Dada a liberalidade dos costumes hoje em dia com relação à sexualidade, a mulher que usa o sexo não profissionalmente apenas para “se dar bem” é, no máximo, uma “periguete”.

Um sério problema quanto à naturalização desse vocabulário e do sentido que ele tem em termos da relação entre os sexos é o fato de essas músicas serem utilizadas largamente nas festi-

nhas de crianças e púberes, inclusive pelos animadores e hostess como coreografia grupal para divertir a turma. São repetidas muito frequentemente sem a compreensão exata do seu significado (pelas crianças menores), ou então com a malícia que já desponta por meio do interesse erótico dos púberes e adolescentes, passando a ser usadas no vocabulário corrente, em blogs e outros sites de relacionamento. Não se dão conta de que, ao reproduzirem tais expressões sem crítica, estão contribuindo com a construção de um padrão de relações chulo e desrespeitoso, sem a necessidade de compromisso, de que só se darão conta bem mais tarde, quando estiverem em busca do “amor verdadeiro”.

A autora do referido artigo da *Folha de S. Paulo*, a colunista Erika Palomino, cita Hermano Vianna (2001), que chamou a atenção para algo muito sério: “Na linha de frente, essas meninas que se autodenominam ‘cachorras’ instalam um novo modelo feminino. É uma ‘nova mulher’ em cena, pós-feminista, criada vendo Xuxa na TV, que não tem medo de homem nenhum, que não é nem um pouco submissa: ela decide quando, como, onde e com quem quer fazer sexo (‘quebrar barraco’) e ainda humilha o cara de ‘pau molão’.” A nosso ver, é um tanto paradoxal falar assim dessa “nova mulher”, justamente porque nossa postura enfatiza a necessidade de pensar o feminino além dos atributos tradicionalmente forjados desde os tempos imemoriais: a arte de seduzir. Criar novos modelos de relacionamento sim, porém com papéis menos desiguais, onde nem o homem nem a mulher exerçam o poder sobre o outro, isto é, sem implicar submissão de uma das partes é o ideal pretendido desde o início das lutas feministas.

Será que a mulher precisa assumir uma condição radicalmente oposta,

assumir um papel masculino, de dominação, para sair do papel de dominada?

De nosso ponto de vista, o paradoxo está justamente em manter o jogo dominante/dominado.

Nesse sentido, a metáfora que gritam nestes bailes nos é útil: “Tá dominado! Tá tudo dominado!” Os padrões de desigualdade, de violência e de dominação são mantidos, mesmo que aparentemente invertidos, dificultando a construção de modelos de relacionamento que permitam o crescimento, a liberdade e a dignidade, tanto do homem quanto da mulher. A nossa sociedade continua a disseminar a violência, implícita e explícita, como se vê na mídia impressa, na TV e nos espaços públicos. “Cachorra”, como se diz no sul do país sobre uma situação constrangedora, sem saída, é a nossa condição relacional em meio a tantos estereótipos e confusões, onde se sabe mais competir e se defender do que “apaziguar”, que é o título de outra música de uma dupla regional, que faz sucesso nas rádios (Bruno e Marrone).

Outros grupos que tocam bastante nas rádios nos dias atuais retratam a importância dada à beleza da mulher e ao poder econômico do homem. É o caso dos dois sucessos interpretados por Caju e Castanha e de um terceiro cantado por Teodoro e Sampaio, respectivamente: “A mulher feia e a mulher bonita”; “O poder que a bunda tem” e o já citado neste texto, “Mulher Chorona”. São letras que estouram nas paradas de sucesso, falando do poder da mulher bonita, do poder da bunda feminina e da mulher que chora por tudo, reforçando o estereótipo da mulher frágil, sensível, indecisa e das relações entre homem e mulher pautadas em dinheiro e troca de favores sexuais. Mesmo considerando os diferentes conjuntos e estilos musicais

ouvidos por grupos sociais diferentes em diferentes proporções e por meios midiáticos diversificados (TV, Rádio, iPod, Internet entre outros), a disseminação de tais padrões de desigualdade relacionados a poder nas relações de gênero atinge todas as camadas da população. Poucos são os meios de comunicação, programas de televisão ou de rádio que propõem discussões sobre tais padrões ou representações, apresentando tal situação de modo a propiciar reflexão sobre o valor de relações mais equitativas no que se refere ao assunto.

Como foi colocado anteriormente, tem-se criado, na música, personagens com mulheres que oscilam entre a dominação e a subordinação de acordo com certos atributos. Como na música cantada por Caju e Castanha: “Dizem que a mulher feia, quando ela é ciumenta, se o seu marido é bonito e ela não lhe sustenta, quando ela sai com ele dá coice que nem jumento... a mulher bonita tem um olhar atraente, tem o cheiro de maçã, tem um sorriso inocente... E com isso ela consegue amansar qualquer valente.” Estes modelos, ao mesmo tempo em que parecem colocar a mulher no poder, retomam a imagem do homem poderoso, que submete e que, portanto, tem direito à mulher bonita, ao seu corpo escultural como fonte de prazer.

A CONTRIBUIÇÃO DA LINGUAGEM NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE NOVOS PADRÕES DE RELACIONAMENTO

Além da mídia e das produções artísticas atuais, as mudanças na forma de falar, principalmente das mulheres, que hoje usam termos tabu antigamente exclusivos dos homens, têm relevância na expressão do que se pensa e de como se age em relação às questões de gênero.

Os estudos já citados sobre o comportamento verbal em diversos países e culturas mostram que também e principalmente nesta área existem fortes contradições (Albischer & Forel, 1991; Galli de Paratesi, 1991). Dentre muitos exemplos trazidos pelos autores, o uso pelas mulheres italianas de exclamações como “foder” e “trepar” no sentido de vencer, “ferrar” alguém, mostram como, com expressões semanticamente inadequadas, a mulher adotou a linguagem que conota o ato sexual como agressão, como uma vitória para quem é “ativo” e humilhante para quem se deixa penetrar. Isto também ocorre atualmente no Brasil, com a mesma conotação.

Então, como os autores colocaram, as italianas e as brasileiras apropriaram-se da bandeira e da propaganda, de quem tem uma ideia do ato sexual como fonte de poder ou de prazer apenas para os homens. Poderíamos pensar como Bourdieu e Wacquant (1992) que os mecanismos de resistência podem ser alienantes e a submissão pode ser libertadora? Talvez para as jovens das periferias esse seja o resultado da identificação com o dominador. No entanto, ao se disseminarem para outros grupos sociais, tornam-se mais um veículo de propagação de uma pseudosubmissão feminina, como estratégia para “levar vantagem”, isto é, conseguir benefícios pelo uso do sexo, jogo perigoso sujeito a más interpretações e duplas mensagens que, no final das contas, não contribui para tirar o significado das relações de gênero baseadas em domínio, cuja moeda é a força da sedução, da sexualidade e dos bens materiais entre os contendores.

O homem “fodido” é bom, poderoso, forte e a mulher “fodida” é a mulher que não tem medo. Mas tanto a um quanto a outro pode ser atribuído o adjetivo no sentido de “ferrado”, hu-

milhado, que perdeu. Ambos utilizam atualmente este vocabulário.

Voltando à música como expressão dos tempos atuais, temos o exemplo de “Eu já fui de você”, que cantada rapidamente dá o sentido de “fodi” você.

“Foda-se”, dane-se, também é utilizado por homens e mulheres, no sentido de “não me importo,” ou “que se vire”, “que se estrepe”.

Já os termos “gostoso” e “gostosa” atualmente são utilizados pelos dois sexos sem que marque uma conotação de submissão ou de poder, referindo-se ao corpo, ao prazer sexual tanto de um quanto de outro, bem como as expressões “ele é um tesão”, “ela é um tesão” ou “é tesuda”.

Contrastando com os exemplos dados, os homens brasileiros dizem “dei uma foda”, e as brasileiras dizem, na maioria das vezes, “fizemos amor”, “transamos”. Algumas já se apropriaram de termos como “trepamos”. Mas quando a mulher se apropria da forma de falar e de vestir, antes assumida pelos homens numa sociedade machista, troca de posição, assume o controle e domina? Ou dá um tiro no próprio pé?

Cada vez mais se fala, nas sociedades ocidentais, no aumento da busca de relações pautadas em amor, carinho e compromisso, dada a dificuldade de consegui-las. Será que experimentar tanta competição, poder e controle do sexo oposto tem resultado em novas buscas?

Será que aquilo que as pessoas assistem na TV ainda é o que querem para si no âmbito privado? Ou estamos chegando a uma era em que a espontaneidade na relação entre os sexos poderá ser vivenciada de forma mais igualitária? Não igual. Igualitária!

Devemos, porém, enquanto profissionais, e parte das nossas redes, as quais se entrelaçam com as redes de muitas outras pessoas, redes que sus-

tentam padrões e construções, inclusive relacionadas à nossa identidade e a identidade dos demais, deixar de reforçar os padrões que ainda reduzem as possibilidades de relacionamento cooperativo e que favorecem práticas violentas, exploradoras e desiguais.

Enxergar as dinâmicas de poder, o sistema mais amplo, a cultura consumista, materialista, ávida por prazer imediato, amplifica o cenário e o contexto da construção desses padrões e nos ajuda a entender as atuais tentativas de alcançar relacionamentos mais equitativos, mesmo que inicialmente de forma exacerbada, onde o poder apenas muda ou parece mudar de mãos.

Para isso, podemos iniciar questionando e não repetindo o que se fala e como se fala, uma vez que isso se propaga e o sistema gira no mesmo eixo sem sair do lugar.

É preciso, porém, considerar que a linguagem traz consigo significados, e é sinal de pertencimento e de identificação com um grupo ou geração. Talvez esta geração esteja expressando, mesmo através dos exageros e apelos sexuais, a dificuldade de sair de padrões rígidos sem cair na repetição pelo oposto. Para não se sentirem submissas, as mulheres estariam tentando mostrar o controle, o poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da convivência de pontos de vista diferentes e falas que reforçam a questão da desigualdade relacionada a gênero, estamos assistindo a uma flexibilização, embora cheia de paradoxos. Pensamos que essa posição pós-feminista citada pela articulista indica sim uma mudança na balança do poder entre os gêneros, porém com a polarização invertida, mantem-

do assim o desequilíbrio da mesma. É preciso não esquecer que as ações não são o que define a realidade, mas sim o significado a elas atribuído e que estes são eivados de valores que subsidiam, motivam as ações. Pensar uma nova ética nas relações de gênero vai muito além de inverter as posições de quem domina quem, pois, em última análise, quem aparentemente domina decidindo como e com quem usar seu poder de sedução e de dar prazer, não deixa de estar dominada pelo poder do dinheiro ou pelas facilidades que ele proporciona em troca. Portanto, todo dominador também em algum sentido é dominado, é a lógica do relacionamento. Daí a necessidade de buscar menos polarização, menos desequilíbrio nessa balança, pois isso impede qualquer negociação na direção de maior igualdade e equidade.

Não é possível, porém, esperar uma unicidade, já que em cada contexto as mudanças ocorrerão de formas diversas.

O que concluímos é que a divisão rígida de papéis de gênero não tem mais sentido na sociedade atual pelas conquistas das mulheres a novas posições e as inevitáveis mudanças na situação dos homens daí consequentes. Parece, no entanto, que esse linguajar agressivo, depreciativo e desqualificador reservado ao feminino, à mulher como objeto de manipulação masculina, tem o significado de uma resistência masculina para não perder a supremacia. Ao inverter posições como fazem certos grupos de mulheres, apropriando-se de tais expressões, elas se confirmam como coisa, como objeto, em uma comunicação de duplo sentido, além de reforçar e propagar tais significados.

Como mudar esta situação?

É de fundamental importância que homens e mulheres, pais, mães, educadores, terapeutas, pesquisadores e outros profissionais tenham uma clara consciência de suas posições nas relações de gênero para que possam agir de acordo, com crítica, sabendo do que precisam e o que sentem. Devem refletir, portanto, se concordam com uma posição tradicional de divisão de papéis, com a subordinação da mulher, se estão numa posição de discutir essa divisão e subordinação, ou se já se encontram em um nível de construção de uma posição mais equilibrada, sem polarização, com plena consciência das diferenças, porém com senso de equidade, capacidade de cooperação, que demanda flexibilidade, respeito entre as partes, negociação clara, explícita sobre desejos e possibilidades de cada um, e sobre como se complementarem para alcançá-los.

Para isso, faz-se necessária uma ampla discussão pública e a educação é ponto crucial deste processo. Livros infantis que retratem homens e mulheres com diferentes formas de viver e de se expressar, educadores conscientes das necessidades de valorizar diferenças sem desigualdade, pais exercitando um novo modelo de relacionamento. Isso pode trazer (possivelmente para a nova geração) a condição de incluir um leque mais amplo de escolhas na construção da identidade dos que estão por vir. Aí devemos lembrar que caberá aos mais velhos legitimar estas novas formas de relacionar-se, já que serão parte importante da rede social dos jovens adultos e das crianças de amanhã.

Possivelmente teremos a chance de dar a eles o que buscamos e raramente encontramos em nossas famílias de origem: a coragem e a ousadia de questionar o *status quo* político, social, econômico, doméstico e religioso.

- Abundis**, P. (2007). Construcción de la identidad femenina en programas de belleza radiofónicos. *Nueva época*, 7, 77-99. Recuperado em 24 abril, 2012, de <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/html/346/34600703/34600703.html>
- Albischer**, V., & **Forel**, C. (1991). *Falas masculinas? Falas femininas? Sexo e linguagem*. São Paulo: Brasiliense
- Bordieu**, P., & **Wacquant**, L. (2008). An invitation to reflexive sociology. In S.H.S. Borelli & J. Freire Filho (Orgs.). *Culturas juvenis no século XXI*. São Paulo: Educ.
- Cervený**, C. (2011). *A família como modelo*. São Paulo: Livro Pleno.
- Dias**, L. (2005). Homem e mulher: estratégias linguísticas diferentes? *Cadernos do NNFL*, IX (17).
- Esteves de Vasconcelos**, M.J. (2004). Pensamento sistêmico novo-paradigmático: novo-paradigmático por quê? *Família e comunidade/Núcleo de Família e Comunidade do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP*. São Paulo: Via Lettera.
- Figueira**, S. (1987). *Uma nova família?* Rio de Janeiro: Zahar.
- Feijó**, M. (2012). Família e projetos sociais voltados para jovens: impacto e participação. *Estudos em psicologia*, 29(2).
- _____. (2007). Práticas sistêmicas com casais e famílias com dificuldades sexuais. In A.L. Horta & M. Feijó. *Sexualidade na família*. São Paulo: Expressão e Arte Editora.
- _____. (2006). Família e gênero. In C. Cervený (org.) *Família e...* São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Falicov**, C.J (1988). Learning to think culturally. In H.A. Liddle, D.C. Breunlin, & R.C. Schwartz (eds.). *Handbook of Family Therapy Training and Supervision*. New York: Guilford Press.
- Flannery**, R. (1946). Men's and woman's speech in Gros Ventre. *International Journal of American Linguistics*, 12, 133-35.
- Freedman**, J., & **Combs**, G. (1996). *Narrative therapy: the social construction of preferred realities*. New York: WW Norton.
- Galli de Paratesi**, N. (1991). As palavras tabus e a mulher. In V. Albischer & C. Forel. *Falas masculinas, falas femininas? Sexo e Linguagem*. São Paulo: Brasiliense.
- García**, M.P. (2000). *Como hablan las mujeres*. Madrid: Arco libros.
- Geertz**, C. (1973). *The interpretation of cultures*. New York: Basic Books.
- Gergen**, K. (1994). *Realities and relationships: soundings in social construction*. Cambridge: Harvard University Press.
- Greenglas**, E. (1982). *A world of difference: gender roles in perspective*. Toronto: Wiley.
- Hondébine**, A. (1991). Na pista do imaginário linguístico. In V. Albischer & C. Forel. *Falas masculinas? Falas femininas? Sexo e linguagem*. São Paulo: Brasiliense.
- Horta**, A.L., & **Feijó**, M. (2007). *Sexualidade na família*. São Paulo: Expressão e Arte Editora.
- Macedo**, R.M. (2007). Sexualidade e Gênero. In A.L. Horta, & M. Feijó. *Sexualidade na família*. São Paulo: Expressão e Arte Editora.
- _____. (2006). Família e gênero. In C. Cervený (org.) *Família e...* São Paulo: Casa do Psicólogo.
- McNamee**, S. (2008). Um estudo socioconstrucionista da expertise terapêutica. *Nova Perspectiva Sistêmica*, XVI(31), 34-43.
- Martin**, C., & **Mahoney**, A. (1996). Gender dilemmas and myth in the construction of marital bargains: issues for marital therapy. *Family Process*, 35.

- Mead, M.** (1969). *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva.
- Medina, C.** (1974). *Família e mudança*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Medrado, B.** (1997). A masculinidade na mídia televisiva brasileira. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Interamericano de Psicologia, São Paulo.
- Morin, E., Castro, G., & Carvalho, E.** (2006). *Ensaio de complexidade*. Porto Alegre: Sulina.
- Motta, R., & Ciurana, E.** (2002). A cultura da complexidade e a complexidade da cultura. *Margem*, 16, 171-173.
- Palomino, E.** (2001). Cultura popozuda. *Folha de São Paulo*, 4.
- Schmidt, F.** Documentário “Sou feia mas tô na moda” mapeia o funk carioca. Recuperado em 27 abril, 2007, de <http://cinema.uol.com.br/ult-not/2005/12/15/ult26u20447.jhtm>.
- Sluzki, C.** (1997). *A rede social na prática sistêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Soares, M., Feijó, M.R., & Valério, N.I. et al.** (2011). O apoio da rede social a transexuais femininas. *Paideia*, 21(48), 83-92.
- Turdgill, P.** (1991). Sexo e prestígio linguístico. In V. Albischer & C. Forel. *Falas masculinas? Falas femininas? Sexo e linguagem*. São Paulo: Brasiliense.
- Vieira, D.** (2012). Adolescência, gênero e uso de substâncias. In E. Silva & D. Michelli. *Adolescência, uso e abuso de drogas: uma visão integrativa*. São Paulo: FAP/UNIFESP.

O PROCESSO DE TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL E A VIOLÊNCIA NO CASAL

THE PROCESS OF INTERGENERATIONAL TRANSMISSION AND MARITAL VIOLENCE

RESUMO: O fenômeno da violência no casal sustenta-se em uma triangulação de diferentes dimensões que se afetam recursivamente: a relacional, a histórico-geracional e a sociocultural. O objetivo deste artigo é problematizar o reconhecimento do processo da transmissão intergeracional e os modelos explicativos da violência no casal heterossexual. A metodologia utilizada foi de revisão teórica, sustentada em cinco eixos de análise. No exame dos modelos teórico-epistemológicos, observam-se diferentes posicionamentos frente à explicação da violência no casal, sendo a transmissão intergeracional o ponto de intersecção entre eles. Advoga-se para o perigo de uma leitura linear ou determinista da transmissão intergeracional da violência, assim como por um necessário reconhecimento da multideterminação de fatores, que se afetam mutuamente na perpetuação do fenômeno na história relacional do casal.

PALAVRAS-CHAVE: violência familiar, transmissão intergeracional, violência no casal.

ABSTRACT: The phenomenon of violence in the couple is sustained in a triangulation of different dimensions that affect themselves recursively: the relational, the historical-generational and the socio-cultural. The aim of this paper is to discuss the recognition of intergenerational transmission process and the explanatory models of violence in heterosexual couple. The methodology used was theoretical review that claimed five axes of analysis. In the analysis of theoretical and epistemological models are observed different positions forward the explanation of violence between the couple, however, the intergenerational transmission is considered the point of intersection between them. This article calls attention to the danger of a linear or deterministic reading of the intergenerational transmission of violence, as well as recognition of the need for a multiplicity of factors that affect each other in perpetuating the relational phenomenon in the history of the couple.

KEYWORDS: family violence, intergenerational transmission, marital violence.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da violência vem sendo discutido e problematizado nos diferentes âmbitos da produção do conhecimento, evidenciando um consenso em torno do reconhecimento da violência como um dos principais problemas mundiais de saúde (Melo, 2010; Minayo, 2007; Ministério da Saúde, 2005; Organização Pan Americana de Saúde, 2003; Organização Mundial de Saúde, 2002; Ministério da Saúde, 2002,). Entre suas consequências, observam-se as implicações sociais e de saúde que ameaçam o desenvolvimento humano, afetam a qualidade de vida dos indivíduos e desgastam o tecido social (OMS, 2002).

Associado a isso, é importante trazer à tona uma reflexão necessária sobre o posicionamento do profissional frente à violência. Entende-se que o posicionamento do mesmo ancorado em uma visão tradicional ou linear valoriza a crença de que se separando o mundo em partes encontrar-se-ão elementos simples, ou seja, a substância essencial para a compreensão do todo. Essa crença baseia-se no pressu-

NATALIA PINHEIRO SCANTAMBURLO

Psicóloga, terapeuta relacional sistêmica, especialista em Saúde da Família e Comunidade, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Laboratório de Psicologia da Saúde, Família e Comunidade. Universidade Federal de Santa Catarina.

nataliap.scantamburlo@gmail.com

CARMEN LEONTINA OJEDA OCAMPO MORÉ

Profa. Dra. em Psicologia Clínica – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Departamento de Psicologia – Laboratório de Psicologia da Saúde, Família e Comunidade. Universidade Federal de Santa Catarina.

MARIA APARECIDA CREPALDI

Profa. Dra. em Saúde Mental – Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Departamento de Psicologia – Laboratório de Psicologia da Saúde, Família e Comunidade. Universidade Federal de Santa Catarina.

Recebido em 01/06/2012.

Aprovado em 09/08/2012.

posto de que o mundo é estável e que os fenômenos são determinados e reversíveis podendo ser previstos e controlados. Além disso, existe a exigência da neutralidade para se chegar objetivamente ao conhecimento verdadeiro sobre o mundo (Vasconcelos, 2002).

Esse posicionamento linear tem repercussões diretas no processo de invisibilidade ou visibilidade da violência na prática profissional, pois, ao se valorizar as partes, o profissional pode não identificar a emergência de armadilhas, que, por sua vez, pode sustentar uma escuta fragmentada do fenômeno em questão. Considera-se que a presença dessa visão na prática profissional torna invisível a complexidade do fenômeno, o qual se configura numa diversidade de elementos que se afetam recursivamente, dando lugar a uma dinâmica e a uma configuração singulares na trama das relações humanas.

Indo ao encontro da perspectiva epistemológica da complexidade proposta por Morin (2005), compreende-se que, na multideterminação de um processo fenomênico, os elementos se conectam entre si, e que, por sua vez, constituem o tecido de acontecimentos, ações, interações e retroações. Dessa forma, pensar sobre a complexidade do fenômeno da violência requer do profissional uma clareza com relação às inter-relações desses elementos, principalmente os contextualizados nos sistemas envolvidos. Nessa leitura, o indivíduo passa a ser compreendido com base em sua inserção na trama relacional à luz dos seus contextos histórico e sociais.

O objetivo deste artigo é problematizar o reconhecimento do processo da transmissão intergeracional e os modelos explicativos da violência no casal heterossexual. Propõe-se uma discussão inicial com subsídios teóri-

cos no sentido de desconstruir leituras dicotomizadas ou fragmentadoras do fenômeno. Dessa forma, utilizou-se a metodologia de revisão teórica que se sustentou em cinco eixos de análise: a) a contribuição dos estudos intergeracionais sistêmicos; b) os modelos explicativos do processo da violência no casal heterossexual; c) os estudos nacionais e internacionais sobre a transmissão intergeracional da violência, e d) os pontos de consenso e a diferença sobre a utilização do conceito de transmissão intergeracional nos modelos que sustentam o trabalho com a violência conjugal.

Ao se evidenciar o conceito de transmissão geracional constataram-se dois termos comumente utilizados na definição desse fenômeno: intergeracional e o transgeracional. Optou-se pela reflexão em torno do conceito de transmissão intergeracional, tanto por congregar a maioria dos estudos analisados, como por entender que o fenômeno da violência no casal implica um trabalho que recai sobre as interações, que ocorrem entre os membros do sistema familiar em tempo presente.

De acordo com Boszormenyi-Nagy (1978), o conceito de transmissão intergeracional é definido como o intercâmbio relacional entre as gerações, mediante o diálogo ativo entre elas. Wagner (2005) define o termo como aquilo que é passado de uma geração à outra, e relaciona-o com a noção de reciprocidade em detrimento da noção de permanência. Correa (2000), baseado em uma perspectiva psicanalítica, refere-se ao espaço de metabolização do material psíquico transmitido pela geração mais próxima e que, transformado, passará à seguinte.

Observa-se que o termo intergeracional é utilizado naqueles estudos nacionais e internacionais cuja ênfase

do fenômeno estudado recai sobre as interações entre as gerações: avôs-pais, pais-filhos, avôs-filhos e entre pares (Cui, Durtschi, Donnellan, Lorenz, & Conger, 2010; Weber, Selig, Bernardin, & Salvador, 2006; Kwong, Bartholomew, Henderson, & Trinke, 2003; Stith *et al.*, 2000).

CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS INTERGERACIONAIS SISTÊMICOS

A principal contribuição dos estudos geracionais refere-se ao entendimento dos mecanismos de perpetuação dos padrões relacionais ao longo das gerações nos sistemas familiares (Wagner, 2005; Vasconcelos, 2007; Penso, Costa, & Ribeiro, 2008). De acordo com a produção teórica sistêmica, os pioneiros nos estudos sobre a Terapia Familiar (Bowen, Boszormenyi-Nagy e Framo) também foram denominados de terapeutas geracionais haja vista a importância dos conceitos propostos por estes autores nessa temática (Elkäm, 1998).

Esses precursores evidenciaram que o fenômeno transgeracional era mantido por forças emocionais profundas ao longo das gerações, e, somente por meio da compreensão das relações da família nuclear no contexto de suas famílias extensas, era possível identificar o fluxo emocional e os padrões relacionais presentes das gerações precedentes (Vasconcelos, 2007). Para a identificação desses fluxos e padrões relacionais, Bowen (1989) propôs considerar pelo menos três gerações como a unidade mínima para uma análise relacional. Essa amplitude em apreender as relações no sistema familiar representa o início de uma importante mudança epistemológica por considerar a interdependência e a complexidade envolvida nesse fenô-

meno (Böing, Crepaldi, & Moré, 2008; Andolfi, 1996).

De acordo com Osório (2002), a família desenvolve funções diversificadas de transmissão de valores éticos, estéticos, religiosos e culturais, baseados nos objetivos de preservar, nutrir e proteger a descendência e fornecer aos seus membros condições para a aquisição de suas identidades pessoais. Segundo o autor, a família é considerada como uma unidade grupal, na qual se desenvolvem três tipos de relações pessoais – aliança, filiação e consanguinidade.

Cada sistema familiar apresenta uma história complexa e singular caracterizada pela intersecção de histórias individuais, de experiências compartilhadas e de vínculos intergeracionais (Andolfi, 2003). A manutenção da identidade da família e a coesão entre seus membros dependem da perpetuação de crenças, valores, padrões relacionais de cada história compartilhada (Andolfi, 2003; Wagner, 2005). Nesse sentido, a transmissão da identidade e o sentimento de pertencimento são aspectos importantes, que caracterizam a coesão familiar e o desenvolvimento de seus membros (Penso *et al.*, 2008).

Por intermédio dessas relações, são desenvolvidos vínculos de afeto, de pertencimento, de compromissos, que, juntamente com as crenças, os valores e as normas adotados pela família, formam uma trama de lealdades familiares (Aun, 2007). Boszormenyi-Nagy (1978) define a lealdade familiar como uma estruturação relacional baseada em níveis profundos ético-relacionais de vida. O autor ressalta a responsabilidade recíproca, que liga as pessoas, como uma genuína preocupação pela necessidade do outro. Cada família apresenta seu modo peculiar de equilíbrio relacional, estabelecido pela equi-

dade nas relações, o que proporciona o amadurecimento emocional de seus membros (Boszormenyi-Nagy, 1978).

Em toda família observa-se a noção de justiça familiar, que, segundo Boszormenyi-Nagy (1978), evidencia o movimento constante de negociação afetiva de direitos, deveres, obrigações e méritos. Segundo o autor, esse processo é comparado à metáfora de um livro de contas onde são anotadas as contabilidades das relações familiares realizadas ao longo da história da família. Assim, algumas dívidas relacionais ou o direito de crédito são herdados por algumas pessoas das gerações anteriores.

Essa herança recebida das gerações anteriores e que será repassada para outras gerações fica mais evidente na etapa do ciclo de vida do casal, pois as relações estabelecidas na conjugalidade caracterizam-se como o ponto de encontro entre aquilo que já foi transmitido e o que, por sua vez, será transmitido à nova família (Andolfi, 2003). O conceito de conjugalidade é entendido pela união de duas pessoas que, por meio de seus elos geracionais, estabelecem uma matriz conjugal (Feres-Carneiro & Ziviani, 2009), a qual poderá ser vivenciada por intermédio do casamento ou de algum tipo de união em determinado período de suas vidas (Mossman, Wagner, & Feres-Carneiro, 2006).

De acordo com Bowen (1998), a formação de um casal constitui-se pela união de duas pessoas que trazem níveis de diferenciação em relação à sua família de origem. A escolha do parceiro ocorre, sobretudo, com base nesse nível de diferenciação (autonomia) ou indiferenciação (pertencimento excessivo) da massa de ego familiar, o que resulta na união de pessoas que compartilham os mesmos níveis de intensidade emocional. Dessa forma, a transição do ciclo de vida para a con-

jugalidade exige esforços constantes de mudança e adaptação, sendo que o conflito entre autonomia e pertencimento está presente em todo esse processo (Carter & MacGoldrich, 2001; Whitaker, 1995; Narciso & Ribeiro, 2009).

Quando o nível de indiferenciação da família de origem é alto, a relação de casal pode ser configurada por uma fusão emocional excessiva, ocasionando conflito conjugal, perda da identidade individual e perturbação emocional (Bowen, 1998). Por sua vez, constata-se padrões interacionais transmitidos ao longo das gerações, que podem ser geradores de sofrimento. Dessa forma, quanto maior a indiferenciação nas relações permeadas por violência na família de origem, maior a probabilidade que essas interações sejam repetidas em outras relações.

No contexto das discussões da transmissão intergeracional na perspectiva sistêmica, evidencia-se a ampliação do foco do indivíduo para as relações familiares, ao longo das gerações, e as temáticas como segredos, mitos, valores e crenças familiares, que sustentam o processo da transmissão, sobretudo, em relação à violência. Dessa forma, ressalta-se o início de uma reflexão epistemológica sobre a contextualização e a ampliação do conhecimento psicológico, com importantes implicações na prática clínica e de investigação (Böing *et al.*, 2008).

MODELOS EXPLICATIVOS DO PROCESSO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

Observa-se no campo da produção científica uma produção teórica consistente sobre o tema de violência conjugal entre casais heterossexuais. De acordo com Oliveira e Gomes (2011),

constata-se o predomínio de um conjunto de modelos explicativos da violência conjugal utilizados tanto para a compreensão do fenômeno, como para a sustentação das intervenções na prática clínica, sendo que as diferenças entre os modelos referem-se às interpretações e ao posicionamento teórico sobre as causas da violência. Por sua vez, também se encontram diferenças quanto ao delineamento utilizado nas pesquisas e aos participantes selecionados nesses estudos (Olsen *et al.*, 2010).

Entre os modelos explicativos, encontra-se o da violência contra a mulher ou violência de gênero, o qual assenta sua análise com base no reconhecimento de um comportamento violento do homem contra sua parceira, no contexto de um relacionamento íntimo (OMS, 2002; Brancalhone, Fogo, & Willians, 2004). Nessa perspectiva teórica, os papéis do homem/marido como agressor e da mulher/esposa como vítima são definidos *a priori*, afirmando que essa divisão de papéis tem origem na organização social patriarcal (Cantera, 2007). Os resultados dessas pesquisas nos ajudam a compreender como ocorre a dinâmica conjugal nas relações em que o homem/marido exerce violência contra a mulher/esposa.

Esse enfoque compreende a violência no casal não como um fenômeno derivado da natureza sexual das relações entre homem e mulher, mas como um processo histórico produzido e reproduzido pelas estruturas sociais de dominação alimentadas pela ideologia patriarcal (Cantera, 2004). De acordo com Cantera (2004), o enfoque de gênero tem o mérito inquestionável de descrever e compreender o processo de vítimas, que ainda estão presas em uma espiral de violência.

De acordo com Olsen *et al.* (2010), os estudos de gênero apresentam

amostras clínicas e as evidências sugerem que ocorre uma maior vitimização do sexo feminino em relação ao masculino. A população costuma ser selecionada nos serviços especializados que atendem vítimas de violência e, em sua maioria, o delineamento configura-se por ser qualitativo.

Entre os estudos sobre a perspectiva de gênero, observam-se correntes teóricas, que se diferenciam da concepção *a priori* de quem é agressor e vítima nas relações que envolvem violência (Falcke & Féres Carneiro, 2011; Santos & Moré, 2011a; Santos & Moré, 2011b; Cantera, 2004). De acordo com Cantera (2004), quando se tem o marco explicativo da violência, baseado no enfoque dicotômico (homem/mulher), resulta invisível a violência que algumas mulheres praticam contra os homens, como também a violência nas relações homossexuais (Cantera, 2007).

Outro modelo explicativo da violência aponta para a co-ocorrência de perpetrar e receber a violência. De acordo com Olsen *et al.* (2010), esses estudos caracterizam-se por uma amostra populacional e, em sua maioria, apresentam delineamento quantitativo. Os achados apontam que quando a violência conjugal é relatada na relação, observa-se uma reciprocidade entre os atos violentos reportados pelo casal (Kwong, Bartholomew, & Dutton, 1999; O'Keefe, 1997; Gray & Foshee, 1997).

Fundamentado nessa perspectiva, ao se discutir o processo de violência, considera-se o processo interacional, que não pode ser concebido como uma construção individual, mas sim como uma trama relacional na qual todas as partes envolvidas se afetam recursivamente (Santos & Moré, 2011a). Dessa forma, a fronteira entre agressor e agredido é de difícil demarcação

entre os envolvidos. Assim, a tomada da posição, produto desse processo de construção, dependerá diretamente do contexto histórico, geracional e social em que a situação de agressão ocorre (Santos & Moré, 2011a; Moré & Canterra, 2010).

Ao compreendermos a violência a partir da perspectiva relacional, Olsen *et al.* (2010) ressaltam a importância de se identificar a magnitude, a frequência e a duração da exposição à violência nas relações de casal. Pois, grupos que experienciam episódios esporádicos de violência se diferenciam dos grupos que vivenciam episódios de violência de forma cotidiana. Nesse sentido, Bolze, Schmidt, Crepaldi e Vieira (2011) diferenciam o conceito de conflito conjugal e violência conjugal, sendo o conflito inerente a toda relação humana, podendo resultar em novas oportunidades e transformações relacionais aos envolvidos. Por outro lado, a violência seria uma maneira de lidar com os conflitos, podendo ser adotada ou não pelos casais.

No marco do modelo explicativo da perspectiva relacional sistêmica, a violência conjugal pode ser entendida como ideia de processo, de contexto e do embate relacional e comunicacional entre os integrantes da família. Assim, a violência no contexto da família se sustenta baseada em um processo de construção, que se ancora no jogo relacional e comunicacional entre todos os membros ao longo do tempo, estabelecendo uma dinâmica peculiar. Essa perspectiva de compreensão do processo de violência coaduna-se com Almeida (2009) quando esse autor afirma que o maltrato, entendido como uma forma de violência, assume um valor comunicacional o qual tem que ser conhecido e transformado para que o sistema possa evoluir maturativamente sem se sentir ameaçado

na sua própria coesão interna. O modelo sistêmico estabelece a relação de codependência do processo de violência no sistema familiar, ou seja, a violência no contexto conjugal influencia todas as pessoas do sistema familiar, e o foco de estudo, portanto, é colocado nas interações entre todos os envolvidos daquela família (Schmidt, Schneider, & Crepaldi, 2011).

Considera-se que a perspectiva sistêmica avança na proposta teórico-metodológica com relação ao processo da violência, pois, ao considerar a família como um sistema aberto e em constantes trocas com outros sistemas, reconhecem-se os diferentes contextos que influenciam recursivamente para produzir o fenômeno. Dessa forma, ao enfocar as interconexões do sujeito com os diferentes contextos dos quais participa (do macrossocial ao microssocial), a fase do ciclo de vida e o aspecto geracional na definição do processo da violência no sistema familiar concebe-se um foco ampliado de análise do fenômeno (Bronfenbrenner, 2004; Bronfenbrenner & Morris, 1998). Por sua vez, os aspectos relacionados à comunicação, assim como, os elos de recursividade estabelecidos entre os membros da família são aspectos que também contribuem na contextualização das relações estabelecidas (Böing *et al.*, 2008; Aun, Vasconcellos, & Coelho, 2005; Grandesso, 2000).

Cabe destacar que abordar o fenômeno da violência conjugal na perspectiva relacional sistêmica implica a corresponsabilização no processo de construção da situação de violência por parte de todos os envolvidos. De acordo com Cunha, Roza, Matta, Stockler, Alegre e Santos (2011), um ato de violência exige um autor e uma vítima, mas o processo pelo qual aquele ato tornou-se possível tem a participação de todos que fazem par-

te daquele contexto. Dessa forma, não se tira a responsabilidade concreta do agressor frente à violência, devendo o autor ser responsabilizado legalmente respondendo por seus atos e a vítima deve ser cuidada e protegida. A contribuição da perspectiva relacional diante do fenômeno violência refere-se à possibilidade de um espaço de reflexão sobre o processo e sobre a dinâmica relacional que tornou o ato possível para que se evitem possíveis reincidências e a cristalizações de papéis (Cunha *et al.*, 2011).

TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

Os estudos sobre a transmissão dos padrões de violência têm sustentado a hipótese de que há fatores da família de origem, que podem ser considerados como preditores da ocorrência da violência nas gerações futuras. Entre esses estudos destacam-se aqueles que evidenciam que a violência na família de origem tem associação com a violência nas relações conjugais da geração seguinte (Cui *et al.*, 2010; Malik, Sorenson, & Aneshensel, 1997; O'Leary, Malone, & Tyree, 1994).

Mediante um estudo longitudinal, Cui *et al.* (2010) demonstraram que os sujeitos que foram expostos a altos níveis de violência na família de origem repetem esse processo interacional em sua relação conjugal. Além disso, essas pessoas escolhem como suas parceiras mulheres que também compartilham um padrão de interação similar.

De acordo com Kwong *et al.* (2003), nas relações conjugais nas quais ocorrem violência há uma alta correlação entre a co-ocorrência de violência física e violência psicológica. Segundo estes autores, essas duas formas de abuso

tendem a ser transmitidas pela família de origem, sendo o abuso psicológico considerado um dos aspectos essenciais na dinâmica das relações que envolvem violência. Além disso, Slep e O'leary (2005) demonstraram que, quando existe a violência conjugal, há uma alta probabilidade da co-ocorrência da violência contra a criança, tanto praticada pelo pai quanto pela mãe.

Kwong *et al.* (2003) e Stith *et al.* (2000) justificam seus achados da transmissão intergeracional da violência com base na perspectiva da teoria da aprendizagem social (Bandura, 1977), cujas opções de respostas violentas são aprendidas por meio da observação ou vivência desse comportamento. Assim, a criança observa como os adultos de sua família lidam com as situações e como suas escolhas comportamentais resultam em determinados desfechos. Quando adultas, suas opções de resposta a determinadas situações serão influenciadas pelas situações semelhantes que foram observadas na relação com seus cuidadores (Stith *et al.*, 2000).

Nessa mesma perspectiva, alguns pesquisadores têm demonstrado que nem todas as crianças que vivem em situações de violência em sua família de origem tornam-se abusivas em seus relacionamentos conjugais (Harris & Dersch, 2001; O'Keefe & Treister, 1998; McCloskey & Lichter, 2003). Esses estudos sugerem que a violência na família de origem apresenta-se como um dos fatores de risco, que pode se tornar preditor de violência nas relações futuras.

Em seu estudo, Harris e Dersch (2001) entrevistaram homens que sofreram violência em sua família de origem, mas não a utilizavam em suas relações conjugais. Os achados apontam que essas pessoas tinham fortes crenças contra o uso da violência e as

compreendiam como prejudiciais em suas relações íntimas. Além disso, os participantes também atribuíam seu comportamento não violento ao relacionamento com pessoas significativas em sua vida, fora do contexto da família de origem.

Esses achados ampliam a dimensão da transmissão intergeracional, ao considerarem aspectos fora do contexto familiar como possíveis fatores de proteção, relativizando, assim, o aspecto linear da transmissão da violência no contexto de família de origem. Indo ao encontro desses dados, Olsen *et al.* (2010) ressaltam que a relação entre os pares, sobretudo na infância e adolescência, pode ser preditora de risco ou de resiliência em relação ao comportamento violento.

Nesse sentido, as tendências atuais dos estudos empíricos sobre a transmissão intergeracional da violência têm ressaltado as interconexões de diferentes ecologias no desenvolvimento dos sujeitos, como fatores que influenciam o comportamento de perpetrar e receber a violência em relacionamentos românticos futuros. Assim, o posicionamento teórico-metodológico desses estudos passa a considerar as influências do microssistema e suas conexões, como também os aspectos do contexto macrossocial como a cultura, as influências históricas, políticas e religiosas, como parte da constelação de fatores determinantes dessa transmissão (Olsen *et al.*, 2010).

PONTOS DE CONSENSO E DIFERENÇAS SOBRE A TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL NOS MODELOS EXPLICATIVOS DA VIOLÊNCIA

De acordo com o exposto, observa-se que o modelo de gênero e o modelo relacional apresentados sobre a

compreensão da violência evidenciam um ponto em comum com o conceito da transmissão intergeracional. Considera-se necessária a problematização dessa intersecção entre violência e transmissão intergeracional, principalmente, em relação à presença de pontos cegos, que podem levar a não identificação da violência na prática profissional e à sustentação de um modelo determinista e linear de causa-efeito. Nesse sentido, ressalta-se a importância de se refletir sobre o posicionamento teórico-epistemológico do profissional em relação ao fenômeno.

Ancorados nos resultados das pesquisas sobre o processo da violência constata-se que as diferenças entre o modelo de gênero e o modelo relacional ocorrem principalmente pelo método de seleção da amostra utilizada (Olsen *et al.*, 2010). Considerando o modelo de gênero, a seleção da população para esses estudos configuram-se por amostras clínicas o que evidenciam o padrão de perpetração de violência que ocorre do homem em relação à mulher. Quanto ao modelo relacional, a seleção da população refere-se a amostras populacionais o que, de modo geral, evidencia que as taxas de perpetração da violência entre os casais ocorrem de forma bidirecional, ou seja, há agressões de ambos os lados.

É importante destacar que existem resultados de pesquisa como de Straus, Gelles e Steinmetz (1980) que correlacionam o processo da violência e a transmissão intergeracional através de um posicionamento vertical e determinista por não considerarem a complexidade dos mecanismos de perpetuação do fenômeno (Olsen *et al.*, 2010). Esse estudo contribuiu sobremaneira com a identificação e a nomeação do fenômeno, porém estabeleceu uma relação direta e linear entre o fato de que, se alguém testemunhar a

violência na família de origem, poderá tornar-se violento nas próximas relações com a nova família.

Assim, ressalta-se a armadilha de considerar que todo aquele que experiencia a violência irá sempre abusar, não tendo outra possibilidade senão perpetuar esse comportamento. Trata-se de um posicionamento que desconsidera os diferentes fatores e contextos, os quais influenciam e podem modificar a multideterminação do processo de violência.

A perspectiva do pensamento sistêmico auxilia a pensar e a ampliar a compreensão do conceito de transmissão, com base no reconhecimento do princípio da instabilidade aplicado aos sistemas familiares. Dessa forma, a violência como fenômeno pode ser processada por alguns dos elementos do sistema familiar, ficando uma margem livre, que provoca a instabilidade da trama relacional em todo o sistema (Von Foster, 1996). Por sua vez, o pensamento sistêmico considera a circularidade e a recursividade das configurações relacionais como fatores que influenciam a perpetuação desse processo.

Além disso, a perspectiva sistêmica propõe a mudança de uma “visão negativa”, na qual o mundo familiar tem como figura principal os desajustes e fracassos para uma perspectiva que foca, compreende e fortalece os recursos e o sucesso do grupo familiar (Böing *et al.*, 2008). Dessa forma, a família aparece como a principal fonte de recursos para produzir mudanças frente ao processo da violência (Moré & Cantera, 2010). Indo ao encontro desse modelo, Bronfenbrenner (2004) propõe a interconexão de diferentes sistemas ecológicos e a ampliação do foco como recurso para a contextualização desse fenômeno nos sistemas familiares.

Dessa forma, ao ampliar o foco das relações familiares, compreende-se do profissional uma postura ética e de respeito em relação às crenças daquela família. Isso não significa ser conivente ou negligente em relação à violência, mas estar internamente disponível para compreender seus mitos e valores transgeracionais, assim como as ligações de lealdade e afeto que vêm sendo transmitidas de geração em geração.

Assim, quando a violência está presente nas relações conjugais é necessário avaliar todo o sistema de relações familiares (Schmidt *et al.*, 2011; Koller & Antoni, 2004) e contextualizá-las, ressaltando as potencialidades e recursos encontrados nesses sistemas (Moré & Cantera, 2010). Os fatores potencialmente de proteção nos vários níveis ecológicos também são importantes para a garantia do desenvolvimento de cada membro do sistema familiar, mesmo nas relações que envolvam violência. Isso deixa em evidência a importância do suporte institucional e social nos diferentes níveis ecológicos, assim como a importância da rede social significativa, sendo que os estudos dessa última temática ainda são incipientes quando relacionados à temática da violência (Moré & Cantera, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na intervenção psicológica com famílias que apresentam sofrimento em decorrência do processo da violência, a utilização da noção de transmissão intergeracional tem se constituído um aliado para a qualificação da escuta, no sentido de gerar possibilidades de um entendimento ampliado e contextualizado do fenômeno baseado na história geracional da família.

É importante refletir e/ou assumir que a violência é prejudicial e danosa

em quaisquer que sejam as suas diferentes formas, quais sejam, física, psicológica, sexual, entre outras. Assim, coaduna-se com as afirmações de Stelko-Pereira e Willians (2010) o fato de que não cabe juízo de valor em relação à intensidade e ao tipo de violência, pois a violência como fenômeno sempre gera consequências físicas, relacionais e emocionais negativas. Dessa forma, entende-se que a postura diante desse fenômeno é de um esforço constante de torná-lo visível, assim como de intervir independentemente de qual modalidade se apresente.

Os modelos explicativos da violência oferecem diferentes possibilidades de entendimento, considerando-se a complexidade do fenômeno. Tanto o modelo de gênero como o relacional oferecem potencialidades. Os riscos referem-se a ambos os modelos ao assumir-se um posicionamento fragmentado e equivocado frente a um fenômeno tão complexo. Nesse sentido, é importante questionar-se quais elementos desses modelos favorecem a identificação do processo da violência nas famílias e instrumentalizam os profissionais para uma escuta sensível em relação ao fenômeno em todas as suas dimensões, e, sobretudo, no que concerne à violência psicológica, pois esta é a mais difícil de ser identificada.

Da mesma forma, dependendo do posicionamento teórico-epistemológico adotado pelo profissional ou pesquisador sobre a transmissão intergeracional pode-se assumir o risco de uma visão determinista e fragmentada sobre o fenômeno. Esta postura não visualiza a possibilidade de a família ter recursos de mudanças e de construção de interações, nem possibilidades alternativas de interação conjugal, pois os padrões estão encerrados em um ciclo perpétuo de transmissão.

A contribuição deste artigo visa refletir sobre a possibilidade de um posicionamento do profissional frente a um modelo integrador, que possa incluir contribuições do modelo de gênero e do modelo relacional, assim como o processo de transmissão intergeracional baseado numa ótica relacional, contextualizada e ampliada, que valoriza, sobretudo, os recursos potenciais do sistema familiar.

Considerando esse posicionamento, cabe destacar que a violência se sustenta em um processo de coparticipação entre todos os membros da família. Ao assumir essa postura, o profissional não responsabiliza somente um indivíduo sobre a violência na família, mas se propõe a uma leitura de como os elementos envolvidos nesse processo participam de forma a coconstruírem relações de violência no sistema familiar. Dessa forma, pode-se promover a reflexão sobre mudanças necessárias de cada um dos elementos envolvidos para que a violência não se perpetue.

REFERÊNCIAS

- Alarcão, M.** (2000). *(Des)equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Almeida, M.V.** (2009). *Violência conjugal e álcool: (in)existência de uma relação causal?* (Dissertação de Mestrado) em Medicina legal e Ciências forenses. Universidade de Coimbra, Portugal.
- Andolfi, M.** (1996). *A linguagem do encontro terapêutico*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Andolfi, M.** (2003). *Manual de Psicología Relacional: La dimensión familiar*. Colombia: La Sillueta Ediciones.
- Aun, J. G.** (2007). A transmissão transgeracional da contabilidade fami-

- liar. In J.G. Aun *et al.* (Ed.) *Atendimento sistêmico de família e redes sociais, II: o processo de atendimento sistêmico*. Belo Horizonte: Ophicina de arte & prosa.
- Aun, J.G., Vasconcelos, M.J.E., & Coelho, S.V.** (2005). *Atendimento sistêmico de família e redes sociais. I: Fundamentos teóricos e epistemológicos*. Belo Horizonte: Ophicina de arte & prosa.
- Bandura, A.** (1977). *Social learning theory*. Oxford: Prentice-Hall.
- Böing, E., Crepaldi, M. A., & Moré, C. L. O. O.** (2008). Pesquisa com famílias: aspectos teórico-metodológicos. *Paidéia*, 18(40), 251-266.
- Bolze, S., Schmit, B., Crepaldi, M. A., & Vieira, M.** (2011) Conflito conjugal: uma revisão da produção científica brasileira. *Pensando famílias*, 15(2), 51-69.
- Borzormenyi-Nagy, I.** (1978). *Visión dialectica de la terapia familiar intergeneracional: terapia familiar*. Buenos Aires: Ace.
- Bowen, M.** (1989). *La terapia familiar em la práctica clínica*. Bilbao: Desclee de Bouwer.
- Bowen, M.** (1998). *De la familia al individuo: la diferenciación del sí mismo em el sistema familiar*. Buenos Aires: Paidós.
- Brancahona, P. G., Fogo, J. C., & Williams, L. C. A.** (2004). Crianças expostas à violência conjugal: avaliação do desempenho acadêmico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 113-117.
- Bronfenbrenner, U.** (2004). *Making human Beings Human: Bioecological Perspectives on Human Developmental*. Thousand Oaks: Sage.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P.** (1998). The ecology of developmental processes. In M. Lerner *et al.* (Ed.), *Handbook of child psychology: theoretical models of human development*. New York: John Wiley & Sons.
- Cantera, L.** (2004). Más allá del género: nuevos enfoques de “nuevas” dimensiones y direcciones de la violencia en la pareja. *Athenea Digital: Revista de Pensamiento e Investigación Social*, 6.
- Cantera, L.** (2007). *Violência no casal: um enfoque além do gênero*. Porto Alegre: Dom Quixote.
- Carter, B., & MacGoldrick, G.** (2001). *As mudanças no ciclo de vida: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed.
- Carvalho-Barreto, A., Bucher-Maluschke, J.S.N.F, Almeida, P.C., & DeSouza, E.** (2009). Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. *Revista: reflexão e crítica*, 22(1), 86-92.
- Correa, O.B.R.** (2000). *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta.
- Cui, M., Durtschi, J., Donnellan, M.B, Lorenz, F.O., & Conger, R.D.** (2010). Intergenerational Transmission of Relationship Aggression: A Prospective Longitudinal Study. *Journal of Family Psychology*, 24(6), 688-697.
- Cunha, R.B.B., Roza, M.L.A., Matta, M.C., Stockler, M.C., Alegre, M., & Santos, S.** (2011). O autor de violência incluído no atendimento de terapia de família: desconstruindo papéis, reconstruindo mundos. *Nova Perspectiva Sistêmica*, XX(41).
- Elkäim, M.** (1998) *Panorama das terapias familiares*. São Paulo: Summus.
- Falcke, D. & Feres-Carneiro, T.** (2011). Reflexões sobre a violência conjugal: diferentes contextos, múltiplas expressões. In A. Wagner *et al.* (Ed.). *Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões*. Porto Alegre: Artmed.

- Feres-Carneiro, T. & Ziviani, C.** (2009). Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos conjugais da atualidade. In T. F. Carneiro *et al.* (Ed.). *Casal e família: permanências e rupturas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Grandesso, M.** (2000). *Sobre a reconstrução do significado: Uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gray, H.M., & Foshee, V. A.** (1997). Adolescent dating violence: Differences between one-sided and mutually violent profiles. *Journal of Interpersonal Violence, 12*, 126-141.
- Harris, S.M., & Dersch, C. A.** (2001). "I'm Just Not Like that": Investigating the Intergenerational Cycle of Violence. *The Family Journal, 9*(3), 250-258.
- Koller, S.H., & Antoni, C.** (2004). Violência intrafamiliar: uma visão ecológica. In S. H. Koller (Ed.). *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kwong, M.J., Bartholomew, K., & Dutton, D.G.** (1999). Gender differences in patterns of relationship violence in Alberta. *Canadian Journal of Behavioral Science, 31*, 150-160.
- Kwong, M.J., Bartholomew, K., Henderson, A.J.Z., & Trinke, S.** (2003) The intergenerational transmission of relationship violence. *Journal of family psychology, 17*(3), 288-301.
- Lisboa, A.V., Féres-Carneiro, T., & Jablonski, B.** (2007). Transmissão intergeracional da cultura: um estudo sobre uma família mineira. *Psicologia em Estudo, 12*(1), 51-59.
- Malik, S., Sorenson, S.B., & Aneshensel, C. S.** (1997). Community and Dating Violence Among Adolescents: Perpetration and Victimization. *Journal of Adolescent Health, 21*, 291-302.
- Mccloskey, L.A., & Lichter, E.L.** (2003). The contribution of marital violence to Adolescent aggression across different relationships. *Journal of Interpersonal Violence, 18*, 390-412.
- Melo, E.M.** (2010). *Podemos prevenir a violência*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde. Recuperado em 24 agosto, 2011, de http://portal.saude.gov.br/portal/.../podemos_prevenir_violencia_03_12_2010.pdf.
- Minayo, M.C.S.** (2007). A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. *Ciência & Saúde Coletiva, 11*.
- Ministério da Saúde.** (2002). *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Recuperado em 24 agosto, 2011, de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf.
- Ministério da Saúde.** (2005). *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Recuperado em 24 agosto, 2011, de http://www.bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia.pdf.
- Moré, C. L. O. O., & Cantera, L.** (2010). La violencia contra la mujer y la práctica profesional: la perspectiva de la familia, redes de apoyo e interdisciplinarietà. *Trabalho completo. Anais do Congresso de Intervención para el Estudio de la Violencia Contra las Mujeres*. Sevilla, ES, España, 1.
- Morin, E.** (2005). *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina.
- Mosmann, C., Wagner, A., & Féres-Carneiro, T.** (2006). Qualidade conjugal: mapeando conceitos. *Paidéia, 16*(35), 315-325.
- Narciso, I., & Ribeiro, M.T.** (2009). *Olhares sobre a conjugalidade*. Lisboa: Coisas de ler.

- Narvaz, M.** (2002). Abusos sexuais e violências de gênero. In M.R. Nunes (Ed.). *Os direitos humanos das meninas e das mulheres: enfoques feministas*. Porto Alegre: Assembléia legislativa do Rio Grande do Sul.
- Narvaz, M. & Koller, S. H.** (2004). Famílias, violências e gêneros: desvelando a trama da transmissão transgeracional da violência de gênero. In M. Strey et al. (Ed). *Violência, gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: Edipucrs.
- Nichols, M.P. & Schwartz, R.C.** (1998). *Terapia familiar: conceitos e métodos*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- O'Keefe, M.** (1997). Predictors of dating violence among high school students. *Journal of Interpersonal Violence, 12*, 546–568.
- O'Keefe, M. & Treister, L.** (1998). Victims of dating violence among high school students. *Violence Against Women, 4*, 195–223.
- O'Leary, K. D., Malone, J., & Tyree, A.** (1994). Physical aggression in early marriage: Prerelationship and relationship effects. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 62*, 594-602.
- Oliveira, K. L. C. & Gomes, R.** (2011). Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. *Revista ciência e saúde coletiva, 16*(5), 2401-2413.
- Olsen, J.P., Parra, G.R., & Bennett, S.A.** (2010). Predicting violence in romantic relationships during adolescence and emerging adulthood: A critical review of the mechanisms by which familial and peer influences operate. *Clinical Psychology Review, 30*, 411–422.
- Organização Mundial de Saúde [OMS]** (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Organização Mundial de Saúde. Recuperado em 24 agosto, 2011, de <http://www.opas.org.br/cedoc/hpp/ml03/0329.pdf>.
- Organização Pan Americana de Saúde [OPAS]** (2003). *Repercussão da violência na saúde das populações Americanas*. Recuperado em 04 setembro, 2011, de <http://www.paho.org/portuguese/gov/cd/cd44-fr-p.pdf>.
- Osório, L.C.** (2002) *Casais e famílias: uma visão contemporânea*. Porto Alegre: Artmed.
- Papp, P.** (2002). *Casais em perigo: novas diretrizes para terapeutas*. Porto Alegre: Artmed.
- Penso, M.A., Costa, L.F., & Ribeiro, M.A.** (2008) Aspectos teóricos da transmissão transgeracional do genograma. In M. A. Penso et al. (Eds.). *A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção*. São Paulo: Summus.
- Ravazzola, M.C.** (2005). *Historias infames: los maltratos em las relaciones*. Buenos Aires: Paidós.
- Santos, A. C. W., & Moré, C. L. O. O.** (2011a). Repercussão da violência na mulher e suas formas de enfrentamento. *Paidéia, 21*(49), 227-235.
- Santos, A. C. W., & Moré, C. L. O. O.** (2011b). Impacto da Violência no Sistema Familiar de Mulheres Vítimas de Agressão. *Ciência e profissão, 31*(2), 220-235.
- Schmidt, B., Schneider, D.R., & Crepaldi, M. A.** (2011). Abordagem da violência familiar pelos serviços de saúde: contribuições do pensamento sistêmico. *Psico, 42*(3), 321-329.
- Silva, M. A; Falbo Neto, G.H., & Cabral Filho, J. E.** (2009). Maus-tratos na infância de mulheres vítimas de violência. *Psicologia em Estudo, 14*(1), 121-127.
- Slep, A. M., & O'Leary, S.G.** (2005). Parent and partner violence in families with young children: Rates, patterns, and connections. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 73*, 435-444.

- Stelko-Pereira, A.C., & Williams, L. C. A.** (2010). Sobre o conceito de violência: distinções necessárias. In L.C.A. Williams *et al.* (Eds) *Aspectos Psicológicos da Violência: Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental*. Campinas: ESETEC.
- Stith, S. M., Rosen, K. H., Middleton, K. A., Busch, A. L., Lundeberg, K., & Carlton, R. P.** (2000). The Intergenerational Transmission of Spouse Abuse: A Meta-Analysis. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 640–654.
- Straus, M. A., Gelles, R. J., & Steinmetz, S. K.** (1980). *Behind Closed Doors: Violence in the American Family*. New York: Anchor.
- Tolan, P., Gorman-Smith, D., & Henry, D.** (2006) Family violence. *Annual Review Psychology*, 57, 557–83.
- Vasconcelos, M. J. E.** (2007). Panorama das abordagens transgeracionais em terapia familiar. In J.G. Aun *et al.* (eds). *Atendimento sistêmico de família e redes sociais*. (Vol II): O processo de atendimento sistêmico. Belo Horizonte: Ophicina de arte & prosa.
- Von Foster, H.** (1996). *Las semillas de la cibernética: obras escogidas*. España: Gedisa.
- Wagner, A.** (2005). *Como se perpetua a família?: a transmissão dos modelos familiares*. Porto Alegre: Edipucrs.
- Weber, L.N.D., Selig, G., Bernardi, M.G., & Salvador, A.P.V.** (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações: transmissão intergeracional de estilos parentais. *Paidéia*, 16(35).
- Whitaker, A.** (1995) *Dançando com a família: uma abordagem simbólico-experiencial*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

COM LICENÇA, POSSO ENTRAR?

EXCUSE ME, CAN I COME IN?

RESUMO: Este artigo propõe uma reflexão prático-teórica sobre uma abordagem de atendimento nas residências dos clientes baseada nas Práticas Colaborativas. É uma forma de atendimento para pessoas com dificuldades importantes no desenvolvimento, ainda sem aquisição de linguagem verbal, que envolve o atendimento domiciliar em si, além de discussões sobre a compreensão de uma comunicação não-verbal.

PALAVRAS-CHAVES: práticas colaborativas, atendimento domiciliar, comunicação não verbal.

ABSTRACT: This article proposes a reflection on the practical-theoretical approach on how to care clients in an office visit, in their homes based on the Collaborative Practice. It is a form of care for people with major difficulties in development even without verbal language acquisition involving the home care itself, as well as discussions on an understanding of nonverbal communication.

KEYWORDS: collaborative practices, home care/ office visit, non-verbal communication.

PAULA AYUB

Psicóloga, terapeuta de família e diretora do Centro de Convivência Movimento.

*“The body works without the mind’s noticing it”
“O corpo trabalha sem que a mente perceba.”**

TOM ANDERSEN (SHOTTER, 1999)

Recebido em 10/07/2012.

Aprovado em 21/08/2012.

Neste artigo apresento o trabalho que venho desenvolvendo desde 1987 com pessoas com os chamados transtornos invasivos do desenvolvimento, com foco na criação de contextos facilitadores para a construção de uma relação colaborativa.

Em outro artigo (Ayub, 2007), descrevi como, em minha trajetória pessoal, especializei-me em “ouvir com os olhos”. Essa habilidade levou-me nos anos 1984-1989, ainda na faculdade, ao trabalho com crianças, jovens e adultos com Transtornos Geralmente Diagnosticados pela Primeira Vez na Infância ou Adolescência, mais particularmente dentro do espectro autista (Wing, 1997). Dentro da descrição do DSM IV (1995), os Transtornos Geralmente Diagnosticados pela Primeira Vez na Infância ou Adolescência abarcam cerca de nove, entre eles os do espectro autista, ou Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID), englobando Rett, Asperger, Autista, Transtorno Desintegrativo da Infância e Transtorno Invasivo do Desenvolvimento Sem Outra Especificação. Com algumas diferenças em termos de classificação, eixos e características descritas, o CID 10 denomina o transtorno que engloba o autismo como Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD). Falando mais especificamente sobre o autismo, opto por trabalhar com a descrição de Lorna Wing (1997): prejuízos na imaginação, socialização e comunicação.

A aparente ausência ou prejuízo na comunicação, igualada à linguagem funcional, aquela que usamos para conseguir algo ou comunicar algo a alguém, segundo os manuais diagnósticos, me sugeria uma ausência total de compreensão de parte de nós, terapeutas, que, na época, buscávamos a “cura pela palavra”**, interpretada dentro dos consultórios orientados pela psicanálise lacaniana.

* Tradução da autora.

** É uma expressão que foi usada pela primeira vez por Anna O., como ficou conhecida a paciente de Breuer de um relato de que, através da hipnose, podia falar de lembranças esquecidas e livrar-se de sintomas histéricos. Freud adotou a expressão pela primeira vez na Segunda Lição de Psicanálise pronunciada em 1909 na Clark University em Massachusetts. A expressão tornou-se um sinônimo para psicoterapias realizadas através de conversação.

Os modelos disponíveis para pensar eram a psicanálise, o behaviorismo e a psiquiatria. A palavra, o comportamento e o fármaco, todos em busca de um retorno de crianças com autismo aos comportamentos esperados para suas respectivas idades. A psicanálise buscava um porquê com autores como Francis Tustin (1975) e Margareth Mahler (1983), baseada em princípios da realidade conhecida, a nossa, e, como diziam os próprios psicanalistas, a neurótica. A psiquiatria buscava um “encaixe” com doenças já conhecidas, a psicose, por exemplo. Dentro da abordagem do comportamento, Eric Schopler, na década de 1960, fundou o programa TEACCH na Carolina do Norte, EUA, difundido pelo mundo e aplicado até os dias de hoje, inclusive no Brasil. TEACCH – Treatment and Education of autistic and communication handicapped children – é uma abordagem comportamental com apoio na psicolinguística, que tem como objetivo facilitar a aprendizagem da pessoa com autismo a partir do arranjo ambiental, ensino estruturado e comunicação alternativa. Eric Schopler é autor de diversos livros sobre o tema, sendo *Autism: A Reappraisal of Concepts and Treatment* (1978), um dos mais buscados, e escrito em parceria com Michael Rutter, importante psiquiatra e pesquisador inglês sobre autismo.

Na década de 1980/90, muitos eventos apoiados por associações como a AMA, ABRA (Associação Brasileira de Autismo) oficializaram as discussões acerca do autismo e um grupo de estudos e pesquisas foi formado em um deles, em Brasília, (1990) o GEPAPI – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Autismo e Psicose Infantil. Nomes brilhantes de nossa academia (Camargo, Rosenberg, Salle, Schwartzman, Assunção Jr. e Lippi). formavam o grupo que buscava

formar e informar sobre o autismo. A psiquiatria infantil no Brasil ainda rascunhava suas primeiras páginas sobre o autismo, como retratou Assunção (1995) em seu livro.

Meu primeiro contato com crianças com autismo deu-se ainda na faculdade e um fato em especial me levou a pensar sobre a comunicação que tentávamos estabelecer com elas. Estávamos em um passeio pelo shopping e, ao passar por outras crianças com um sorvete na mão, o garoto que eu acompanhava tentou pegar o sorvete, o que impedi imediatamente e, na mesma velocidade, recebi uma enorme mordida no pescoço.

Naquele momento, passado o susto, minha leitura automática foi “quero sorvete”, entretanto o ato da criança me foi explicado como um comportamento “bizarro dos autistas”, a heteroagressividade.

Que mundo é este?, perguntava-me constantemente. Seria a heteroagressividade uma simples expressão de um quadro clínico? Aquele garoto não queria me comunicar nada? Como compreender aquele evento?

O significado da palavra compreensão vem sendo palco para discussões e reflexões. Compreendo a partir de quê? Do manual psiquiátrico, que carrega em si um saber acadêmico e legitimado por uma determinada comunidade, ou parto de minhas impressões, do meu saber que me conecta àquela pessoa? Não acredito que haja um único, ou acredito que a compreensão parta tanto do intérprete, quanto do participante da cena vivida e, cada qual se baseia em sua própria tradição histórica para dar significado, interpretação, compreensão ao que viveu. Ainda, como nos argumenta Tom Andersen (2004), nossa compreensão também está diretamente relacionada ao que vemos e ouvimos e, ao que

“escolhemos” para ver e ouvir: “Não vemos aquilo que não buscamos e não ouvimos aquilo que não prestamos atenção.”

De acordo com o que acredito ser compreensão, tomo o que Tom Andersen (2004) escreveu como círculo hermenêutico. “*conceito geralmente relacionado a Martin Heidegger e Hans Georg Gadamer*” para oferecer em meu trabalho “uma nova *nuance*” onde já havia um pré-conhecimento sobre si e sobre o outro. Entendo o círculo hermenêutico como aquilo que aprendemos da vida e que conhecemos dela e que nossas compreensões partem dos conceitos que formamos no decorrer deste nosso aprendizado. Portanto, julgava precisar de algo mais para conhecer aquelas crianças. Atendê-las em contextos conhecidos por mim e, carregados de pré-concepções minhas, poderia me ajudar, mas não tinha certeza sobre se poderia ajudar as crianças. Na época, havia dois tipos mais conhecidos de contextos, os consultórios (médicos e de outras especialidades-psicológicas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais) e as escolas que, mesmo “especiais”, reproduziam o modelo tradicional, com carteiras, mesas e atividades dirigidas.

Não me sentia confortável em nenhum dos contextos conhecidos. Pelo histórico das crianças descrito pelos pais, os consultórios eram ambientes de estresse para os pequenos, sempre solicitados a fazer coisas para uma avaliação do “quadro” muito mais do que para serem conhecidos. E as escolas davam às crianças o que as descrições do quadro que apresentavam diziam que elas se negavam a fazer, isto é, comportar-se dentro de diretrizes pré-concebidas como normais.

Acreditava que necessitava de um ambiente distinto, de algo que pudesse me oferecer uma porta de entrada

para um modo de conhecer o mundo que eu ainda não conhecia. Minha primeira tentativa foi a casa das crianças, pois, pensei que se eu adentrasse o incomum isto poderia ser mais produtivo, já que o interesse em conhecer “aquele mundo” era meu.

Orientava-me por uma compreensão que me estimulava a buscar o novo: “*Pessoalmente acho mais compensador sair do fluxo convencional e ir para as margens* (Andersen, 2004).”

E foi assim que eu disse pela primeira vez: Com licença, posso entrar?

ENTRANDO

Normalmente, um consultório é montado de acordo com o gosto do profissional, mais ou menos “neutro”, com ou sem fotos de família, livros, brinquedos, enfim, móveis e instrumentos de trabalho que remetem ao seu modo de estar no mundo. Esse arranjo fala do profissional e oferece aos clientes/pacientes aquilo que julgamos importante para nosso trabalho e que **julgamos que nos** auxilia a conhecer as pessoas que se colocam à nossa frente. Tudo passa pelo nosso julgamento e pela nossa percepção de colaboração. Para aqueles que entram, penso que seja um mundo totalmente desconhecido.

Sair do meu lugar de conforto, meu consultório, é um movimento de busca de compreensão, um exercício literal do que penso que compreendi nas palavras de Shotter (2006) em seu artigo sobre a comunicação “Vygotsky, Bakhtin, Goethe: Consciousness as Conscientia, as Witnessable Knowing Along with Others”:

Virando-nos para fora, para outros, em vez de para dentro, para nossas próprias supostas operações internas, encontramos aspectos das nossas relações com os

outros ao nosso redor que são cruciais para nos tornarmos mais conscientes (mais con-scientia) em nossas relações com eles (2006, p. 13).

Embora “minha casa” esteja sempre aberta a receber quem desejar entrar, procuro pela compreensão de onde “moram” os interesses, os sonhos, os porta-retratos, os brinquedos das pessoas que me procuram. Meu olhar e meu ouvido entram em uma busca incessante por compreensão, por querer me responder: quem é esta pessoa? Como poderei colaborar, em que poderei colaborar?

Shotter (2007) relata que Tom Andersen disse uma frase sobre ele mesmo que o deixou e o deixa intrigado: “*a wanderer and a worrier*”* (p. 2). Tal expressão de como Tom se sentia diante de seu trabalho também em mim causa impacto. Um impacto de identificação de alguém que busca compreender a qualquer custo àqueles que me procuram para algum tipo de ajuda, inclusive, buscando com os olhos do outro, mesmo que tal desafio possa ser impossível, pois também creio nas palavras de Bakhtin (Holt, 2003) de que cada pessoa ocupa um lugar único para ver o que vê. E que embora tente expressões diversas e quase assertivas, não poderá oferecer a exata impressão do que realmente vê. No entanto, acredito que quanto mais próxima eu possa estar das pessoas que me procuram para conversar, mais próxima de seus universos, mais facilmente possa encontrar conexões que me ofereçam compreensões mais a partir do outro do que de minhas próprias pré-concepções.

Em muitas outras palavras, meu trabalho se dá de fato como uma andari-lha, buscando os contextos onde habitam significados que as conversações comuns, em linguagem verbal, não poderão oferecer. Eu converso com pesso-

as que não conversam falando, seus significados de mundo permanecem em seus contextos distantes da minha realidade. Para mim, pensar em significados compartilhados com estas pessoas seria oferecer os meus significados apenas e não os compartilhar. Seria como se não estivesse aberta a receber o que o outro conhecesse do mundo para dividir comigo, já que a fala não está lá para dialogar sobre os significados. Por exemplo, há pessoas que comem o feijão em cima do arroz e outras que comem o feijão ao lado do arroz e, outras comem por baixo e há as que não comem arroz. Se uma criança não tem independência para servir-se, ou se está em um restaurante e o prato vem pronto, como vamos dividir este significado? Mudanças como estas podem gerar comportamentos inesperados e “agressivos”. Estas pequenas informações são de extrema importância para que uma relação de confiança, respeito e real compreensão se consolide.

Também me sinto uma *worrier*, uma ocupada mentalmente dos diversos mundos que visito, buscando incansavelmente não utilizar meu mundo, meus significados, nem fazer rápidas conclusões sobre as distintas histórias que pretendo conhecer.

Ainda, se cada um ocupa um lugar único para ver o que vê, acredito que quanto mais próxima possa estar destes lugares, mais próxima estaria de uma compreensão do que o outro vê, ou melhor, de como o outro vive o que vê.

Para tanto, me utilizo das palavras de Bakhtin (*apud* Curran & Takata, 2004): “*Como hei de dizer qualquer coisa quando o Outro pode responder.*”** Ele vê essa possibilidade dentro de uma perspectiva inter-relacional de justiça e legitimidade entre o Eu e o Outro, onde um afeta o que o outro poderá dizer e onde esta interação poderá afetar a comunidade.

* “Andarilho e preocupado” – tradução da autora. Aqui tomo a liberdade de colocar “mentalmente ocupado”, no lugar de “preocupado”, já que o sufixo pré implica em anterioridade, previsão, o que, no meu entender, não revela um tipo de pensamento de Tom Andersen.

** “How shall I say anything when the Other can answer” – tradução da autora.

Meu primeiro trabalho dentro da casa do cliente veio como um presente. Um entusiasta psiquiatra infantil me propôs que fosse até uma paciente sua que não saía de casa, pois, na rua, rasgava as roupas e sua família não sabia o que fazer para evitar tal comportamento. As conversas entre mim e o psiquiatra buscavam, entre discussões e reflexões, atendimentos para pessoas com autismo que pudessem ampliar nossas compreensões acerca dos comportamentos descritos na literatura. Parti do estudo sobre acompanhamento terapêutico, mas sabíamos que haveria uma diferença de postura, pois o acompanhamento nasceu como uma prática baseada na psicanálise. Assim nasceu meu artigo sobre atendimento domiciliar (Ayub, 1996), uma revisão bibliográfica sobre o acompanhamento terapêutico e os possíveis caminhos para uma nova prática. O artigo em questão percorre os caminhos que levaram o auxiliar psiquiátrico à atuação como acompanhante terapêutico, saindo das clínicas psiquiátricas durante o Movimento da Antipsiquiatria nas décadas de 1950 e 1960. Sobre o atendimento domiciliar, apenas um breve comentário sobre um trabalho similar ao do acompanhante terapêutico de atendimento a indivíduos com transtornos e/ou deficiências, oferecendo um “Programa” individualizado e levando-se em conta o pedido da família.

Como a proposta sobre o atendimento na residência havia sido do psiquiatra, a família me contatou já com o pedido pronto: “Você pode fazer os atendimentos aqui em casa?”

Como converso com pessoas que não “conversam”, meus olhos são meus ouvidos. A casa do cliente/paciente é o mundo em que ele vive e se relaciona diariamente. O trabalho do corpo em linguagem é minha possibilidade de

resposta, é meu modo de encontrar uma possibilidade dialógica entre Eu e o Outro e nos afetarmos mutuamente. A família é nosso ponto de partida para a construção de significados do que nos rodeia fornecendo a bagagem inicial que permite partirmos para um espaço maior, a comunidade como um todo. Minha resposta foi: “Quando podemos começar?”

Ao me encontrar com B* pela primeira vez, vi uma jovem tímida e com uma fala frágil, que, além de um tom de voz extremamente baixo, repetia as últimas palavras que ouvia, o que, segundo a descrição psiquiátrica, era apenas ecolalia, uma característica do quadro, mas sem significado. Encontrei-me com uma jovem que pareceu gostar da experiência de ter uma pessoa em casa para brincar. Lentamente, nosso brincar foi abrindo portas para novos jogos e novos significados e aqui cabe ressaltar que:

Quando damos à linguagem um lugar central em nossas construções teóricas ou atividades práticas, estamos alinhados com a formulação de “sistemas humanos como sistemas geradores de linguagem e significado” (Anderson & Goolishian, 1988). O cuidado a observar é o de não reificar “a linguagem” nesse sentido a expressão “geradores de...” é de grande utilidade para não perdermos de vista o caráter processual da produção de significados que ocorre quando dois interlocutores se comunicam (Cruz, 2009, p. 136).

Gosto da expressão “produção de significados”, pois é o que acredito que faço quando trabalho com pessoas que não usam a linguagem verbal. Quando B repetia o que eu dizia, eu repetia novamente e ela sorria. Falávamos pouco e, quando falávamos, eram repetições de repetições. Eu buscava sempre re-

* Nos casos citados neste texto, foram tomadas as devidas medidas éticas de anonimato e cuidados com as informações pessoais ou privadas dos/as pacientes.

presentar, de alguma forma, estas repetições. Se, por exemplo, eu dizia vamos beber água e ela dizia: água. Eu dizia: água e, antes de beber, mostrava a ela a água da pia, do chuveiro, da mangueira do jardim, da geladeira, do filtro, da chuva, da piscina e de onde mais houvesse água. Então dizia, estou com sede, quero BEBER água. Neste encontro, se me lembro bem, a água foi nosso significado em construção. Demos água para as plantas, conhecemos as diferentes temperaturas que a água pode ter, nos sujamos e nos limpamos com a água e assim por diante. A mãe relatava que quando ela tomava banho repetia: água! Então começamos a construir BANHO.

A construção que julguei mais significativa foi acerca do rasgar as roupas na rua. Quando B ia sair de casa, sua mãe pedia que trocassem sua roupa. As camisetas largas e os moletons davam lugar a roupas mais ajustadas ao seu corpo. Costumávamos passear pelos arredores de sua casa. Ao iniciarmos a caminhada, ela começava a coçar o pescoço e, sem que pudesse fazer qualquer coisa, lá estava o colarinho da blusa em suas mãos. Na terceira ou quarta vez em que íamos sair, resolvi olhar o colarinho, vi uma etiqueta “engomada”, dura e perguntei se poderia cortá-la. A mãe disse que sim. Voltamos do passeio com o colarinho na roupa. Percebi que, além de construir significados, poderíamos ressignificar significados estabelecidos pelos outros para as comunicações não-verbais de B; deixamos de dizer que B rasgava as roupas para dizer que B não gostava de etiquetas duras nas roupas. Com um pouco mais de tempo, descobrimos que B GOSTAVA muito de algumas etiquetas e QUERIA VÊ-LAS. Foi um re-ressignificado. Nosso trabalho foi cortar todas as etiquetas de todas as roupas e costurá-las do lado de fora

de uma camiseta nova, toda branca. Para este trabalho, toda a família se uniu. Todos cortavam suas etiquetas e, quando eram diferentes e bonitas, vinham animados colocar no pote de etiquetas de B. Ela passou a colecionar etiquetas de roupas. Depois disso, não precisavam mais de mim para passear ou para conversar com B. Sua comunidade, sua família, passou a realizar o processo de construção de significados com ela e pudemos seguir nossos caminhos em separado.

O “Não Saber”, conceito introduzido por Harlene Anderson e Goolishian (1988), da forma como entendo, não passa pelo “esquecer” o que se sabe, pelo “fingir” que nada sei, mas sim, profunda e genuinamente pela crença de que o que sei não supera o que não sei sobre o que o outro sabe de si.

Na minha maleta de atendimentos, carrego a lição do tempo. Não há pergunta que não tenha uma resposta se o Outro é legitimado em uma conversação, leve o tempo que necessitar, ela virá. Segundo Sylvia London (2012), em visita a São Paulo para ministrar uma aula, “*O tempo manda!*”, sim, o tempo manda, mas quem manda no tempo do outro, não somos nós terapeutas. Acredito que seja importante que tenhamos tempo para o Outro.

Outra lição importante: um significado não se encerra naquilo que conhecemos dele; em conversação, o que o Outro conhece pode fazer surgir algo desconhecido para nós. O fato de sermos terapeutas não nos dá o poder de construir significados apenas conhecidos por nós. Somos descobridores também.

As vivências com B e outros tantos companheiros de trabalho foram me dando confiança no processo de conhecimento e construção de significados a partir de contextos onde o tempo que manda é o tempo do Outro. Continuei

na trajetória indo ao encontro deles em seus universos e criando um contexto em minha clínica que pudesse aparentar uma casa qualquer, com coisas de todas as casas, onde as pessoas pudessem identificar algo que fosse compatível com seus significados.

Meu trabalho ao longo dos anos foi sendo guiado por alguns valores pessoais e por autores que revelavam em suas teorias o que eu acreditava ser o pilar da ética: o respeito pelo outro.

Watslavick (1999) me deu meu primeiro pressuposto: “*A impossibilidade de não comunicar*” (p. 45). Em seu texto sobre comunicação digital e analógica, me fica a imagem de que há significados que não podem ser trazidos às palavras, elas são formas, corpos de linguagem.

Tom Andersen (2000) com sua invejável conexão com o outro, em “*Levando significados às palavras*”, me mostrou que movimentos podem ter significados e que podem ser transformados em palavras. Foi como aprender a andar e saber que aquilo era andar.

Maturana (1999), como legítimo outro nas minhas conversações, me trouxe o Outro por inteiro, principalmente quando ele nos oferece a oportunidade de compreender um comportamento de agressividade, sem aparente razão ou motivo, como uma resposta a negação do Outro, ou do pedido do Outro em uma comunicação não-verbal. Ela vem como uma resposta ao desrespeito, como uma mordida no pescoço quando não ouço um pedido para tomar sorvete.

Algum tempo se passou desde que iniciei esta colcha de retalhos, tempo que me trouxe às práticas colaborativas, como relatei em outro artigo (Ayub, 2012), pois finalmente me sentia podendo dar um nome ao que acredito que faça.

Em *Conversação, linguagem e possibilidades* (2009), Harlene Anderson discorre sobre conceitos de não saber, incertezas, humildade, promovendo em contextos de conversação uma atmosfera respeitosa com o outro e com sua história. *Levando significados às palavras*, aquelas palavras davam nomes ao que sentia e achava que fazia.

Quando recebo uma ligação com um pedido para atendimento, procuro explicar como faço este processo. Ofereço a possibilidade de recebê-los em minha clínica, e também me vejo tendo que descrevê-la, pois não é um espaço comum. E depois, com muita humildade, me convido a ser recebida em suas casas. Primeiro pergunto de onde veio o encaminhamento, pois, na maioria das situações, os “encaminhadores” já explicam que faço um trabalho nas residências e nas escolas. Mas, mesmo assim, procuro deixar as pessoas muito à vontade para dizerem o que realmente querem e o que não querem. Se a pessoa não está certa de que deseja minha visita, este encontro pode ser extremamente desconfortável para ambos. Minha veste colaborativa precisa ser usada desde este primeiro contato, é a partir daqui que começamos a nos conhecer. Embora a prática colaborativa tenha um significado mais amplo, percorrendo nossa forma de ser no mundo, sinto que quando inicio um processo de conhecimento, um foco de luz ilumina aquele espaço unicamente, tornando o restante do meu cenário mais escuro. É como se o mundo que conheço deixasse de ter sua luz e passo a querer enxergar o mundo do outro.

Sylvia London (2012) foi questionada pelos alunos do curso II Certificado Internacional de Práticas Colaborativas em São Paulo acerca de sua paciência em relação ao perguntar e não perguntar quando estava realizando uma entrevista e respondeu: “Fiz esta pergunta

para Harlene quando a via atender e ela me disse: “Isto não é paciência, é curiosidade.” Sim, curiosidade, o que me motiva a conhecer o outro pelo Outro e não por mim. A paciência, segundo ela, passa pelo sacrifício, como se estivéssemos dando algo de nós para o outro. A curiosidade me faz querer conhecer, me faz querer estar com o outro. Creio que entendo essa curiosidade como algo que não tem um fim no meu interesse, mas como algo que me faça poder conhecer o que não conheço.

Quando pergunto se a pessoa está disposta a me receber em sua casa, preciso que ela saiba que não me ferirá se disser não e que os encontros não objetivam nenhum tipo de julgamento. Não faço meus atendimentos para checar a vida privada de meus clientes, nem para dizer que tal comportamento acontece porque os pais fazem tais coisas de errado. Não tenho a pretensão de consertar nada, mas de compreender.

Estes primeiros contatos são de extrema importância para mim, então prefiro estar bem concentrada e ocupada deles. Normalmente pergunto se posso ligar de volta no final do dia, momento em que termino meus atendimentos para que minha atenção esteja 100% voltada a esta ligação. Já perdi alguns clientes neste ponto. Algumas mães, pois na maioria das vezes são as mães que me procuram, querem apenas marcar um horário e ponto final, elas ainda não conhecem minha necessidade de conversar. Elas retornam ao “encaminhador” e dizem que sou muito difícil para marcar uma hora. Com as mães com as quais consigo uma conexão, já temos um compromisso firmado ao desligar o telefone.

QUEM RECEBEMOS EM CASA?

Quando uma família diz sim à minha visita, ela diz sim ao trabalho.

Ser recebida na casa de alguém, por sugestão de terceiros, que está precisando de ajuda pode gerar em quem me recebe desconfiança, desconforto, insegurança e um sentimento semelhante ao descrito como paranoia, ou seja, o de sentir-se vigiado e avaliado todo o tempo.

Quando uma família diz sim, já procurei de todas as formas nas conversações telefônicas dissolver qualquer forma de questionamentos que pudesse levá-la a acreditar que minha visita irá julgar, avaliar e resolver/consertar problemas.

O sim equivale a um compromisso mútuo, a um início de construção de confiabilidade entre mim e a família. Acredito que o primeiro e maior passo seja o da família, aceitando receber em casa uma pessoa desconhecida e que estará lá para interagir com seu bem mais precioso, seu filho.

Segundo Anderson (2009), a posição do não saber, a que difere do expert, que trata do conteúdo das relações e do processo terapêutico, oferece em si uma relação de confiança. A visita domiciliar deve evidenciar um interesse pela pessoa e não pela patologia ou características que possam compor um quadro sindrômico. Muitos pais me relatam a dificuldade que possuem em conversar com experts, pois estão sempre sendo colocados como pessoas que colaboram para a manutenção de certos comportamentos: “Vocês precisam colocar limites, esta criança tem tudo o que quer sem pedir, vocês fazem tudo por ele”, e assim por diante. Quando me perguntam se eu acho que os experts estão errados, pergunto: “Como você se sentiu quando ouviu isto?”

Naturalmente, a primeira entrevista na casa é permeada por perguntas que julgo como “testes”, ou seja, as mães (na maioria das entrevistas são apenas as mães que participam) querem se certificar de que não terão seus “erros”

apontados a cada instante. E relaxam profundamente quando se dão conta de que minha presença está ligada diretamente ao processo de compreensão e de descobertas de potencialidades, habilidades e competências de seus filhos. Procuo colher várias informações sobre o que as crianças gostam e não gostam, o que fazem sem ajuda, como circulam pela casa e delimito minha própria circulação; há locais em que não me permito entrar, como o quarto do casal, por acreditar que a intimidade da família é algo a não ser incluído no processo, salvo se esta assim o determinar. Meus limites físicos, geográficos, são declarações concretas de que não adentrarei em temas para os quais não fui chamada. Quando uma primeira entrevista foi bem delimitada, o pai surge para que o conheça juntamente com o filho.

Shotter (2012) em seu livro “Wittgenstein in Practice” aborda o tema da conversação pela fala, demonstração, sentimentos e gestos nas teorias de Wittgenstein e Vygotsky, nos lembrando que não devemos nos ater apenas àquilo que passa em nossas mentes, enquanto em conversação, mas também em como sentimos, nos apresentamos e demonstramos daquilo que estamos pensando: “Agora podemos dizer que o que ‘mostramos’ em cada jogo de linguagem é um modo de fazer sentido em ação de cada um (e de nós mesmos), ‘em’ nossas ações (p. 87).”^{*} Ou seja, nossas conversações, mais do que falas compromissadas, devem apresentar coerência entre o que pensamos, sentimos, agimos, apresentamos e demonstramos. Ele ainda nos lembra de que nossas respostas corporais não são meramente reações a situações imediatas, elas são conexões muito complexas que estão relacionadas ao passado, presente e futuro. Acredito que este trecho do artigo seja

o de maior importância para nossos fazeres colaborativos. Esta postura de coerência nos remete a nossas crenças. Só posso falar daquilo que acredito verdadeiramente para que possa manter minhas ações e reações coerentes ao que demonstro. Construir um laço de confiança requer autenticidade, requer um olhar interno constante para nos colocar em sintonia conosco e o que de mim está com o outro.

COMO RECEBEMOS: A HOSPITALIDADE

Quando estamos em nossos consultórios, podemos preparar uma recepção de acordo com nossas possibilidades para que o outro possa se sentir confortável e bem recebido.

Acredito, porém, que a hospitalidade vá além do que podemos reconhecer no senso comum como educação. Receber, no sentido de abrir-se ao outro, é dar, é oferecer também. Podemos fazer isto concretamente, oferecendo café, água, um lenço de papel, deixando nossas salas iluminadas, limpas... Mas acredito que nosso real papel como anfitriões seja em nossas salas internas, nas salas que se abrem para receber o outro, para ouvi-lo, aceitá-lo e encontrarmos formas de colaborar para que siga seu crescimento pessoal em comum acordo com suas competências.

Além disso, Sylvia London (2009), em seu artigo “Guides for Collaborating”, nos fala sobre tradução como uma outra dimensão da hospitalidade. Trabalhando com grupos de vários países, com línguas diversas, a tradução vem como uma forma de receber, ocupando-se da compreensão do outro. “Nós temos pessoas que falam muitas línguas diferentes”^{**} (p. 5), ela diz, e acredito que eu possa incluir que tenho pessoas que falam e usam linguagens muito diferentes, por isso a

* “Now we could say that what we ‘show’ in each language game, is a certain way of making sense of each other’s (and our own) actions, ‘in’ our actions.” – Tradução da autora.

** “We have people who speaks many diferente languages” – Tradução da autora.

tradução se faz tão importante e também parte de minha hospitalidade. Se sei que uma criança gosta do jogo dos *Angry Birds* no iPad, levo o álbum de figurinhas para colecionarmos e colarmos juntos. Abro uma porta para a diferença utilizando outro instrumento, mas recebo o conteúdo como meio de comunicação. Gosto de pensar que traduzo interesses e os ofereço novamente em formas diversas propondo uma ampliação de repertório.

A hospitalidade passeia pela disponibilidade, pela via de dar de si ao outro. Quando compramos caixas de lenço de papel, pó de café, xícaras decoradas, estamos doando nosso tempo, afeto ao outro, dedicando minutos de nossas vidas pessoais ao outro, deixando que ele se misture ao nosso cotidiano. E, acredito, isto chega aos nossos clientes.

Minha hospitalidade segue comigo em formas de sacolas cheias de brinquedos. Cada criança tem sua sacola com jogos, livros, atividades que estão diretamente ligadas aos seus gostos e interesses. Recebo abraços agradecidos ao abrirem as sacolas e seus olhinhos brilham com as surpresas que veem. E não importa se já abriram aquela mesma sacola inúmeras vezes, eles checam se cada um dos brinquedos está lá, guardado para eles.

Com a invenção dos tablets, minha vida ficou bem mais leve, posso garantir, mas mesmo assim muitos brinquedos são levados para a construção de novos caminhos, para abertura de novas possibilidades e para que saibam que estão comigo durante a semana que nos separa.

O QUE APRENDEMOS?

G completou 4 anos recentemente. Ele está em avaliação com um neu-

rologista há um ano com suspeita de autismo e eu o atendo pelo mesmo período. Características bem clássicas do quadro eram perceptíveis em G: não mantinha contato ocular, não atendia quando chamado, não abraçava, não dava tchau, não aceitava regras, não batia palmas, rotineiro, ritualista, não reconhecia o que era aprender, não falava, não fazia amigos, não reconhecia as pessoas mais íntimas como importantes. Até o final de 2011 estava se desenvolvendo bem, balbuciando alguns fonemas, aceitando novas brincadeiras, reagindo ao que recebia como possibilidades de aprendizado. No início de 2012, fui chamada na escola pela direção. Uma professora nova iria acompanhá-lo e a direção estava preocupada. Coloquei-me a disposição e sugerimos um tutor para acompanhá-lo em sala e colaborar com a professora. Hoje reconheço que a pré-ocupação da diretora tinha uma razão já conhecida por ela que, por não ter dividido conosco, levou a família a retirar G da escola. Ele passou a ensimismar-se mais, retornou a um lugar onde não parecia demonstrar que estivesse interessado ao que se passava à sua volta e passou a chutar e bater. Nas sessões, via um sofrimento muito grande em G, parecia-me um garoto assustado, me dizendo que “nada disso vale a pena”. Não entendíamos como uma mudança tão repentina e brusca poderia estar acontecendo. Os relatos da escola feitos pelo tutor denunciavam uma significativa desqualificação de G em relação ao grupo. O tipo de desqualificação que se faz tão rotineiramente, sem intenção, quando impomos um rótulo a alguém: “Ele não consegue”, “Ele é terrível”, “Ele não aprende”. Nas sessões, ele tirava os animaizinhos dos caminhões com jaulas e colava bonecos. Quando chegamos ao “Ele é agressivo”, a família decidiu pela

saída dele da escola. Na nova escola, a professora nos perguntou, o que é esperado de nós? Respondi com muita satisfação diante de uma pergunta tão conhecida: “Que ele seja aceito!”

Recentemente, G pegou meu iPad e procurou o jogo que está acostumado a brincar. Pedi a ele que esperasse um pouco e propus outro, com a mesma lógica, mas com personagens diferentes. Ele aceitou, pensou, demorou, conseguiu! Quando finalizou, olhou direto para mim, abriu um largo sorriso e bateu palmas. Ele estava sentado no colo de sua mãe... Três dias depois ele foi ao neurologista como vem fazendo de tempos em tempos, e a resposta foi: “Ele deve falar em 6 a 8 meses e seu diagnóstico continua em aberto. Ele agora vive feliz assim?”

É claro que não foi o iPad ou o jogo novo, ou nem mesmo a mudança da escola que trouxeram novos ares ao nosso G, mas o processo como um todo nos oferecendo possibilidades de mudança, de aceitação, de riscos, de segurança e confiabilidade. Trabalhamos em rede, em conexões e jogos de linguagem, buscando a compreensão de cada indivíduo como único e importante dentro de nossas comunidades.

O que pretendi ser uma contribuição aos leitores e leitoras que trabalham com situações semelhantes vem de uma adaptação do “adequadamente incomum” de Tom Andersen (1991). Só sabemos se nossa intervenção foi desse tipo *a posteriori*. Crianças e adultos falantes expressam rapidamente por palavras ou expressões faciais o grau de interesse, desprazer, temor ou indiferença à novidade oferecida. As crianças ou jovens com quem aprendi esse caminho podem assinalar como receberam o “adequadamente incomum” com fortes reações corporais.

O que já foi descrito como “microscópicos desvios positivos, que, não provocando rupturas, podem permitir as tão desejadas mudanças de segunda ordem em todo o sistema (...) (Cruz, 2000, p. 25)”, eu traduziria coloquialmente assim: se sua medida de “adequadamente incomum” é uma colher de sopa de novidade, experimente começar com uma colherinha de café.

REFERÊNCIAS

- American Psychiatric Association.** (1995). *DSM IV – manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Andersen, T.** (1991). *Processos reflexivos*. Rio de Janeiro: Noos.
- Andersen, T.** (2000). Encontro: trazendo significados às palavras, em conversa com famílias com pessoas com autismo no Centro de Convivência Movimento, São Paulo, 2000.
- Andersen, T.** (2004). A linguagem não é inocente. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 23, 19-26.
- Anderson, H.** (2009). *Conversação, linguagem e possibilidades: um enfoque pós-moderno da terapia*. Roca: São Paulo.
- Assumpção, F.B.** (1995). *Psiquiatria infantil brasileira: um esboço histórico*. São Paulo: Lemos.
- Ayub, P.** (1996). Do amigo qualificado ao acompanhante terapêutico. *Infante – Revista de Neuropsiquiatria da Infância e da Adolescência*, IV(2).
- Ayub, P.** (2007). Olhos para ouvir: um processo de reconhecimento da expressão. *Nova Perspectiva Sistêmica*, XV(29), pp. 82-93.
- Ayub, P.** (2012). O tempo de quem se ama. In H.M. Cruz (Org.). *Me aprende*. Roca: São Paulo.

- Camargo, W., Rosenberg, R., Salle, E., Schwartzman, J.S., Assunção Jr., F.B., Lippi, J.R. da S.** (1995). Psicofarmacoterapia: mesa redonda. *Infanto – Revista de Neuropsiquiatria da Infância e da Adolescência*, 3(3), pp. 11-18.
- CID-10.** (2008). Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. Décima Revisão. Versão 2008.
- Cruz, H.M.** (2000). Papai, mamãe, você... E eu?. In H.M. Cruz (org). *As histórias da história deste livro*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cruz, H.M.** (2009). Do ato à fala: cenas dos próximos capítulos. *Pensando famílias*, 13(2), pp. 131-143.
- Curran, J., & Takata, R.S.** (2012). *Answerability: definition*. Recuperado em 13 de julho, 2012, de <http://www.csudh.edu/dearhabermas/answerability03.htm>
- Freud, S.** (1969). *Segunda lição de psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.
- Holt, R.** (2012). *Bakhtin's dimensions of language and the analysis of conversation*. Recuperado em 13 julho de 2012 de <http://www2.comm.niu.edu/faculty/rholt/eoc/CVbakhtin-Dimensions.pdf>
- London, S.** (2009). Guides for Collaborating. *International Journal of Collaborative Practice*, 1(1), pp. 1-8.
- London, S.** (2012). Aula ministrada no II Certificado Internacional de Práticas Colaborativas, Interfáci, São Paulo.
- Mahler, M.** (1983). *As psicoses infantis e outros estudos*. São Paulo: Artes Médicas.
- Maturana, H.** (1999). *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- Rutter, M., & Schopler, E.** (1978). *Autism: a reappraisal of concepts and treatment*. New York: Plenum Press.
- Shotter, J.** (1999). Living moments in dialogical exchanges. *Human Systems*, 9, pp.81-93.
- Shotter, J.** (2006). *Vygotsky, Bakhtin, Goethe: consciousness and the dynamics of voice*. [Paper] Department of Communication, University of California at San Diego. Recuperado em 25 julho, 2012, de <http://pubpages.unh.edu/~jds/SanDiego.htm>
- Shotter, J.** (2007). Not to forget Tom Andersen's way of being Tom Andersen: the importance of what "just happens" to us. *Human Systems: The Journal of Systemic Consultation & Management*, 18, 8-27. Recuperado em 13 julho, 2012, de http://www.johnshotter.com/papers/Shotter%20Tom_Andersen.pdf
- Shotter, J.** (2012). *Wittgenstein in Practice*. Chagring Falls, Ohio: Taos Institute Publications/WorldShare Books.
- Tustin, F.** (1975). *Autismo e psicose infantil*. Rio de Janeiro: Imago
- Watzlawick, P., Weakland, J., & Fish, R.** (1999). *Mudança: princípios de formação e resolução de problemas*. São Paulo: Cultrix.
- Wing, L.** (1997). *The autistic spectrum: a guide for parents and professionals*. London: Robinson.

PIPA DA VIDA: PRÁTICAS NARRATIVAS CONECTANDO OS JOVENS PARA A VIDA

THE KITE OF LIFE: PRACTICES NARRATIVES CONNECTING YOUNG TO LIFE

RESUMO: Este artigo tem como objetivo relatar ações da psicologia comunitária junto a um grupo de adolescentes em situação de risco social, em especial, a pobreza. Era nossa intenção a promoção de ações de empoderamento dos jovens em relação ao futuro para a vida, através da prática narrativa. Para isso utilizamos a metodologia da “Pipa da Vida”, a qual buscou reconectar esses adolescentes com as famílias de origem, fortalecendo as alianças intergeracionais. Os valores, habilidades e sonhos compartilhados no grupo revelaram o legado intergeracional de suas famílias de origem, um reconhecimento de suas identidades e de seu protagonismo como um ser social. Entre os valores geracionais compartilhados o que se mostrou mais significativo para os jovens foi a amizade. O testemunho dos membros sobre histórias ricamente vivenciadas sobre amizade reforçou o reconhecimento deste valor e o sentido que tem para a vida dos jovens na comunidade. Portanto, ações sociais que buscam a promoção do protagonismo social de jovens em situação de risco precisam levar em conta suas características, seus legados multigeracionais, além do contexto em que vivem. Desta forma, as competências individuais poderão ser promovidas, enriquecidas, mas mantendo viva a história pessoal de cada protagonista, facilitando assim a reautoria.

PALAVRAS-CHAVE: prática narrativa, risco social, aliança intergeracional, reautoria.

ABSTRACT: The purpose of this paper is to report actions of community psychology with a group of adolescents at social risk, in particular, poverty. Was our intention promoting actions of empowerment of young people about future to life through narrative practice. For this we used methodology of the “Kite of Life”, which sought to reconnect these adolescents with their families of origin, strengthening intergenerational alliances. We observed that the actions of empowerment proposed through the technical reconnected with their young families and among their own generation. The values, skills and dreams shared in the group revealed the intergenerational legacy of their families of origin, recognition of their identities and their role as a social being. Among the generational values shared what was more significant for young people was the friendship. The testimony of the members richly experienced stories about friendship reinforced the recognition of this that has value and the meaning to the lives of young people in the community. Therefore, social actions that seek promoting social involvement of young in risk situation need take into account their characteristics, their multigenerational legacies, beyond the context in which they live. This way, the individual competencies can be promoted, enriched, but keeping alive the personal history of each protagonist, facilitating the reauthoring.

KEYWORDS: narrative practice, social risk, intergenerational alliance, reauthoring.

MARISOL LURDES DE ANDRADE SEIDL

Mestre em psicologia clínica (Unisinos), especialista em Terapia de Família e de casal. Coordenadora do serviço de Psicologia da Horta Comunitária Joanna de Angelis/RS

GISLAINE OLIVEIRA BAPTISTA

Graduanda do curso de psicologia da Universidade Feevale/RS.

Recebido em 19/02/2012.

Aprovado em 20/08/2012.

Promover o protagonismo social das comunidades em situação de risco tem se constituído um desafio para os profissionais que atuam na área social. Geralmente, as práticas apresentam um viés com foco no problema e na doença, sob uma ótica tradicional do modelo do déficit, hoje consideradas limitadas e pobres por restringir o entendimento sobre os processos do desenvolvimento humano. Em contrapartida, práticas pós-modernas apoiadas pelo movimento construcionista social preconizam o empoderamento do protagonismo familiar e comunitário, por meio de ações colaborativas no enfrentamento dos problemas e em práticas que reconheçam os valores e os potenciais das famílias e das comunidades na busca de

soluções para as dificuldades e adversidades da vida (McNamee & Gergen, 1998; Lietz, 2006).

O discurso do Construcionismo Social entende o sujeito como ser relacional, permeado pela pluralidade de suas vivências em contextos sociais e a singularidade de suas construções narrativas (McNamee & Gergen, 1998). White e Epston (1990) consideram as construções narrativas resultado da forma como as pessoas falam, percebem e experienciam o mundo em que vivem e, deste modo, criam histórias sobre suas vidas e sua identidade.

Caminhando na direção do reconhecimento das histórias de vida dos indivíduos, famílias e comunidades, a terapia narrativa entende as pessoas como peritas em suas próprias vidas, ou seja, elas têm competências, aptidões, crenças e valores, que ajudam reduzir a influência dos problemas no seu dia a dia (Morgan, 2007).

Segundo Jill Freedman e Gene Combs, os terapeutas narrativos estão interessados em trabalhar com pessoas para obter e aumentar as histórias que não sustentam ou não suportam os problemas. À medida que as pessoas começam a habitar e viver histórias alternativas, os resultados vão além da resolução das dificuldades. Dentro delas, as pessoas produzem novas descrições de si mesmas, novas possibilidades para relacionamentos e novos futuros (1996, p. 16).

Seguindo nesta ótica narrativa, o trabalho com comunidades que vivem em situação de risco social exige um olhar mais amplo para as adversidades e desafios aos quais respondem. A utilização de abordagens que realmente se insiram nos contextos de vida das comunidades a fim de conhecer o significado de suas experiências oferece a possibilidade de compreensão das experiências vividas e de como elas

moldam as respostas, geralmente saturadas de problemas.

Dessa forma, a narrativa não é apenas um modo de representação, mas um modo específico de construção e constituição da realidade, como Bruner (1991) apontou. A fim de estudar esse modo de construção, é necessário examinar como as pessoas dão sentido às suas experiências. E elas o fazem narrando-as. Portanto, a narrativa funciona como um modelo flexível, que opera como forma de mediação extremamente mutável entre o indivíduo e o padrão cultural. Dessa forma, as narrativas são ao mesmo tempo modelos relacionais e modelos de identidade, preenchendo a condição humana com abertura e plasticidade (Brockmeier & Harré, 2003).

Segundo McNamee e Gergen (1998, p. 38), “as realidades narrativas construídas socialmente conferem sentido e organização à experiência individual”. De forma que compreendemos e vivemos nossas vidas por meio de histórias, que consistem em eventos em sequência através do tempo e de acordo com um enredo. As histórias se dão dentro de um contexto, no qual atribuímos significados aos eventos. Os contextos se referem ao gênero, classe social, raça, cultura e preferência sexual. Assim, as crenças, as ideias e as práticas da cultura na qual vivemos têm uma grande importância com relação aos significados que damos aos contextos nas quais as histórias de vida foram formadas (McNamee & Gergen, 1998).

A Terapia Narrativa (White & Epston, 1990) oferece recursos muito enriquecedores para a re-escritura da história dos adolescentes em sofrimento psíquico e social de forma crítica e reflexiva, e, ao reescrever suas habilidades e competências, visitar traumas e riscos cotidianos, protegidos, entre-

tanto, por “ilhas de segurança” de suas próprias histórias de vida.

As práticas narrativas têm um cunho sociopolítico voltado para libertar as pessoas de descrições de identidade estreitas focadas nos problemas, contribuindo para a construção dos processos de cidadania e identidade popular, respeitando a cultura, crenças, etnias e as histórias singulares de vida das comunidades. Práticas libertadoras de estigmas sociais e voltadas para o fortalecimento e reconhecimento dos valores das comunidades locais são essenciais na construção de uma sociedade pós-moderna e atuante.

Portanto, comunidades que vivem em situação de pobreza e sofrimento podem se beneficiar de um trabalho que contribua de forma colaborativa para a mudança e para as novas trajetórias de sucesso destas comunidades, mas, sobretudo, respeitando sua singularidade.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi desenvolver ações da psicologia comunitária junto a um grupo de adolescentes em situação de risco social, em especial, a pobreza. Visando a promoção de ações de empoderamento dos jovens em relação ao futuro para a vida, utilizamos a técnica da Pipa da Vida (Denborough, 2010), a qual buscou reconectar esses adolescentes com as famílias de origem, fortalecendo as alianças transgeracionais pelo resgate das histórias de habilidades, valores e sonhos.

MÉTODO: DELINEAMENTO

O trabalho buscou desenvolver ações da psicologia comunitária junto a um grupo de adolescentes em situação de risco social, em especial, a pobreza. As práticas narrativas foram

utilizadas como recurso de empoderamento dos jovens em relação ao futuro. Para isso utilizamos a metodologia da Pipa da Vida, a qual buscou reconectar esses adolescentes com as famílias de origem, fortalecendo as alianças intergeracionais.

Esta ferramenta, segundo Denborough (2010), é uma forma de reconectar as alianças transgeracionais através do resgate das habilidades, valores e sonhos. O exercício que utiliza a metáfora citada anteriormente é constituído por cinco etapas as quais foram adaptadas pelas autoras.

1ª etapa – desenhar a pipa, escrever os sonhos, habilidades, valores e as histórias referentes a si próprios e às pessoas significativas em sua vida.

2ª etapa – os ventos que atrapalham a pipa, como metáfora para as dificuldades vividas pelos jovens. O coordenador convida os jovens a compartilharem seus desenhos, colocando-os na parede e comentando sobre os ventos/problemas que atrapalham suas vidas.

3ª etapa – cada jovem escreve uma carta para alguém especial contando como foi fazer a pipa da vida, falando sobre suas habilidades, valores e sonhos (adaptado da prática da árvore da vida para este trabalho com o objetivo de aumentar a conexão com a família).

4ª etapa – os pais são convidados para uma conversa a respeito da carta recebida, momento este em que as alianças intergeracionais serão reconectadas entre pais e filhos, reconhecendo os ensinamentos que foram herdados e como os filhos levam para a vida esta herança geracional (adaptado da prática da árvore da vida).

5ª etapa – as pipas são confeccionadas e empinadas, experienciando um momento lúdico, prazeroso e ri-

tualístico. Na visão de White (2007), as práticas narrativas constituem-se em andaimes através dos quais o terapeuta colabora na re-escritura da vida das pessoas. Portanto, a Pipa da Vida é um instrumento que proporciona ações que visam a promoção da aliança intergeracional de uma família, e também alianças geracionais entre os jovens de uma comunidade.

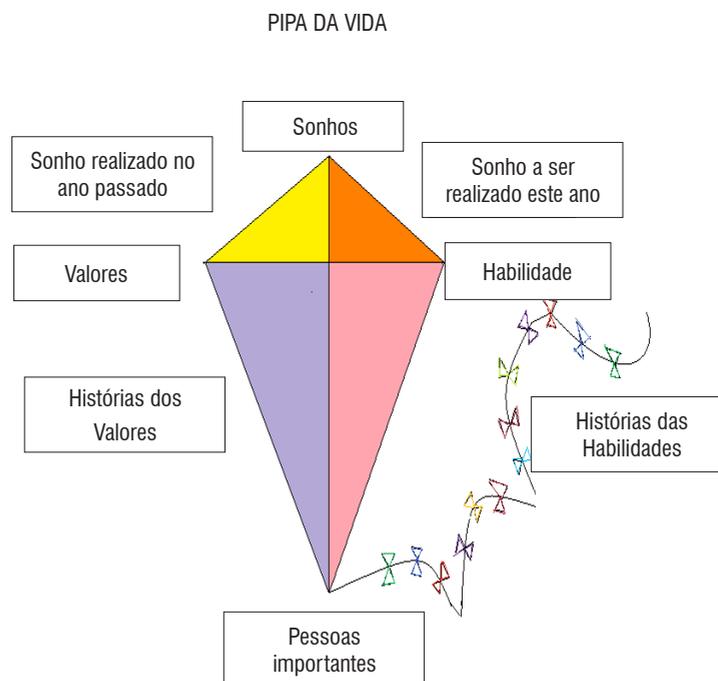
PARTICIPANTES

Este trabalho foi desenvolvido com cinco jovens de 10 a 12 anos que participam de projetos sociais realizados por uma ONG na região de Porto Alegre, que vivem em situação de risco social, em especial, a pobreza. A instituição frequentada por esses jovens iniciou-se em 1990. Desde então, ela vem estimulando crianças, adolescentes e jovens a desenvolverem seus potenciais, estimulando a paz, o respeito por si, pelo próximo e pelo meio ambiente. A referida ONG também contempla um espaço onde funciona uma clínica de saúde, na qual profissionais prestam seus serviços

à comunidade. Em seu trabalho comunitário, a instituição entende o sujeito enquanto cidadão construtor de sua própria história, por meio de uma visão dialética da realidade e do seu papel no mundo. As práticas narrativas vêm complementar a filosofia construcionista da instituição, levando em conta as ideias e as práticas da cultura na qual vivemos.

Foram realizados cinco encontros nos quais foi desenvolvida a técnica da Pipa da Vida. As entrevistas foram gravadas e transcritas para posterior análise. Os procedimentos utilizados para este trabalho com os adolescentes estavam de acordo com as resoluções 196 do Conselho Nacional de Saúde e a 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia, como a entrega do termo de compromisso livre esclarecido que foi entregue em duas vias aos responsáveis, as quais foram assinadas. No termo ficam assegurados o direito ao anonimato e a confidencialidade dos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES



Convidam-se os adolescentes a desenharem uma pipa no papel, onde primeiro, em uma das pontas da pipa, pretende-se, segundo Denborough (2010), que os adolescentes pensem em suas esperanças, sonhos e desejos que gostariam de realizar e assim possam ver que direção suas vidas estão tomando. Uma característica dos jovens quando estão escrevendo é compartilhar verbalmente com os colegas. “O meu sonho é ser médica para ajudar as pessoas.” Em continuação, os adolescentes resgatam suas habilidades e competências. “Uma das minhas habilidades que mais gosto é fazer poesias, e escrevo muito bem”, diz a pequena garota de doze anos. A coordenadora do grupo faz perguntas para facilitar os discernimentos dos jovens em relação às suas histórias de vida. “E como descobriu que essa era uma de suas habilidades”, pergunta-lhe a terapeuta. “Quando fiz uma poesia para minha mãe, ela me elogiou um monte...”

Conforme Ncazelo (2006), quando se fala em habilidade, não se pensa em coisas óbvias, são procuradas as habilidades mais sutis, anunciando o que é importante apreciar na vida. Quando se chega nesta parte da técnica, já se está no território de identidade da pessoa, assim definido por White (2007). No território de identidade, relacionam as implicações que a história alternativa tem em termos de compreensão da identidade. Aqui os adolescentes são convidados a refletirem sobre sua própria natureza pessoal e relacional.

Voltando à metáfora em estudo, os adolescentes também falaram sobre os valores que levam para a sua vida. “Um valor que eu aprendi é o amor, pois quem tem amor tem tudo.” Segundo Morgan (2007), à medida que falam de suas habilidades e valores, refletem sobre o caráter, motivos, desejos, de várias

pessoas da sua rede social. Elas também refletirão sobre o que estes eventos dizem sobre as qualidades de relacionamentos particulares. Assim, a paisagem de identidade ou significados (habilidades, valores, intenções, sonhos) tem a ver com as interpretações que são feitas através da reflexão sobre estes eventos que estão se abrindo através das paisagens de ação (eventos e ações através do tempo).

Após terem resgatados os valores e as habilidades, convidam-se os adolescentes a contarem histórias de como esses valores e competências ajudam em suas vidas e com quem aprenderam e como aprenderam. Até neste momento, a ferramenta utiliza recursos que White (2007) denomina de “cenário de ação” e que envolve investigar eventos e ações significativas na vida da pessoa, ou seja, sua vida pregressa e atual. “Meus pais estavam quase se separando, aí pedi para eles que não se separassem porque eles se amam e existe muito amor entre eles...” Conforme Morgan (2007), a paisagem de ação é constituída de experiências de eventos que são ligados em sequência através do tempo e de acordo com enredos específicos se constituindo na história de vida do sujeito.

Também a técnica em análise utiliza-se do recurso de re-associar ou re-membrar (se reconectar com pessoas significativas) através do que o adolescente aciona na sua “rede social” e que Michael White denomina “Clube de Vida” (Russel, 2007). Os adolescentes têm a oportunidade de pensar nas pessoas importantes da sua vida, aquelas que mais lhes ensinaram (eles podem citar pessoas que já morreram). Conforme Sluzki (1997), a rede social pessoal constitui-se daqueles seres com os quais o sujeito interage, troca sinais e sente-se significado. Constitui-se esta rede de familiares, amigos, conheci-

dos e companheiros, que contribuem através de um processo dinâmico e interativo na construção de identidade do indivíduo, ao longo do tempo e espaço, num constante construir e reconstruir. Um dos relatos que foram dados foi: “A minha mãe sempre foi a pessoa que foi a minha referência, mas depois que ela morreu, agora é a minha tia.” Segundo Russel, os membros deste “Clube de Vida” podem mudar de posição e status ao longo da vida das pessoas. Aquelas a quem as pessoas dão mais importância com certeza influenciam mais a construção de sua identidade (Russel, 2007).

Dando continuidade à técnica da “Pipa da Vida”, sugere-se para os adolescentes após terminarem de desenhar e escrever, que compartilhem com os demais colegas a sua pipa, recontando suas histórias. É o momento de expor sua pipa tomada de lembranças, sonhos e desejos. As pipas são colocadas na parede e cada jovem apresenta a sua para os demais. A coordenadora do grupo faz perguntas externalizadoras sobre os sonhos, habilidades e valores e como foram aprendidos. Também através das conversas de lembrança, os jovens se reconectam com as pessoas mais significativas de suas vidas ao recontarem histórias de aprendizagens desses valores, habilidades e sonhos.

Na etapa dois da ferramenta em debate, aborda-se: “O que atrapalha a pipa de subir”, pergunta-lhes a terapeuta? “O vento...” Após eles terem falado, os adolescentes são convidados a pensarem na pipa como sendo a vida dos jovens, e então se questiona sobre quais seriam as dificuldades e ventos que os jovens teriam que enfrentar. “Brigas, desemprego, separações, ciúmes, drogas...” Também lhes pergunta a terapeuta: E o que é preciso fazer para enfrentar? E quais os efeitos que os ventos causam em suas vidas? E

como responder a essas dificuldades? “É preciso ter coragem, fé, amizades, amor, carinho compreensão para enfrentar os ventos da vida.” E, aos poucos, as vozes, frágeis e tímidas, se tornam fortes e decididas a falar.

Ncazelo (2006) assevera que este momento revela-se um bom ponto de entrada para começar a explorar os riscos. Os jovens, metaforicamente nomeados como “pipas”, passam a nomear as dificuldades que experimentam na vida. Como se está fazendo um exercício, os adolescentes começam a externalizar seus problemas. Nestas conversas de externalização, o grupo é estimulado a narrar as adversidades que os jovens enfrentam na vida. Nestas conversações, os indivíduos são convidados a falarem no coletivo e não se colocarem pessoalmente, pois é uma forma de proteção, como uma ilha de segurança.

O objetivo das conversações de externalização é permitir que as pessoas percebam que elas e o problema não são a mesma coisa. A externalização localiza os problemas não dentro dos indivíduos, mas como produto da cultura e da história. Problemas são compreendidos como socialmente construídos e criados ao longo do tempo (Russell & Carey, 2007). Ainda no dizer de Morgan (2007), a pessoa, ao narrar sua história, seleciona fatos e acontecimentos que interpretam e dão significado à sua vida.

Segundo Elkäim (1998), as interpretações que a pessoa faz e os significados que dá e como os explica, revelam a “dominância” de certo enredo na sua vida. Segundo Nichols (2007), o terapeuta, por meio de uma série de perguntas, colabora para que os adolescentes separem-se da velha história, saturada do problema que desejam resolver. Isso se torna possível porque, agora, os jovens já reconhecem seus

recursos (aptidões, competências, ações, desejos, conquistas), bem como estão amparados pelo seu “Clube de Vida”. “Quem pode contar histórias de alguém que enfrentou os ventos da vida”, pergunta-lhe a terapeuta? “A minha tia precisou fazer uma cirurgia e a família estava com muito medo, mas eu rezei e tive fé e ela conseguiu ficar boa, mas ela também acreditou que ficaria boa.” Depois de a menina ter narrado sua história, os demais participantes também compartilharam suas histórias. “Eu era muito briguenta e depois que conquistei amigos e tenho mais amizades, agora sou muito calma.”

Ainda segundo Morgan (2007), conversas de lembrança (re-membrar ou re-associar) possibilitam enriquecer as histórias secundárias e mais do que isto, acentua Russel (2007), permitem ao terapeuta que outras pessoas e valores significativos possam se associar na descrição de novas histórias preferidas. Conforme mencionado nos recortes terapêuticos, ficou evidenciado que um dos valores importantes para esses adolescente é a amizade.

Rubin *et al.* (2005) apresentam uma revisão das principais características das amizades na infância. Segundo os autores, a maioria das crianças tem pelo menos um amigo. Estas fazem amizades com outras crianças que são semelhantes em características e comportamentos. As concepções de amizade avançam do concreto para o abstrato com a idade, o que se reflete em seus comportamentos com os amigos. Com a idade, as crianças demonstram mais estabilidade nas relações de amizade que mantêm mais altruísmo recíproco e mais conhecimento pessoal íntimo. As crianças em processo de fazer amigos têm mais probabilidade de se comunicar claramente, se autorrevelar mais co-

mumente e resolver mais eficazmente conflitos. Embora conflitos ocorram frequentemente, estes são resolvidos por amigos de maneira a aumentar a probabilidade de continuação do relacionamento. Há também diferenças notáveis de gênero nas qualidades das amizades de meninas e meninos. A amizade desempenha um papel significativo no desenvolvimento social, fornecendo às crianças ambientes e contextos em que possam aprender sobre si mesmas, seus pares e o mundo ao seu redor (Rubin *et al.*, 2005).

Na 3ª parte, essas lições e aprendizados, segundo Ncazelo (2006), pedem uma celebração. São quase um convite para celebrar a vida, a história secundária, as esperanças, as habilidades que foram descobertas, desvendadas, que os jovens vivenciaram durante todo esse exercício. Então, os adolescentes são convidados a escreverem uma carta aos pais ou a alguém especial. Segundo Morgan (2007), dentro das práticas narrativas, as cartas são usadas em uma variedade de maneiras para ajudar as famílias. Como recorte terapêutico, uma adolescente, com 12 anos, escreveu: “Hoje fizemos uma coisa muito legal, a pipa da vida onde falamos sobre nossas habilidades e valores aprendidos com todos vocês que fazem parte da minha família e quero dizer que vocês me ensinaram tudo o que sei, por isso agradeço a vocês.”

Na 4ª etapa, os pais são convidados a participarem de um encontro para conversar sobre suas impressões, após terem recebido a carta dos filhos. É um momento de reconexão das famílias com seus valores intergeracionais, ao perceberem que o legado familiar vai ser continuado na nova geração. Segundo Denborough (2010), no encontro com os pais podem ser trabalhados vários princípios chave da construção

das alianças intergeracionais. Alguns que se destacaram foram: partilhar habilidades e outras implicações positivas; “ela é muito esforçada, inteligente, gosta de participar das coisas”, diz uma das mães das adolescentes. Outra mãe, também fala sobre sua filha, “A. é muito inteligente, participativa, ela gosta das atividades que pedem para ela fazer”.

Outro princípio que se destacou foi traçar a linha da história das contribuições mútuas, e descrever ricamente as ações dos propósitos comuns. Assim, ambas as mães que estavam na reunião trouxeram falas sobre como sua educação e os ensinamentos foram passados de geração para geração e se faziam presentes. “É bom saber que o que meu pai me ensinou, eu passei para ela”. Recorte de outra mãe: “Estou feliz em saber que ela utiliza na vida dela aquilo que ensinei como o respeito, amor, educação”; “[...] tudo o que ensinei a minha filha foi a minha mãe que me passou porque ela sempre me ensinou tudo, e me corrigia quando fazia alguma coisa errada”.

Os adolescentes presentes nessa reunião puderam ouvir o que suas mães falavam sobre eles. Segundo White (1997), esse momento é chamado de cerimônia de definição, uma oportunidade de alguém ser visto e reconhecido pelas testemunhas externas (por suas habilidades, valores, sonhos e esperanças).

No mesmo dia os adolescentes leram um poema de sua própria autoria, baseado nos valores que emergiram durante a realização da técnica da “Pipa da Vida”.

Guiando nossos passos

É através dos valores que sabemos o que é certo, justo e bom.

Sem os valores não conseguimos ser pes-

soas dignas e crescer na vida.

Aprendemos o que devemos fazer quando valorizamos a vida.

Quem valoriza o amor e a amizade são pessoas que amam sem interesse.

E esse amor vai muito além das aparências.

Pois através desses valores que nós seres humanos, somos mais unidos

E não se esquecendo de proteger aqueles que amam,

dando-lhe carinho, respeito e atenção.

E juntos construindo aos poucos coisas novas.

São os valores que nos dizem o que é bom.

Os valores nos ensinam a não roubar e matar.

Mas parece que nem todo mundo aprende.

Pois quando utilizamos esses valores,

Eles nos ajudam a enfrentar as dificuldades que se encontra nos caminhos.

Valores como a fé e a educação, que nunca sai de moda

Que estejam presentes nos nossos atos e ninguém nos tire.

Valores são como dente, nasce cada dia um.

Por isso precisamos construir um mundo melhor e mais feliz.

Este documento coletivo tem o significado de compartilhamento de identidade entre os jovens e também proporciona uma contribuição para outros jovens da comunidade (este documento circulará entre outros grupos de jovens da instituição e também nos espaços da rede social a qual a ONG é interligada). Este documento revela as histórias preferidas e alternativas dos jovens desta comunidade contribuindo para novas possibilidades (a carta é uma adaptação de outras práticas narrativas coletivas).

Na 5ª e última etapa, cada criança confecciona sua pipa, escreve um sonho a ser realizado e a solta para que o vento leve essa mensagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, os valores, habilidades e sonhos compartilhados no grupo revelaram o legado intergeracional de suas famílias de origem, um reconhecimento de suas identidades e de seu protagonismo como seres sociais. Dar visibilidade ao uso da técnica Pipa da Vida como uma ferramenta conversacional produtora de conexão entre jovens e suas famílias, bem como entre esses e seus pares se mostrou uma ação positiva de empoderamento comunitário.

Ações sociais que buscam a promoção do protagonismo social de jovens em situação de risco precisam levar em conta suas características, seus legados multigeracionais, além do contexto em que vivem. Desta forma, as competências individuais poderão ser promovidas, enriquecidas, mas mantendo viva a história pessoal de cada um, facilitando assim a reautoria. Dessa forma, as histórias alternativas dão suporte para os adolescentes prosseguirem suas vidas, tomarem iniciativas que estejam em harmonia com o que valorizam e com o que querem para suas vidas. Permitem ainda conectá-los com as pessoas e personagens que são importantes para elas, bem como com aspectos da sua cultura. Ao responder aos riscos sociais, dores, frustrações, discriminação e pobreza, estas jovens vidas reescrivem o sentido da vida, que, por sua vez, pode ter um efeito restaurador em seu futuro.

REFERÊNCIAS

- BROCKMEIER, J., & HARRÉ, R.** (2003). Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo. *Psicologia. Reflexão e Crítica*, 16, pp. 525-535.
- BRUNER, J. S.** (1991). The narrative construction of reality. *Critical Inquiry*, 17, pp. 1-21.
- RUSSELL, S., & CAREY, M.** (2007). *Terapia narrativa: respondendo às suas perguntas*. Porto Alegre: Centro de Estudos e Práticas Narrativas.
- DENBOROUGH, D.** (2010). *Kite of Life: From intergenerational conflict to intergenerational alliance*. Adelaide: Dulwich Centre Publications.
- ELKAIM, M.** (1998). *Panorama das terapias familiares*. São Paulo: Summus Editorial.
- FREEDMAN, J., & COMBS, G.** (1996). *The social construction of preferred realities*. New York: Norton.
- LIETZ, C.A.** (2006). Covering Stories of Family Resilience: A Mixed Methods Study of Resilient Families. *Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services*, 88, pp. 147-155.
- MCMAMEE, S., & GERGEN, K.J.** (1998). *A terapia como construção social*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- MORGAN, A.** (2007). *O que é terapia narrativa?: uma introdução de fácil leitura*. Porto Alegre: Centro de Estudos e Práticas Narrativas.
- MURRAY, M.** (2004). Narrative Psychology. In J. A. Smith (Org). *Qualitative psychology*. London: Sage Publications.
- NCAZELO, N., & DENBOROUGH, D.** (2006). *Tree of Life*. Adelaide: Dulwich Centre Publications.
- NICHOLS, M. P., SCHWARTZ, R. C.** (2007). *Terapia familiar: conceitos e métodos*. (7ª ed.) Porto Alegre: Artmed.
- RUBIN, K.H., COPLAN, R., CHEN, X., BUSKIRK, A., & WOJSLAWOWICZ, J.C.** (2005). Peer relationships in childhood. In M. Bornstein & M. Lamb (Orgs.). *Developmental psychology: an advanced textbook* (pp. 469-512). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

SLUZKI, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

WHITE, M. (1997). *Narratives of Therapists' Lives*. Adelaide: Dulwich Centre Publications.

WHITE, M., & EPSTON, D. (1990). *Narrative Means to Therapeutic Ends*. New York: Norton.

MEDIAÇÃO PARA IDOSOS EM SITUAÇÃO DE RISCO: TRABALHO REALIZADO NO MINISTÉRIO PÚBLICO

MEDIATION IN ELDERLY PATIENTS AT RISK: WORK DONE IN PUBLIC PROSECUTION

RESUMO: Este artigo apresenta o trabalho que foi desenvolvido junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo no Foro Regional de Santo Amaro, São Paulo, SP. Pela iniciativa das Promotoras de Justiça, em 2011 é criado o Projeto de Mediação Transformativa que visa disponibilizar mediação para famílias com idosos em situação de risco, seja por abandono ou negligência de cuidados básicos. A Mediação Transformativa Reflexiva é um processo conversacional onde o mediador auxilia as partes a encontrarem consensualmente soluções satisfatórias para seus impasses, e também tem como finalidade favorecer a transformação das pessoas envolvidas na disputa. A Mediação tem um caráter voluntário, com formato de até 5 encontros e se apresenta como uma tentativa de dar às resoluções dos familiares envolvidos no conflito mais condições de compreender e trabalhar suas diferenças em um espaço de escuta e diálogo. Após um ano de Projeto constatamos que os combinados que surgem com a intervenção da mediação têm maior condição de se sustentar ao longo do tempo na medida em que as soluções encontradas foram construídas colaborativamente por todos os envolvidos. Em alguns casos observamos uma mudança relacional dos familiares no sentido do fortalecimento de seus laços e a capacitação dos mesmos para a resolução de suas diferenças.

PALAVRAS-CHAVES: mediação, família, idoso, risco, Ministério Público.

ABSTRACT: This article presents the work that was developed with the Public Prosecutor of Santo Amaro. Through the initiative of the Prosecutor, in 2011 is created the Transformative Mediation Project which aims to provide mediation services for families with elderly people at risk, either by abandonment or neglect of basic care. The Transformative Mediation The Reflective Transformative Mediation is a conversational process where the mediator helps the parties to find consensus satisfactory solutions to their predicaments, and also aims to promote the transformation of the people involved in the dispute. Mediation is voluntary, format with up to 5 meetings and is presented as an attempt to give the resolutions of family members involved in the conflict more able to understand their differences and work in a space of listening and dialogue. After a year of Project found that the combined intervention that arises with the mediation has greater condition to sustain over time because the solutions were built collaboratively by all involved. In some cases we observed a family of relational change towards strengthening their ties and training thereof in resolving their differences.

KEYWORDS: mediation, family, risk, elderly, government.

ALESSANDRA NEGRÃO ELIAS MARTINS

Advogada, especialista em Direito Civil e Processual Civil, mediadora e conciliadora.

MARIA GABRIELA MANTAUT LEIFERT

Psicóloga, mestre em psicologia social pela USP, terapeuta de casal e família, terapeuta Intercultural, mediadora.

MÔNICA LODDER DE OLIVEIRA PEREIRA

Promotora de Justiça Cível em Santo Amaro, São Paulo Capital, com atribuição na área da Família e do Idoso.

O Projeto de Mediação Para Idosos é pioneiro na cidade de São Paulo e acontece desde 01 de abril de 2011, pela iniciativa das Promotoras de Justiça Cíveis no Foro Regional de Santo Amaro, em São Paulo, as doutoras Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira e Isabella Ripolli Martins, que, dentre suas várias atribuições, atendem idosos em situações de risco. As promotoras de justiça, a partir do curso teórico de mediação de conflito, vislumbraram a possibilidade de serem passíveis de Mediação as pessoas envolvidas nos procedimentos administrativos instaurados na Promotoria de Justiça que possuam idosos em risco. Dessa forma, foi desenvolvido o Projeto de Mediação na Promotoria de Santo Amaro e foram convidadas a

Recebido em 21/07/2012.

Approved em 30/08/2012.

participar mediadoras do Instituto de Mediação Transformativa que se interessassem pelo tema.

O IDOSO NA ATUALIDADE

Os países desenvolvidos tornaram-se ricos para depois envelhecer, já os países em desenvolvimento estão tornando-se velhos antes de enriquecer (Arcuri, 2004-2006). Nas últimas décadas o segmento de pessoas que mais cresce no Brasil é o de pessoas idosas. O último censo do IBGE de 2010 constatou uma diminuição na proporção de jovens e um aumento na de idosos: a população com **65 anos ou mais**, que era de 4,8% em 1991, passou a 5,9% em 2000 e chegou a 7,4% em 2010. Nos últimos anos, muitas mudanças ocorreram em nosso país e em nossa cultura. Famílias cada vez menores, devido ao maior controle da natalidade, os adultos (pai e mãe) inseridos no mercado de trabalho para suprir demandas de subsistência e consumo, as crianças nas escolas ou creches. Esta é a nova realidade da vida cotidiana das grandes metrópoles, uma tendência a ser mantida e ampliada. Com os avanços da ciência, principalmente da medicina, na busca pela qualidade de vida, estamos progredindo mais e mais na expectativa de vida. Segundo dados do IBGE em 2005, a expectativa média do brasileiro é de 71,9 anos, portanto a sociedade tem que se adaptar a esta nova realidade.

Segundo Arcuri (2004-2006), estudos revelam que cerca de 40% dos indivíduos com 65 anos ou mais precisam de algum tipo de ajuda para realizar pelo menos alguma tarefa diária, como fazer compras, cuidar das finanças, preparar refeições ou limpar a casa, 10% requerem auxílio para realizar tarefas básicas de cuidados pes-

soais, como vestir-se, ir ao banheiro, alimentar-se e tomar remédios.

Nesta conjuntura, da necessidade de cuidados à pessoa idosa, foi criado o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741 de 02 de outubro de 2003 que veio assegurar às pessoas com 60 anos ou mais uma melhor qualidade de vida, com garantia de seu bem-estar, a fim de respeitar seus direitos básicos de sobrevivência e de uma vida digna. Por outro lado, sabemos da dificuldade de muitas famílias brasileiras cuidarem de seus idosos, seja por falta de condições materiais, desavenças entre familiares ou negligência. É nesse contexto que o projeto de mediação para idosos foi criado.

Como Promotoras de Justiça, as doutoras Mônica e Isabella cuidam da proteção e valorização do idoso, recebem notícias de irregularidades ou reclamações de qualquer natureza relativa a idosos, e promovem as apurações cabíveis e as soluções adequadas. No entanto, verificam que na quase totalidade dos procedimentos o que leva o idoso a procurar o Ministério Público resulta de conflitos familiares. Perceberam então, os benefícios da mediação face à necessidade de uma melhor comunicação na família.

Nessas reclamações, há *risco de abandono físico e/ou moral do idoso*, que não é assistido adequadamente pelos familiares. Dessa forma, são encaminhadas à Mediação situações em que o idoso:

- fica o dia todo sozinho e tem a saúde debilitada;
- tem alta hospitalar e a família não o retira;
- não possui condições de alimentação e higiene adequadas;
- não é levado ao médico;
- não tem os cuidados de medicação prescritos;
- não é visitado pelos filhos.

MEDIAÇÃO COMO MEIO CONSENSUAL DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO: UM ENFOQUE SISTÊMICO

O conflito é entendido em nossa cultura como algo que nos remete a um paradigma ganha/perde, ou seja, a partir de uma lógica linear e determinista. Esta forma de lidar com a diferença empobrece o espectro de soluções possíveis na medida em que dificulta a relação entre as pessoas tanto do ponto de vista afetivo/relacional quanto econômico/social. Capacitar as pessoas em meios consensuais de resolução de conflito prevê a responsabilização dos mesmos na criação e consequente resolução da disputa, levando em conta as singularidades de cada um e favorecendo a negociação para que a solução promova uma situação de ganha/ganha (Schnitman 2000-2008). Neste sentido, as soluções para a disputa nascem a partir de um consenso, com a construção de “lugares” sociais legítimos para os participantes, onde se reconhecem as singularidades de cada um no conflito, a possibilidade de ganhar conjuntamente, e de construir soluções comuns para resolver colaborativamente o litígio apresentado.

Entendemos que, a partir desta metodologia, o conflito pode se transformar em uma possibilidade de desenvolvimento e crescimento, através da necessidade de explorar saídas criativas motivadas pela compreensão ativa das diferenças entre as partes. Na medida em que os elementos do conflito emergem no diálogo, este pode e deve ser a nossa principal opção para trabalhar as realidades divergentes.

Segundo Watanabe (2011), a partir da Resolução 125/10 do Conselho Nacional da Justiça, o princípio do acesso à justiça passou a ter um sentido amplo de “*acesso à ordem jurídica justa*”, afirmando que cabe ao judi-

ciário amparar os cidadãos de modo mais abrangente, para além da solução dos conflitos, e oferecer serviços de cidadania, como obtenção de certidões e orientações jurídicas. Ressalta, ainda, que na função “*primordial*” dos serviços processuais, cabe ao judiciário também oferecer os meios consensuais, como a mediação e a conciliação. Neste paralelo de ampliar a forma de trabalhar o conflito, foi fundamentado o projeto no Ministério Público para que a mediação fosse possível com idosos em risco.

A mediação surge a partir da multidisciplinaridade, ou seja, o mediador, ao se capacitar, já possui uma profissão de origem, que pode ser; advogado, psicólogo, assistente social, médico, jornalista, entre outros. Esses diversos olhares enriquecem o trabalho proporcionando uma contribuição diferenciada aos diálogos travados nos encontros.

NOSSO PERCURSO

A mediação proposta pelo projeto é transformativa reflexiva, tendo como finalidade modificar as relações das pessoas envolvidas no conflito, buscando soluções satisfatórias para as questões trazidas por elas. Trabalha com foco determinado, delimitando claramente o problema a ser tratado sem pretender atingir outras problemáticas que porventura emergirem no decorrer do processo. O mediador tem como função facilitar o diálogo por meio de perguntas, ampliando a compreensão do conflito e possibilitando que os envolvidos possam expressar seus diferentes pontos de vista (Ramos & Salem, 2011).

Bush e Folger, precursores do modelo transformativo reflexivo, definem a mediação como um processo que permite

que as pessoas em conflito ajam com maior grau de determinação e responsabilidade em relação aos outros, ao mesmo tempo em que exploram soluções para questões específicas (*apud* Suares, 2008). Enfatizam o *empoderamento* e o “reconhecimento da legitimidade do outro” durante os encontros de mediação, no intuito de favorecer a transformação das pessoas no que se refere a seus relacionamentos interpessoais. O acordo é uma possibilidade a ser buscada, mas a ênfase é na mudança relacional.

Ao trabalhar com estas famílias dentro desta perspectiva, procuramos ampliar as suas narrativas, descongelá-las no sentido de favorecer um entendimento que proporcione, a partir da construção de novos significados, o cuidado e apoio a todos os envolvidos. Deste modo, ao promover acolhimento a estes relacionamentos desgastados, buscamos através da reflexão conjunta saídas para aquelas situações enrijecidas pelo tempo.

UTILIZAÇÃO DA EQUIPE REFLEXIVA NA PRÁTICA DA MEDIAÇÃO

Em nosso trabalho, utilizamos a equipe reflexiva, pois acreditamos ser este um formato que possibilita a ampliação da escuta e favorece na dinâmica dos encontros. A equipe reflexiva é uma prática idealizada por Tom Andersen (1991), que possui como formato um sistema entrevistador (mediadores de campo) e um sistema de escuta (equipe reflexiva). Os membros da equipe reflexiva desenvolvem “*diálogos internos*”, ou seja, refletem sobre aquilo que ouviram do campo e quando falam o fazem entre si e não para os mediados. A equipe reflexiva está orientada a lançar perguntas no final de suas considerações, as quais, por sua vez, podem ou não ser respondidas pelos mediados.

O sistema entrevistador (mediadores de campo) é visto como um sistema autônomo que define ele próprio o que deve ser conversado e de que forma deve ser feito, sem nunca dar instruções ou sugestões sobre como agir. Para Tom Andersen, as perguntas adequadamente incomuns constituem uma grande contribuição para um sistema paralisado. Ao oferecer novas compreensões sobre o problema trazido, os ouvintes são mobilizados a olhar sua dificuldade desde outro lugar. Segundo este autor: “Só podemos dar uma colaboração útil se a conversa instigar a nossa curiosidade. Como tudo na vida, a curiosidade é uma colaboradora da maior importância para a evolução” (Andersen, 1991, p. 67).

Dentro desta linha de trabalho, não temos a pretensão de orientar ou encaminhar soluções para o conflito apresentado, elas nascem de forma conjunta nos diálogos travados entre os mediados, mediadores e equipe reflexiva. Partimos de uma realidade comum para tantas famílias, a dificuldade de inclusão e cuidados dos idosos.

O TRABALHO E SUA PRÁTICA: QUEM SÃO OS MEDIADOS E QUAIS OS CONFLITOS

A Mediação para Idosos ocorre em um contexto familiar, os mediados em geral são: idoso (a) e filhos (as). O idoso é convidado à mediação quando apresenta condições físicas e psíquicas de saúde para estar presente. Quando não tem condições, o que ocorre na maioria dos atendimentos, a Mediação acontece em nome do idoso ou com quem pode estar presente: familiares, conviventes e cuidadores.

Os conflitos familiares são intensos, em geral envolvem situações nas quais:

- nenhum dos parentes cuida do idoso, ou apenas um dos filhos cuida, e é sobrecarregado nesses cuidados;
- não há divisão dos recursos financeiros para a manutenção do idoso;
- há conflito no que se refere:
 - à utilização do benefício do idoso, ou de quem o administra;
 - ao revezamento nos cuidados e companhia ao idoso;
 - à necessidade de uma cuidadora, divisão das despesas ou internação do idoso.

Muitas famílias têm escassos recursos financeiros e o Poder Público não dispõe de vagas suficientes em unidades de longa permanência.

QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DA MEDIAÇÃO?

O principal objetivo é restabelecer ou ampliar a comunicação entre o idoso e seus familiares e por conseguinte melhorar a convivência dessas pessoas proporcionando ao idoso a eliminação ou atenuação do risco em que se encontra, buscando uma situação mais confortável para todos. A partir da mediação, acreditamos possibilitar uma relação mais saudável entre idosos e familiares de modo que, ao surgirem novos conflitos, consigam resolvê-los pelo diálogo e cooperação, não sendo mais preciso recorrer ao Poder Público.

As comunicações que chegam à Promotoria de Justiça são feitas por familiares, companheiros, vizinhos, terceiros, pelo próprio idoso, por assistentes sociais, hospitais ou Unidades Básicas de Saúde. Esta mediação tem uma característica diferenciada, pois parte de um risco (abandono físico ou moral) que é comunicado

aos mediados já na pré-mediação. Ou seja, após comparecerem ao primeiro encontro sabem, todos que ali estão pelo idoso e para o idoso, e ficam cientes da condição periclitante.

A questão do sigilo da mediação é respeitada no que se refere ao conteúdo dos encontros, sendo apenas comunicado aos Promotores de Justiça como o idoso se encontra devido à situação de risco. Essa comunicação é autorizada na Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça; no anexo III referente ao Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais, no artigo 1º, parágrafo 1º que trata da Confidencialidade e reza: “Confidencialidade – Dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, **salvo autorização expressa das partes**, violação à ordem pública ou às leis vigentes... (grifo nosso).” Com autorização dos mediados, e por estarem os idosos em risco, os Promotores de Justiça que acompanham o Procedimento terão ciência durante a mediação de como se encontra o idoso e os cuidados em relação a ele. Os mediados são avisados previamente do risco e autorizam por escrito a comunicação em relação ao idoso. Há, dessa forma, um equilíbrio entre o sigilo, vida e dignidade humana.

DINÂMICA DOS ENCONTROS DE MEDIAÇÃO

A Mediação Transformativa Reflexiva é utilizada em situações de conflito nas quais as relações interpessoais possuem continuidade no tempo, como as relações familiares. Neste sentido a nossa intenção não é somente buscar o acordo, mas também trabalhar as relações entre as pessoas. Iniciamos utilizando a fala de abertura, para explicar o formato dos encontros,

explicitar que não somos juízes e que se porventura chegarem a alguma solução será algo construído por eles nos encontros. Na fala de abertura comentamos sobre a comunicação respeitosa entre as partes, a voluntariedade do processo e a confidencialidade.

Os mediados (idoso e seus conviventes) são convidados a participar de até cinco encontros, podendo ter mais um ou dois de acompanhamento. A mediação tem como cerne a *voluntariedade*. Dessa forma, o convite é uma oportunidade para que as famílias ampliem o diálogo, porém, como envolve um contexto de risco, o procedimento legal não é encerrado com a Mediação. Os Promotores de Justiça continuam normalmente com o procedimento administrativo no qual houve a reclamação do idoso com todo o seu trabalho regular: visitas domiciliares por assistentes sociais, depoimentos das partes, entre outros.

São trabalhados nos encontros o empoderamento e a autodeterminação dos mediados. Entendemos por empoderamento o protagonismo do mediado nas possíveis soluções encontradas para o impasse. Dessa forma, tanto o idoso fica fortalecido a falar de si, como os mediados a terem a mesma oportunidade. Na autodeterminação, os mediados sentem-se capazes para fazer planos de futuro e se apropriar de suas vontades e determinações.

Como mediadores, desenvolvemos algumas estratégias para que haja uma verdadeira mediação em grupo, ou seja, uma pergunta única sempre é feita para todo o grupo. Para as perguntas mais específicas dirigidas a apenas um dos mediados, todos os demais são convidados a opinar. A fala respeitosa e o uso de pranchetas para anotações pessoais, a fim de não interromper aquele que está comunicando

algo, são fundamentais para manter um clima de harmonia ao logo dos encontros. De modo geral, são muitos os mediados e não é incomum que estes familiares estejam com relações interrompidas há tempos e apresentem motivações conflitantes, inclusive com sentimentos de hostilidades e mágoas acumuladas.

Nos primeiros encontros, os familiares relatam apenas os conflitos e as dificuldades que encontram de cuidar do idoso. Durante o percurso, cria-se um clima de acolhimento e respeito promovido pela fala de abertura, a partir das técnicas de escuta e das perguntas circulares. Nas técnicas de escuta, o mediador procura manter-se atento ao diálogo dos mediados não para responder, mas para tentar compreender e explorar os sentidos e significados que estão sendo construídos naquele encontro. As perguntas circulares também têm a intenção de esclarecimento e construção de novos significados, elas tratam das pessoas, daquilo que elas pensam, sentem e fazem, e promovem a empatia, ou seja, a possibilidade de se colocar no lugar do outro. Por exemplo: O que você sente quando ele fala isto? O que você pensa daquilo que ele diz? (Suarez, 2008). Deste modo, a partir destas estratégias de comunicação começam a surgir ao longo das reuniões reflexões sobre maneiras alternativas de cuidados e convivência com o idoso, bem como as diferenças relacionais vão sendo trabalhadas.

Em muitos casos, o idoso tem um número expressivo de filhos e todos comparecem. Muitas vezes há comparecimento de outros familiares além dos convidados, sempre é perguntado aos que foram convidados se concordam com a permanência dos demais. A mediação torna-se coletiva, e um encontro pode ter vários presentes, o

que requer dos mediadores, além do acolhimento, muita atenção na distribuição do tempo, para que todos participem.

Desde o início dos atendimentos, nos surpreendemos com a adesão dos mediados. Não deixamos nenhum mediado sem atendimento, se comparecer, será ouvido. Muitas vezes, um filho vem a um encontro em nome dos irmãos, se compromete a relatar aos demais o que foi tratado. No encontro seguinte, equilibramos a escuta dos que não compareceram, pois não é possível fazer um novo “caucus” com todos, devido ao número expressivo de mediados.

Chamamos *caucus* aos encontros privados dos mediadores com cada mediado. Esses encontros podem acontecer após a decisão de todos os envolvidos de participar da mediação e, a qualquer tempo, no curso da mediação. A decisão sobre a utilização ou não dessa ferramenta caberá aos mediadores ou quando for solicitada por, pelo menos um mediado (Grosman & Mandelbaum, 2011).

Nesta etapa inicial dos relatos, algumas perguntas são fundamentais, tais como: Qual é o problema para você? O que espera da mediação? No que você está disposto a contribuir para superar o conflito? Estas perguntas nos ajudam a mapear o problema trazido e delinear possíveis pontos em comum que serão trabalhados na etapa seguinte.

O próximo passo é a construção da agenda. Nesse momento, as técnicas de negociação de Harvard podem ser muito úteis, como veremos a seguir:

- *separar as pessoas do problema*: “as pessoas são mais importantes que o problema”. Ajudar os mediados a “despersonalizar o problema”, ou seja, separar as pessoas do proble-

ma em uma tentativa de preservar o vínculo relacional e tratar do problema focal a ser resolvido;

- *focar nos interesses e não nas posições*: posições são as falas expressas, aquilo que é dito como sendo o problema. O grande desafio do mediador é ir além, ter sensibilidade para explorar quais os interesses e necessidades, ou seja, o que está por trás dessas posições. Exemplo: Eu não quero vender a casa (posição). Devemos investigar quais os interesses ou necessidades estão por trás dessa posição. A partir daí buscar alternativas para atender as necessidades e, ao mesmo tempo, colaborativamente, encontrar saídas para o impasse.
- *gerar opções, a busca pelos pontos comuns*. A mediação não caminha pelos impasses, mas por tudo que compartilham, ou seja, o mediador deve, através das perguntas, esmiuçar o problema trazido para elencar os pontos comuns e os recursos observados. Conotar positivamente as potencialidades da família e seus esforços em compor saídas, bem como auxiliar na construção de alternativas que atendam a todos ou à maioria.
- *usar critérios objetivos como base para as soluções*: o mediador deve se expressar como “agente de realidade”, ou seja, os mediados trazem as soluções para o impasse que vivem, mas essas alternativas necessitam ser possíveis de se concretizarem, dentro da realidade do contexto de cada um.

No contexto da Mediação Para Idosos, temos como premissas a serem contempladas: a necessidade de

preservar o vínculo das pessoas, focar no problema trazido, em especial no contexto familiar do idoso, mapear os interesses, as resistências encontradas, o conflito apresentado e quais familiares estão em maior ou menor dificuldade de comunicação. Buscar pontos comuns, trabalhando com a família no sentido de avaliar o que todos acreditam que deva acontecer para que o idoso saia do risco em que se encontra. Nos critérios objetivos, quais soluções trazidas pelos mediados são possíveis de acontecer, ou seja, possuem um efeito prático.

A mediação se encerra com o fechamento do processo, etapa que pode resultar em um acordo ou termo de entendimento, elaborado pelos e para os mediados. Neste contexto dos idosos, este termo tem a particularidade de conter a menção ao risco, pois, a partir deste, ocorreu a mediação.

O acordo ou termo de entendimento é redigido contendo todos os “combinados”, ou seja, todas as vontades dos que dele participam. É um breve relato que traduz se a comunicação entre as partes foi ampliada ou não e quais os combinados dos cuidados ao idoso. O acordo é lido e redigido com todas as proposições que foram contempladas pelo processo de mediação com a finalidade de conferir as decisões e atribuições na qual todos se comprometem. Esse documento (acordo ou termo de entendimento) é levado à Promotora de Justiça responsável pelo procedimento, que pode validar as decisões dos mediados, conferindo novamente as proposições, dando, a partir daí, um caráter legal pela homologação.

Mesmo com uma dinâmica de etapas, cada encontro de mediação é único. O mediador deve estar sempre atento e, se necessário, retomar alguma etapa anterior, por exemplo, se ainda há necessidade de mais escuta das

partes, ou se, a qualquer momento, a parte sentiu a necessidade de ser ouvida em separado (caucus).

Em muitos casos, observamos que as ferramentas da mediação nos dão a possibilidade de promover um resgate de toda uma vida, pois realmente é criado um espaço, uma oportunidade de comunicação com escuta e diálogo.

REFLEXÕES DAS PROMOTORAS DE JUSTIÇA IDEALIZADORAS DO PROJETO

A ideia de aplicar a mediação nos procedimentos administrativos de idosos nasceu a partir do curso de mediação realizado na Escola Paulista do Ministério Público em 2010 e em razão da constatação de que muitos estavam em situação de abandono em razão de desentendimentos familiares.

Após várias reuniões e com a preciosa e fundamental ajuda das mediadoras, colocamos em prática o sonho, e a realidade mostrou ser a mediação perfeitamente possível e instrumento útil e eficaz na solução dos conflitos familiares que acarretavam o abandono do ser humano, já em idade avançada, frágil e, muitas vezes, dependente de outrem para a realização das necessidades mais básicas de higiene e alimentação.

A mediação, pelo diálogo, possibilitou o estreitamento dos laços afetivos entre irmãos e entre pais e filhos, laços esses muitas vezes desgastados em razão de mágoas do passado. A mediação possibilitou a reorganização da família, o resgate da verdadeira entidade familiar e da autoestima do idoso, agora valorizado. Hoje, após um ano, vemos que a mediação tem surtido efeito, mas notamos que ainda há muito a percorrer para que o idoso possa envelhecer com a dignidade que merece.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que há a necessidade de o Poder Público ter outro olhar para a terceira idade. O Estatuto do Idoso foi criado em 2003, portanto as preocupações com o bem-estar do idoso são recentes. Torna-se necessário muito mais. É notória a dificuldade que eles têm em se manter com o benefício previdenciário, sendo que às vezes não o possuem. Igualmente, é insuficiente, a disponibilidade para internações em Unidades de Longa Permanência.

A mediação surge neste contexto como um dos caminhos possíveis dentro do Ministério Público a fim de atender e dar voz às demandas de cuidados de nossos idosos. No sentido de promover uma singela ação para colocar em prática os desígnios de nossa legislação em prol da cidadania.

Na atualidade, como observa Groeninga (2012), ocorre uma aproximação do poder público e privado na conjunção de interesses comuns. Com a crescente ampliação dos meios de comunicação, a mediação interdisciplinar representa uma revolução como poderoso meio de conscientização, empoderando e trabalhando na prevenção dos mecanismos de exclusão e cronificação das vulnerabilidades.

Construir com as famílias alternativas viáveis para ampliar e favorecer a comunicação entre seus membros nos parece uma forma eficaz de consolidar os acordos que são construídos dentro de um clima de respeito e entendimento.

Este trabalho vem consolidar a aplicação de práticas colaborativas para resolução de conflito como estratégia útil e eficaz na promoção de justiça social daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, construindo caminhos para uma cultura da paz.

MEDIADORES PARTICIPANTES DO PROJETO DE MEDIAÇÃO PARA IDOSOS E MULTIDISCIPLINARIDADE

Alessandra Negrão Elias Martins, advogada, Aloma Ribeiro Felizardo, educadora, Ana Luísa Almeida Prado de Andrade Coutinho, publicitária, terapeuta familiar (em formação), Dina Rosa Duarte de Freitas, advogada, Heloísa Maria Desgualdo, advogada, João Roberto Moris, jornalista e tradutor, Karin Zerwes Kansong, linguista, e Maria Gabriela Mantaut Leifert, psicóloga e terapeuta familiar.

REFERÊNCIAS

- Andersen**, T. (1991). *Processos reflexivos*. Rio de Janeiro: Noos.
- Arcuri**, I. G. (2004). *Memória corporal: o simbolismo do corpo na trajetória da vida*. São Paulo: Vetor Editora.
- IBGE** (2001) *Portal do envelhecimento*. Recuperado em 11 junho, 2012, de http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php.
- Groeninga**, G. C. (2012). *Relações Interdisciplinares – Não à indiferença*. *IBDFAN – Boletim Informativo*, 9.
- Grosman**, C. F., **Mandelban**, H. G. (org) (2010). *Mediação no judiciário, teoria na prática e prática na teoria*. São Paulo: Primavera Editorial.
- Mediativa**. (2009). *Mediação Abordagem Transformativa Reflexiva*. Apostila do curso Mediação Transformativa Reflexiva. São Paulo: Mediativa
- Ramos**, M. e **Salem**, E. (2011). *Mediação: um caso clínico*. In M. L. Dias, & G. Castanho. *Terapia Familiar com Adolescentes*. São Paulo: Rocca (prelo).
- Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça**. Recuperado em 11 junho, 2012, de <http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da>

-presidencia/323-resolucoes/12243-
-resolucao-no-125-de-29-

Suares, M. (2008). *Mediación: Conducción de disputas, comunicación y técnicas*. Buenos Aires–Barcelona–México: Paidós.

Schnitman, D. F. (2000). *Nuevos paradigmas en resolución de conflictos. Perspectivas y Prácticas*. Buenos Aires: Granica.

Watanabe, K. *Política Pública do Poder Judiciário Nacional para tratamento adequado dos conflitos de interesses*. Recuperado em 21 julho, 2012, de <http://www.tjsp.jus.br/Download/Conciliacao/Nucleo/ParecerDesKazuoWatanabe.pdf>

FAMÍLIA MONOPARENTAL MASCULINA: O COTIDIANO E SUAS VICISSITUDES

SINGLE PARENT MALE FAMILY: THE EVERYDAY AND ITS VICISSITUDES

RESUMO: A partir da terapia familiar sistêmica e da terapia colaborativa, sob os referenciais da pós-modernidade, propõe-se problematizar famílias na contemporaneidade. Atualmente, com as diversas configurações de família, novas compreensões acerca dos modos de se viver em família se fazem pertinentes, de modo que o terapeuta familiar precisa estar atento às especificidades de cada família. Desde o nascimento, todo sujeito está inserido em uma rede relacional na qual constrói a sua compreensão de família balizada pelo contexto sociocultural e normas que regulam um ideal de família. Por meio de um estudo de caso de uma família monoparental masculina, se traz à discussão como um pai e seu filho convivem e administram suas atividades cotidianas.

PALAVRAS-CHAVE: terapia familiar, família monoparental masculina, paternidade.

ABSTRACT: From the systemic family therapy and the collaborative therapy, under the references of the post-modernity, this paper proposes to discuss the family(s) in the contemporaneity. Currently, with different configurations of family, new understandings about the ways to live into family are relevant, thus, the family therapist must be alert of the specifics of each family. From birth every subject is inserted into a relational network that builds your understanding of family beacons by social and cultural context and norms that regulate an ideal of family. Through the case study of a single-parent male family, is brought to the discussion how a father and his son live and manage their everyday activities.

KEYWORDS: family therapy, single-parent male families, paternity.

JULIANA RIED

*Mestrado em psicologia,
UFSC, Movimento – Clínica
e Escola de Psicologia
Sistêmica.*

ANDRÉIA CHAGAS PEREIRA

*Mestranda em psicologia,
UFSC, Movimento – Clínica
e Escola de Psicologia
Sistêmica.*

Para além do tradicional modelo da família burguesa, sustentada pelo modelo patriarcal de pai provedor, mãe e filho/a(s), há diversas configurações familiares situadas na contemporaneidade. Entre essas, encontram-se as famílias monoparentais que, segundo Wall e Lobo (1999, p. 123), se definem como “um núcleo familiar onde vive um pai ou uma mãe só(s) (sem cônjuge) com um ou vários filhos solteiros”. Conforme Hintz (2001, p. 15), as famílias monoparentais “são decorrentes de divórcios ou separações, onde um dos pais assume o cuidado dos filhos e o outro não é ativo na parentalidade, ou famílias onde um dos pais é solteiro e o outro nunca assumiu a parentalidade”. Neste estudo, direcionamos a atenção para a família monoparental masculina, que vem aumentando gradativamente, embora não venha sendo pesquisada com a mesma incidência, uma vez que estudos sobre a monoparentalidade feminina ocorrem com mais expressividade. Dessa maneira, ao abordarmos esse tema, o interesse se volta para a família enquanto espaço de laços de convívio, no qual os sujeitos se constituem imbricados nas diversas configurações de família que se enunciam e nos diferentes contextos socioeconômicos e culturais em que vivem. Para Henriques, Féres-Carneiro e Magalhães (2006, p. 328), o sistema familiar está em “constante interação com o contexto social atual, recolocando a noção da família como um espaço privilegiado”. E de que família falamos? Há diversas possibilidades de ser família em meio a inúmeras configura-

Recebido em 14/03/2012.

Aprovado em 28/08/2012.

ções que se organizam e regulam o seu modo de viver em família. É com a proposta de incitar reflexões e problematizar o tema, que adotamos teóricos pós-modernos da terapia familiar para tecer a discussão.

AS RELAÇÕES FAMILIARES E A TERAPIA FAMILIAR

É frente ao cenário de mudanças e da pluralidade de famílias que desponta a necessidade de o terapeuta de família se posicionar “de modos diferentes em relação à configuração familiar, constituindo o contexto da intervenção terapêutica em estreita relação com as transformações histórico-sociais” (Ponciano & Féres-Carneiro, 2003, p. 64). Podemos mencionar o movimento feminista a partir dos anos 1970 como uma das principais fontes de questionamentos e transformações sociais (Ponciano & Féres-Carneiro, 2003).

Compreendemos que a família do momento histórico atual tem sido atravessada pela priorização do compromisso afetivo. Os vínculos afetivos que se estabelecem nas relações fortalecem as famílias na busca por diversos arranjos familiares, que ultrapassam as conformações tradicionais, de consanguinidade e heterossexualidade. Para Ried (2011), a família contemporânea está em movimento de reestruturação dos modos de vida frente às transformações e demandas desse tempo.

Sendo assim, hoje temos muitas formas de constituir uma família, o que gera modelos diferentes do tradicionalmente conhecido, um pai, uma mãe e alguns filhos. Os novos arranjos familiares têm suas peculiaridades e a sua história de constituição que devem ser conhecidas, respeitadas e legitimadas nas relações sociais. Dentre as configu-

rações de família, são citadas por Szymanski (1995): famílias divorciadas, recasadas, monoparentais, casais sem filhos, casais homossexuais, sendo uma conquista para estes casais a possibilidade de adoção que gradativamente ganha espaço social e jurídico. A reprodução através de meios tecnológicos, como a fertilização *in vitro* e banco de sêmen, também viabilizam a parentalidade e constituição de famílias que escapam ao modelo tradicional. Para Ponciano e Féres-Carneiro (2003), as mudanças impostas pelas novas tecnologias de reprodução, ainda que possibilitem novas transformações, mantêm a necessidade da participação da família como um grupo social que tem a função de cuidar de um ser dependente biológica e psicologicamente.

Atualmente, essas mudanças estão presentes no dia a dia das pessoas em suas relações sociais, frequentemente convivemos com os novos modelos de família, sejam as recasadas, monoparentais, homoafetivas, entre outras. Essa realidade cria novas situações sociais, que não eram vividas há algumas décadas, como, por exemplo, a presença de dois homens enquanto cuidadores de uma mesma criança em uma reunião escolar, sendo um, o pai da criança, e o outro, o atual companheiro da mãe da criança. Ou ainda, dois homens sendo cuidadores e “pais” de uma criança que pode ser filho/a da união heterossexual anterior de um dos homens.

A paternidade, segundo Fein (*apud* Dantas, Jablonski, & Féres-Carneiro, 2004), apresenta três perspectivas diferentes: a tradicional, na qual o pai ocupa o papel de provedor, oferecendo suporte emocional a mãe, exercendo o modelo de poder e autoridade para os filhos; a moderna, em que o papel do pai está relacionado ao desenvolvimento moral, escolar e emocional dos

filhos; a emergente, onde o homem é considerado psicologicamente capaz de participar ativamente dos cuidados e criação dos filhos. No caso das famílias monoparentais masculinas, podemos perceber uma família pós-moderna na qual o homem assume integralmente os cuidados pelos filhos, precisando organizar sua rotina e rede de apoio para oferecer os cuidados, proteção e afeto que as crianças necessitam. Para Vaitsman (1994, p.19), “o que caracteriza a família e o casamento numa situação pós-moderna é justamente a inexistência de um modelo dominante, seja no que diz respeito às práticas, seja enquanto um discurso normatizador das práticas”. Nesse sentido, na pós-modernidade coloca-se em questão modelos e práticas determinantes, e abre-se espaço para a pluralidade, para a diferença, pela busca da legitimidade.

Para o Conselho Federal de Psicologia (2010), a partir dos marcos legais que orientam a atuação de psicólogos em Varas de Família, “a noção de família é plural, uma vez que se percebe a constituição de distintas configurações familiares”. Para alguns o termo entidade familiar estaria mais de acordo com a realidade observada no século XXI. Realidade esta composta por diversos arranjos familiares como: “Famílias formadas pelo casamento, por uniões estáveis, famílias recompostas, famílias homoafetivas etc. (Conselho Federal de Psicologia, 2010, p. 31).”

Segundo Ponciano e Féres-Carneiro (2003), durante os anos 1960 e 1970 quando as situações de recasamento e de casais homossexuais passaram a se tornar “visíveis”, a família nuclear centrada no casal heterossexual e criação dos filhos passa a ser questionada com a “Terapia de Família Feminista”, em que a ligação entre os membros familiares poderia ter outras compreensões.

Para os terapeutas da época, havia dificuldade de compreender as famílias de forma diferente do modelo tradicional, sendo inclusive compreendidas como patológicas. Estas autoras pontuam que “a posição do especialista vê-se assim transformada tanto quanto as relações familiares, não exigindo mais uma teoria específica para uma intervenção terapêutica específica” (Ponciano & Féres-Carneiro, 2003, p. 75).

Atualmente, alguns profissionais da terapia familiar enfatizam posturas colaborativas. Autores como Harlene Anderson, Harry Goolishian e Lynn Hoffman contribuem para uma postura que amplia as possibilidades do terapeuta acerca da compreensão das narrativas da família. Nesse sentido, Anderson e Goolishian (1993) entendem a terapia como uma conversação, um diálogo intersubjetivo. Com as ideias advindas do construtivismo e construcionismo social é ultrapassada a noção estrutural que a terapia familiar propunha inicialmente. E o terapeuta familiar sistêmico assume uma nova postura, se deixando conduzir pelo conhecimento e experiência de seus clientes (Anderson & Goolishian, 1993).

Dessa maneira, transforma-se o saber especializado em experiência compartilhada, através da linguagem e conversação entre o terapeuta e seus “clientes” (Ponciano & Féres-Carneiro, 2003). Torna-se possível ampliar a compreensão de família(s) por parte do terapeuta, além de se fortalecer o respeito às diferenças e às plurais configurações de família, ultrapassando noções estruturais e modelos ideais. Sendo assim, é legítimo todo e qualquer arranjo familiar que traga satisfação e bem-estar entre seus integrantes.

Para Ponciano e Féres-Carneiro (2003, p. 63), neste momento da pós-modernidade, a ideia da diversidade de famílias e a ausência de um único parâ-

metro é que tendem a pautar a compreensão de família. Para as autoras, ainda permanece a percepção da família determinada por valores que pautam as relações como: “O sentimento de amor, a realização pessoal na convivência com o outro significativo, e, por consequência, a formação da identidade humana por meio da filiação e da transmissão intergeracional” (Ponciano & Féres-Carneiro, 2003, p. 63). Nesse sentido, salientam que a ideia de proteção e afeto a ser oferecida pela família permanece, ainda que os papéis familiares não continuem os mesmos e outras formas de cuidado surjam.

Ao focalizarmos a monoparentalidade, configuração na qual o pai ou a mãe assume, sozinho, a responsabilidade e o cuidado dos filhos, focaliza-se a organização do cotidiano de uma família monoparental masculina, bem como a convivência entre pai e filho, buscamos conhecer suas vicissitudes e situações desafiadoras com as quais essa família se depara, de modo a promover a visibilidade dessa configuração familiar. No momento presente, famílias que permanecem no limiar do certo ou do errado (famílias monoparentais masculinas e femininas, famílias homoafetivas e famílias recasadas) passam a ser gradativamente visibilizadas e naturalizadas nos contextos sociais. Entretanto, no dia a dia e na convivência social dessas famílias, existem muitas resistências a serem vencidas.

Em nossa sociedade ainda são muito comuns reações de estranhamento em relação aos novos arranjos familiares, o que pode gerar situações de constrangimento tanto para os membros dessas famílias, quanto para aqueles que pouco convivem com esses novos modelos. Um homem andando sozinho com um bebê de colo, uma mãe loira com um filho negro, um homem levando uma menina ao banheiro, um

homem levando o bebê sozinho ao pediatra, dois casais assistindo juntos o campeonato de futebol do filho, duas mulheres mães de uma mesma criança, dois irmãos (um negro e um branco) passeando juntos, o namoro entre dois adolescentes que moram na mesma casa, mas não são irmãos biológicos, são algumas das situações que podem gerar estranhamento ou dúvidas sobre como lidar com essas realidades.

Para Wendt e Crepaldi (2008), mapear as relações é condição essencial para a consecução do estudo e pesquisa da família, sendo de fundamental importância buscar conhecer e compreender a complexidade das relações que esse grupo social encerra. Zamberlam (2001) afirma que as “novas” configurações familiares passam a evidenciar uma multiplicidade de subsistemas e uma pluralidade de arranjos familiares que se superpõem, e demarcam mudanças estruturais da família brasileira nos dias de hoje. Essas questões requerem discussão, pois, ainda que haja uma gradativa compreensão social e aumento dos estudos sobre famílias não normativas, a família monoparental masculina é uma das quais também requer garantia de direitos e legitimidade. Dessa forma, a partir das vivências trazidas por uma família monoparental, levantamos as seguintes questões: Como é para um pai se deparar “única e exclusivamente” com os cuidados de seus filhos em uma sociedade fundada por um modelo patriarcal e sexista?

MÉTODO

Trata-se de um estudo exploratório, qualitativo, com o objetivo de descrever as vivências de uma família monoparental masculina a partir de um estudo de caso. Para isso, foi realizada

uma entrevista com um pai monoparental, contatado por meio de indicação da rede profissional das autoras. Os critérios para escolha do participante foram: residir com pelo menos um dos filhos, sendo o cuidador e responsável principal por este há mais de 1 ano.

O participante é um pai monoparental de 43 anos, militar, que, após o término de sua relação conjugal, obteve a guarda permanente do filho mais velho (17 anos), configurando a monoparentalidade, e a guarda compartilhada do filho menor (9 anos) que continuou morando com a mãe.

Foi realizada uma entrevista individual, previamente agendada com o participante, em uma sala de reunião no local de trabalho, com duração aproximada de duas horas, tendo sido gravada e posteriormente transcrita. A entrevista foi balizada por um roteiro semiestruturado com cinco questões abertas, relativas à compreensão de família e à percepção da sua família atual, à configuração da família de origem, à trajetória até a monoparentalidade, à organização da rotina da família na realização das atividades implicadas com o cuidado, à rede de pessoas envolvidas no cotidiano da família e enfrentamentos. O participante foi devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, consentindo com a utilização das informações a título de estudo por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo preservado seu anonimato, de modo a atender os procedimentos éticos.

O roteiro de entrevista baseado no estudo de Ried (2011) foi devidamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina. Desse modo, as informações obtidas pela entrevista foram analisadas e adequadas a este estudo, que focaliza a

vivência da monoparentalidade masculina, trazendo uma análise das narrativas do pai sob a perspectiva sistêmica da terapia familiar pós-moderna.

FAMÍLIA MONOPARENTAL MASCULINA: CONTEXTUALIZAÇÃO DO CASO

O pai entrevistado, oriundo de uma família com pouco estudo e grandes limitações financeiras, mudou aos 14 anos de um município do interior para a capital de outro estado com o irmão mais velho. Com a conclusão do ensino superior, ascendeu em suas conquistas gradativamente, ao passar em concurso público para seguir carreira militar. Com isso, alcançou estabilidade profissional e financeira, casando-se e constituindo família. Quando o filho mais velho estava com 12 anos, ocorreu a ruptura do núcleo familiar com a separação conjugal, devido ao alto grau de conflito entre o casal, envolvendo violência psicológica e física. O processo de separação conjugal se deu em meio a grandes situações de conflito e agressão que, em alguns momentos, envolveram os filhos também. Essa situação fez com que o pai se deparasse com a necessidade de resgatar o cuidado e bem-estar dos filhos e de si.

Desde então, assumiu firmemente a paternidade e a busca pela guarda dos filhos, demonstrando o desejo e a preocupação em garantir o bem-estar e a segurança deles. De certa forma, agiu da mesma forma que seus pais, pois, conforme sua narrativa, seus pais sempre buscaram assegurar o bem-estar dele e de seus irmãos, mesmo em meio às dificuldades financeiras que sua família de origem vivia.

Sobre a trajetória de sua família até a monoparentalidade, ele relatou que a separação do casal foi necessária, “[...] a família que até então existia estava

doente” e sua intenção era “arrumar” o problema da família, que enfrentava situações de violência, para, com isso, buscar o seu bem-estar e de seus filhos.

[...] Então, houve a necessidade de se separar e configurar um novo estilo de vida, né? E aí, quando eu me separei, eu não me separei porque vislumbrei outra pessoa, ou porque enxergava a possibilidade de outra mulher ou coisa do gênero. Então, eu me separei para, já com a intenção, de arrumar isso, arrumar esse problema da família anterior, né, violência etc.

Segundo o pai, a dinâmica familiar estava com o seu funcionamento “adoecido” e os filhos precisavam ser cuidados. Sob a perspectiva pós-moderna da Terapia Familiar, compreendemos que nas narrativas construídas nessa família havia muitas vozes que não favoreciam para o entendimento entre seus integrantes, pelo contrário, ocasionavam frequentes desentendimentos entre o casal e entre pais e filhos. Como, por exemplo, a comunicação agressiva entre o casal que resultava em brigas e as queixas da ex-esposa de que o filho mais velho “não fazia nada”. Por estar trabalhando e não ver o que acontecia em casa, o pai acabava ficando contra o filho. No entanto, soube, mais tarde, que a mãe mandava o filho fazer “as coisas” e ia assistir televisão, conforme relatou. “Aí eu vi, a gente estava errado, eu estava errado, ela estava errada.”

Para o pai, a mãe não daria conta de cuidar dos dois filhos, pois não saberia gerenciar. Um exemplo trazido por ele foi o seguinte: no princípio, quando os dois meninos ainda estavam sob a guarda dela, a mulher com frequência pedia que ele interviesse em situações corriqueiras de desavenças entre os irmãos. Nesse período, seu filho mais velho precisava de uma atenção ainda

maior, pois passava por acompanhamento psiquiátrico e psicológico no enfrentamento de tentativa de suicídio, ficando em internação hospitalar durante um mês. Conforme Lenzi (2011), momentos de oportunidade e desafios trazidos por um dos membros da família podem auxiliar os familiares a reverem os recursos que têm empregado em suas relações e vivências, gerando, assim, um período de transição que pode resultar em novos papéis e funções na família.

Logo que se separaram, o filho mais velho pediu para morar com o pai. “Eu entrei com o processo em 2006 (...), ele foi morar comigo. Aí, eu saí de casa, deixei tudo pra ela e tal e fui embora. Aí ele falou: ‘Pai, eu quero morar com o senhor!’”

Para o pai se iniciava uma longa caminhada até conseguir a guarda do filho. E segui-la com o suporte da terapia familiar através da conversação dialógica, terapêutica e colaborativa foi uma oportunidade para a coconstrução de novas narrativas e significados, que contribuíram para que emergissem novas formas de lidar com as mudanças que foram surgindo a partir das situações e desafios da atual configuração familiar. Nesse sentido, a terapia colaborativa, como bem situa Grandesso (2008, p.11) ao destacar o trabalho de Anderson e Goolishian, Tom Andersen e Pegg Penn, “organizar-se como uma prática de parceria na conversação entre terapeuta e clientes, em que a ênfase se dá nos processos reflexivos e na abertura das palavras para os significados por elas construídos, além do processo de questionamento como contexto generativo em relação à mudança”.

Com o acompanhamento terapêutico, o pai foi criando novas formas de lidar com as situações de violência vivenciadas com a ex-esposa, conse-

guindo proteger os filhos das dificuldades da relação conjugal e, ao mesmo tempo, estabelecer novas aberturas de diálogo com os filhos. Assim, ao desenvolver uma escuta diferenciada e disponível às dificuldades e emoções vividas pelo filho mais velho, pôde ir demonstrando também seus sentimentos e angústias para a construção de uma nova forma de ser pai e cuidador. Com o tempo, foi estabelecendo com o filho uma relação de proteção e carinho, o que permitiu o surgimento de novos significados e razão de viver para os dois.

ORGANIZAÇÃO COTIDIANA DA FAMÍLIA MONOPARENTAL

A partir da percepção trazida pelo pai, atenuado o período de caos vivenciado, construíram-se momentos de desafios, alegrias, aprendizados contínuos entre o pai e os filhos, além da superação gradativa dos conflitos e desentendimentos vivenciados. Foi com a separação que o pai passou a construir uma nova dinâmica de vida, investindo na demonstração de afeto, no cuidado e na atenção aos filhos, que se sobrepôs gradativamente aos comportamentos agressivos, distanciando o cenário de violência intrafamiliar. Com a monoparentalidade, o pai passa a administrar sua vida com a de seus filhos, buscando o fortalecimento dessa relação. A vivência da guarda compartilhada do filho mais novo também foi mencionada frequentemente pelo pai, porém, o enfoque deste estudo é voltado para a monoparentalidade.

Ao se referir à percepção que tem de sua família, afirmou que “antigamente era problemática”, mas que, no momento, estava numa fase estável, e que, ressaltou, os filhos e eles estavam lidando bem com essa configuração.

Seu filho mais velho estava se encaminhando nos estudos e, em breve, faria 18 anos. Ao falar sobre a família atual, o pai refere-se ao “pai sozinho (...) eu tenho dois meninos, a minha família é essa (...)”.

(...) eu e os filhos estamos bem, vamos dizer, gostando da situação, estamos bem inseridos nos papéis ali, né? Eu moro com o A., então a gente se relaciona ali, escola e tal, sai junto, vai no cinema de vez em quando. Então até atividades né... normais. Eu vou levar ele no jiu-jitsu. E o B. também, quando tá comigo lá, normal, tem a caminha dele lá, tal. Uma vida normal que eu considero em família, né...

Conforme Cervený & Berthoud (2002), a maneira como os membros familiares se relacionam confere indícios da dinâmica da família. De modo que a dinâmica familiar se estabelece a partir de como os membros da família se relacionam, de como estabelecem e mantêm vínculos, como lidam com problemas e conflitos, bem como os rituais que cultivam, a qualidade das regras familiares, a definição de sua hierarquia e o delineamento dos papéis que cada membro da família assume. Por meio de suas narrativas, percebemos todo o seu esforço em “acertar” na educação de seus filhos, assumindo uma postura de pai e aprendiz diante das situações. Ou seja, ao mesmo tempo em que se preocupa em estabelecer regras, cobrar dos filhos responsabilidades, de acordo com suas idades, e educá-los a partir de seus valores e crenças, também busca estabelecer uma escuta compreensiva aos pedidos dos filhos, incentivando o compartilhar de emoções e vivências. Demonstrando, assim, que não é o detentor da verdade ou tem a resposta para tudo, mas que sua prioridade é aprender com os filhos a viver em uma

casa com respeito e harmonia. Dessa forma, os aprendizados foram mútuos e as exigências atenuadas.

No caso da vida profissional, ao escolher cuidar dos filhos, o pai, em certa medida, deixou-se em segundo plano, abdicando, devido às circunstâncias, de oportunidades de interesse profissional e afetivo. E ainda que tenha resgatado o cuidado de si e de seus interesses, conquistando uma namorada, ainda assim manteve os filhos como prioridade.

Houve um prejuízo grande no serviço, né... cursos... eu deixei de fazer, deixei de fazer missões importantes, né... Então, houve... vamos dizer assim, de eu deixar de me projetar no serviço, deixar de crescer mais em termos de reconhecimento até por conta dessa situação, até de cuidar do A. e depois a guarda compartilhada.

Passou a ver a possibilidade de viver para as suas demandas só depois de os filhos estarem crescidos. Segundo Brun (2001), as principais dificuldades em torno de um único genitor são o peso das tarefas e a superposição de funções. Dessa forma, é compreensível que pais e mães que ficam como únicos responsáveis pelo desenvolvimento de um filho precisem abdicar de desejos e projetos para suprir as demandas das crianças e dos adolescentes. Nesse caso, o pai seguiu administrando e preservando alguns de seus interesses, como o curso de francês que fazia, o relacionamento com sua namorada, que, em alguns momentos, ficava fragilizado; além da busca pela ascensão profissional.

[...] quando me separei, não me enxergava com outra pessoa, eu caminhei nisso, pra ficar sozinho, pra cuidar das crianças e tal. Me concentrei neles, porque eles

precisavam muito. Me concentrei neles, melhor coisa que eu fiz. Eu não vejo no futuro né... talvez eu fique com outra pessoa, né... Mas eu sempre vou analisar a questão das crianças.

Em relação à rotina familiar, o pai precisava administrar a organização da casa, sendo este um momento no qual encontrava dificuldades, pois precisava mobilizar o(s) filho(s) e chamá-lo(s) para a faxina. Conforme relatou, procurava negociar o que cada um faria, e organizavam a casa juntos. Comentou que hoje o filho mais velho já cuida de suas próprias coisas sem que ele precise mandar fazer, embora, em alguns momentos, precise chamar a atenção dele. “Ele lava a roupa dele, né... dobra a roupa dele, se vira sozinho, não precisa ficar mandando fazer as coisas. Muitas coisas ainda tem que ficar em cima, a louça da pia, aquelas coisas de adolescente, né... esquecimento (...)”. Por determinado período, também contou com a ajuda de uma empregada doméstica.

Devido ao convívio cotidiano entre o filho mais velho e o pai, este passou a observar com maior atenção o jeito de ser de seu filho, buscando compreender o porquê de ele ter se recolhido e se calado progressivamente até o momento em que adoeceu e precisou de intervenção médica.

(...) a mãe reclamava que ele não fazia nada (...) quando a gente morava junto. Só que ela botava ele pra fazer as coisas e ela ia assistir televisão. Bom, aí não dá! Só que eu estava trabalhando, eu não estava lá vendo, acabei ficando contra ele, achando que ele não estava fazendo.

As coalizões que se estabeleceram agravaram ainda mais a relação entre os integrantes da família. O pai relatou que enfrentou algumas tensões

para educar o filho, quando passaram a morar juntos. Segundo o pai, o rapaz estava num movimento de revolta, não queria estudar e estava agressivo. Passou a se envolver em brigas na escola e, para o pai, isso era um reflexo da violência que presenciou entre os pais, “a gente brigava na frente deles, então era o que ele ia manifestar”.

Após a separação, viveu um período de dificuldades, conforme relatou, “ele enxergava o pai que estudou e tal, se matou de estudar e tal, pra chegar onde chegou. Então, ele não via futuro, tava morando numa casinha de dois cômodos, super quente, que não tinha um carro, não tinha nada”. Frente à situação, buscou contorná-la por conversas, psicoterapia, incentivando seu filho nos estudos, acompanhando as oscilações e também negociando as possibilidades dele melhorar.

Com a “nova” configuração da família, no caso a monoparental, pai e filho tiveram a oportunidade de conhecer um ao outro sem intermediário, possibilitando novas conversações e a ressignificação da relação e da própria família. Pois, após ficar um tempo brigado com a mãe, o pai incentivou o filho a resgatar o contato. “Ele ficou [...] uns três anos sem falar com a mãe.” Estimulava o contato mãe e filho, falando para ele “[...] relacione-se com ela, observe a sua mãe, veja como ela é, interaja com ela, fale pra ela o que te incomoda. Interaja com ela, vai lá”. Com o estímulo oferecido pelo pai e pelo acompanhamento terapêutico, o filho passou a ter contato com a mãe por cartas, até que foi coconstruída a possibilidade de ele ter um encontro com a mãe junto da terapeuta, no qual foram abordadas questões que tinham gerado mágoas entre eles e pensadas novas possibilidades para a aproximação dos dois fora do contexto terapêutico, o que foi ocorrendo aos poucos.

Conforme Grandesso (2000, p. 39), “a linguagem e a conversação com o outro e consigo mesmo oferecem a condição para que os novos significados possam ser ancorados em narrativas organizadoras da experiência e configuradoras de novas autobiografias”. Isto ocorreu entre mãe e filho, pois, ao retomarem a conversação entre cartas, puderam resgatar o que existia de precioso na relação deles.

Além das atividades domésticas que o pai administrava com o filho, também eram organizadas as atividades sociais, afetivas e educacionais. Estava atento ao horário em que o filho deveria acordar para estudar e melhorar suas notas, por exemplo, chamando sua atenção e “cortando” alguma coisa até que as notas melhorassem, por exemplo, permitindo que o computador fosse usado apenas aos finais de semana. Enquanto o pai trabalhava, o filho ficava em casa pela manhã e estudava à tarde, praticando jiu-jítsu duas vezes na semana, enquanto o pai fazia aula de francês. Colocar o filho em um esporte de luta marcial foi a forma que encontrou para que seu filho pudesse trabalhar a agressividade que vinha aparecendo no contexto escolar. Sobre o cotidiano dele e do filho diz: “A gente se vê de noite ali, de manhã e final de semana, a gente fica junto e tal (...). Final de semana, normalmente eu cozinho (...). Às vezes, eu faço churrasquinho com meus irmãos, às vezes, vou nos meus irmãos comer, é bem tranquilo.”

Para Dantas, Jablonski e Féres Carneiro (2004), na relação com os filhos e na participação nas atividades domésticas, o homem tem a oportunidade de reviver experiências do seu ambiente familiar de origem. Compreendem “o exercício da paternidade, incluindo cuidados corporais e necessidades afetivas dos filhos” como um “caminho para a construção de um

novo homem”, uma vez que o modelo tradicional de masculinidade trazia a dificuldade de expressar afeto e ternura. Para os autores, “hoje assiste-se a uma proximidade do contato, incentivando a demonstração de afeto e a participação ativa, durante o crescimento das crianças (Dantas, Jablonski & Féres-Carneiro, 2004, p. 347)”. Em consonância com as autoras, Trindade (1991) afirma que o envolvimento paterno na criação dos filhos/as é muito maior que antigamente. E o homem de hoje passa a reivindicar seu espaço, seu reconhecimento e sua importância na família em outros âmbitos, além de provedor tradicional.

REDE DE APOIO E ENFRENTAMENTOS DO COTIDIANO

Para esse pai, a relação com a rede familiar e de amigos era de grande importância, exemplificado por poder contar com os irmãos e conviver no almoço de final de semana. Segundo Giongo (2001, p. 56), nas redes sociais é possível reconhecer fontes potenciais de recursos para além da resolução do problema da família, “buscando a satisfação das necessidades afetivas, informativas e materiais”.

Entretanto, também mencionou que, em muitos momentos, sentiu-se sozinho para lidar com seu filho quando, por exemplo, precisava que alguém ficasse com ele para viajar a trabalho, ter vida social, namorar, entre outros.

[...] essa minha parte de cultivar as amizades, né... sempre tentar respeitar as pessoas, isso me ajudou, me ajudou a cuidar deles sozinho praticamente. Faltou apoio algumas vezes, faltou em diversas e diversas vezes. Pô, quero sair, eu quero namorar, não dá, não dá, sinto muito, né...

Sobre as dificuldades que o pai enfrentou, namorar foi uma delas: “Pra quem se propõe a cuidar das crianças, eu já enxerguei isso antes ao observar algumas outras pessoas, porque há uma certa dificuldade de ter uma vida social, namorar e tal, se abre mão de algumas coisas.” Segundo ele, seu objetivo era administrar as dificuldades que surgissem e conciliar sua atenção ao filho com sua vida afetiva e social com sua namorada. Na medida do possível, a rede social é que poderia auxiliá-lo em algumas situações, no entanto nem sempre era fácil deixar o filho em companhia de alguém de confiança, ou até mesmo sozinho em casa. Segundo Ried (2011, p. 60), o modo de ser e fazer de pais monoparentais, “embora se balize pelo tradicional modelo de família, ousa outros modos de estar no mundo e se relacionar com seus filhos/as e sua rede”.

Enfatizou o enfrentamento com o qual se deparou com o sistema jurídico no tocante à busca pela guarda dos filhos, criticando-o. Percebeu que o “padrão” é a guarda ser concedida a mãe, o que dificultou que a obtivesse. Outro aspecto que dificultou foi o fato de não ter uma companheira/cônjuge ou uma união estável. O que mais uma vez privilegia implicitamente a presença da mulher no tocante à guarda de filhos.

(...) a juíza concedeu porque é o padrão. Que eu acho errado, mas tudo bem, está na lei né...! O padrão é, em princípio, vai ficar com a mãe. Aí o pai tem que provar que a mãe é horrível. Se ele não conseguir provar que a mãe é horrível ele não ganha a guarda, né...

No seu caso, apenas quatro anos depois de entrar com o pedido de guarda é que conseguiu a guarda do filho mais velho em definitivo, embora já estivesse

sem morando juntos. Neste período, ele e o rapaz, que desde o princípio queria ficar com o pai, enfrentaram tensões e muitos desentendimentos com a mãe. Para Ried (2011, p. 52), “o pai precisa travar um embate com o judiciário e com a sociedade para validar outra verdade possível, a sua”.

O preconceito foi outro enfrentamento com o qual se deparou, a estranheza que as pessoas demonstravam para compreender que o pai também pode lidar com questões relativas aos cuidados dos filhos com qualidade.

(...) a dificuldade é essa, de discriminação mesmo, discriminação pura. Pura discriminação. (...) Aí ela olhou pra mim com desdém sabe, como se fosse o fim do mundo o pai cuidar das crianças. Então, tem dificuldades de discriminação. Pouco apoio, pouco reconhecimento, vamos dizer assim, né... dos pais que cuidam dos filhos. Pouco apoio da sociedade. (...) É o que eu sinto(...), você vai conseguir uma vaga na creche, se for uma mulher lá, mãe monoparental (...), ela vai conseguir. Se for um pai monoparental, vai ter que se virar pra conseguir. (...) Vai ser muito mais difícil, na sociedade que a gente tá. Essas dificuldades eu tive (...).

Para o pai, lidar sozinho com algumas situações mostrou-se complicado, além de sentir a falta de alguém para conversar, para poder contar com a ajuda e compartilhar suas dúvidas e apreensões. E, para ele, não se tratava necessariamente de uma figura feminina, mas de alguém que pudesse dizer se algo estava ou não errado. “Uma pessoa ali, não digo nem figura feminina, uma pessoa ali pra falar e ajudar, né... seria bem melhor, bem melhor. Até pra me dizer no que eu estou errado também, né... Daí a necessidade de manter os tratamentos psicológicos.”

Nesse sentido, a rede social desse pai incluiu as terapeutas que, conforme mencionou, contribuíram muito durante o período conflituoso vivido, auxiliando no resgate do bem-estar da família, que se (re)configurou, e de seus integrantes. A família passou por um processo de mudança, e, em meio às dificuldades enfrentadas, teve a possibilidade de (re)construir uma outra forma de se configurar família, com novas narrativas e significações, pelas conversações coconstruídas ao longo da experiência vivida, aliadas ao processo terapêutico. O diálogo e a escuta entre pai e filho foram se respaldando no afeto, no respeito, na compreensão, e em novos limites coconstruídos no convívio diário. Para Anderson (2009, p. 171), a linguagem constitui “a maneira primordial pela qual construímos nossas realidades, nossos mundos, nossas observações e nossos entendimentos, por meio de ações com outros”.

REFLEXÕES FINAIS

Com este estudo, problematizou-se a compreensão de família(s) na contemporaneidade que extrapola as noções normatizadas e os padrões até então vigentes. Entendemos que, independentemente da configuração familiar, pais e mães, homens e mulheres podem assumir e assumem, em diferentes contextos, os mesmos fazeres e funções, muito embora a figura do pai ainda precise abarcar seu espaço e legitimidade na sociedade quando fica na posição de cuidadora. Assim como muitas mães que trabalham e cuidam dos filhos em suas duplas jornadas já conquistaram este espaço, pais também podem fazê-lo. Para Ried (2011), os pais monoparentais que persistem em ficar com seus filho/as enfrentam

eventualidades cotidianas e driblam cada uma, independentemente de terem êxito ou não, em uma caminhada pela busca da visibilidade social e reconhecimento. Nesse sentido, ao trazeremos uma compreensão ampliada acerca das famílias, buscamos contribuir para com aquelas que requerem maior visibilidade, reconhecimento e respeito.

Pelo caso da família monoparental masculina apresentado, foi possível, mais do que conhecer como essa família se organiza, refletir, sob a perspectiva da terapia familiar, sobre os movimentos que pai e filho desenvolveram para estabelecer uma relação de cumplicidade e crescimento para vivenciar os desafios e demandas oriundos da nova configuração familiar estabelecida. Pai e filho tiveram a oportunidade de um “novo” convívio, de se (re)conhecerem na parceria frente às adversidades e resgatar o amor e o cuidado da/na relação parental. A mudança ocorrida na família a partir do momento em que ocorreu a separação conjugal do casal foi um marco de fim e (re)começo. Pois a família tradicional deixa de ser, e se configura a monoparentalidade de um lado, e, neste caso, também há a guarda compartilhada de outro.

A família monoparental em estudo trouxe-nos a confirmação de que é possível construir um convívio familiar entre pai e filho com qualidade, ainda que em meio a diversos enfrentamentos. Todo o esforço e as renúncias do pai em alguns momentos foram gratificados após alguns anos, quando seu filho se mostrou saudável, com os estudos encaminhados e próximo à maioria.

No tocante à prática do terapeuta familiar sistêmico, algumas reflexões ganham relevância, uma vez que na pós-modernidade o terapeuta não é o único que sabe, pois o cliente é o es-

pecialista da sua história. Lenzi (2011) afirma: “Como terapeutas de família, precisamos integrar esta pluralidade de modelos (de famílias) em nossas conversações com nossos clientes, para não correremos o risco de sofrer a dominação de um modelo idealizado.” Pois, como também situa a autora, é preciso observar que o modelo nuclear continua presente, assim como a dupla moral, e a contradição de crenças ambivalentes que co-habitam mundos internos de homens e mulheres.

Por meio dos relatos trazidos pelo pai, é possível perceber que, ao assumir a responsabilidade pelo seu filho mais velho, conduziu a sua história com dedicação, superações e aprendizados, tornando-se efetivamente “especialista” da mesma. Ao recorrer à psicoterapia para si e para seus filhos, pôde aprimorar o convívio e ampliar compreensões de suas vivências, potencializando sua vida e sua família. Nesse sentido, é evidenciada a importância de os terapeutas de família construírem um olhar ampliado para a pluralidade de famílias e suas histórias. Dessa forma, intentamos aumentar a visibilidade das configurações de família que extrapolam o modelo tradicional, acreditando que toda família que assegura o bem-estar de seus integrantes, independentemente de sua configuração, é legítima.

REFERÊNCIAS

- Anderson, H. (2009). *Conversação, linguagem e possibilidades: um enfoque pós-moderno da terapia*. Tradução de Mônica Giglio Armando. São Paulo: Roca, 2009.
- Anderson, H., & Goolishian, H. (1993). O cliente é o especialista: uma abordagem para a terapia a partir de uma posição de não saber. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 2 (3), 8-24.

- Brun, G.** (2001). *Bem-me-quer, mal-me-quer: retratos do divórcio*. Rio de Janeiro: Record.
- Cerveny, C.M.O., & Berthoud, C.M.** (2002). *Visitando a família ao longo do ciclo vital*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Conselho Federal de Psicologia - CFP** (2010). *Referências técnicas para atuação do psicólogo em varas de família*. (1ª ed.). Brasília: CFP.
- Constituição Federal do Brasil.** (1988). Recuperado em 17 novembro, 2011, de http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988_15.04.2004/index.hm.
- Dantas, C., Jablonski, B., & Féres-Carneiro, T.** (2004). Paternidade: considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal. *Paidéia*, 14(29), 347-357.
- Giongo, C.D.** (2001). A perspectiva de rede social na terapia familiar. *Pensando famílias*, 3, 56-62.
- Grandesso, M.** (2000). *Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Grandesso, M.** (2008). Desenvolvimentos em terapia familiar: das teorias às práticas e das práticas às teorias. In L.C. Osório, M. e P. do Valle. (Orgs.). *Manual de terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed.
- Hintz, H.C.** (2001). Novos tempos, novas famílias? Da modernidade a pós-modernidade. *Pensando Famílias*, 3, 8-19.
- Lenzi, T.** (2011). *A noção de família*. (Apostila da Clínica Escola de Psicologia Sistêmica – Movimento – Instituto de Formação Sistêmica de Florianópolis). Florianópolis: Movimento.
- Ponciano, E.L.T., & Féres-Carneiro, T.** (2003). Modelos de família e intervenção terapêutica. *Interações*, 8(16), 57-80.
- Ried, J.** (2011). *Configurações familiares contemporâneas: significações de famílias monoparentais masculinas*. (Dissertação de Mestrado.) Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.
- Szymanski, H.** (1995). Teorias e “teorias” de família. In M. do C.B. de Carvalho. *A família contemporânea em debate* (pp. 23-27). São Paulo: Cortez, EDUC.
- Trindade, Z.A.** (1991). *As representações sociais da paternidade e da maternidade: implicações no processo de aconselhamento genético*. (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Vaitsman, J.** (1994). *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Wall, K., & Lobo, C.** (1999). Famílias monoparentais em Portugal. *Análise Social*, 35 (150), 123-145.
- Wendt, N.C., & Crepaldi, M.A.** (2008). A utilização do genograma como instrumento de coleta de dados na pesquisa qualitativa. *Psicol. Reflex. Crit.*, 21(2), 302-310.

A ESCUTA DO TERAPEUTA

**ELOISA ELENA C.
CARNEIRO**

*Pedagoga, terapeuta de
família e casal, sócia
colaboradora do Instituto
Familiae, SP
lelecc@hotmail*

Dois artigos – “A construção de um programa de assistência familiar em um Hospital-Dia Psiquiátrico: desafios e potencialidades” e “Três saberes a serviço das famílias: uma discussão sobre a supervisão das equipes dos Centros de Referência de Assistência Social” – produziram em mim uma reflexão semelhante sobre como a escuta do terapeuta fica mais aguçada, refinada, a partir de discursos em que mais de um saber se encontram.

Faço aqui uso das palavras dos próprios autores dos trabalhos citados para confirmar minhas práticas e crenças num ideal que negocia, compactua com a vida.

Essa escuta requer flexibilidade, sensibilidade e capacidade de resposta, além de criatividade para fazer aquilo que a ocasião exige em cada momento. Requer priorização do “foco relacional e não individual na análise da produção de sentidos, em que se destacam a noção de *ação-conjunta*, e a relação dos enunciados entre si, e deles com outras *vozes e discursos sociais*, presentes em uma conversa [...] as relações construídas entre interlocutores e entre outros discursos sociais, a partir do qual uma determinada significação emerge como uma verdade situada” (Guanaes, 2012, p. 59).

Nos dois serviços descritos, além dos psicólogos, a inclusão de vozes médicas (e afins), religiosas, de assistentes sociais, de técnicos de nível médio e até de um economista levaram ao reconhecimento de uma melhor produtividade àquilo a que as duas equipes se dispuseram. Nos dois casos, foram práticas inovadoras em instituições públicas que vêm passando por mudanças que valorizam uma ação integrada e a promoção de uma “busca ativa” (Guanaes, 2012, p. 75).

A verdade que pode ser **construída** em conversas que sejam reflexivas, criativas e úteis. A contextualização social, histórica e cultural com as particularidades de cada interação legítima algumas descrições enquanto exclui outras. Buscamos somar esforços para a construção de um fazer conjunto e colaborativo, valorizando diferenças e ampliando recursos e ferramentas de trabalho. O fazer conjunto oferece um espaço de compartilhamento das dificuldades encontradas e dos impactos vividos, aumentando a capacidade da equipe de ajudar a pessoa em sofrimento. (Guanaes, 2012). As pessoas criam regras às suas necessidades e interesses. “Nesse caminho, desafios e potencialidades se cruzam fazendo deste um trabalho instigante, provocador” (Guanaes, 2012, p. 71) e com um ganho não planejado.

Minha experiência clínica mostra que, nas relações estáveis, a diferença está sempre presente e que esse olhar beneficia intensamente e transforma o trabalho de profissionais competentes em instituições de referência. Eles nos mostraram como foi transformar um lugar de “verdades” (discursos sobre e profissional especialista) num espaço de conversa que fizesse sentido no contexto. Equipes interdisciplinares promovem um espaço de trocas, favorecendo o surgimento de diálogos transformadores sobre a dinâmica familiar e como se dá a produção de sentidos e possibilidade de mudanças. À medida que vão se somando outras visões, outras perspectivas, surgem novas e criativas opções. A equipe passa a ser um recurso que contribui tanto com a família como com a própria equipe (Guanaes, 2012).

Utilizando-se jogos de linguagem dentro de normas compartilhadas, confirmaram seus ganhos: “Um recurso importante que nos é oferecido é a compreensão da linguagem em seu caráter performático. Ao descrevermos o mundo e as pessoas de

determinados modos, construímos determinadas realidades. Percebemos que as palavras não têm um sentido em si mesmas; é no seu contexto de uso que garante o seu significado (Guanaes, 2012, p. 67).”

No mundo contemporâneo tudo é modificado e reconstruído o tempo todo. Quanto mais vemos nossa sociedade pautada por mudanças éticas, sociopolíticas e culturais, mais ouvimos descrições como: “O jogo de interesses é o que une as pessoas.” Mais ou menos... São afirmações que causam um enorme mal-estar. Nas vozes dos terapeutas de família estão palavras que descrevem os ganhos de incluir novas vozes e olhares em suas convivências. A ausência de uma visão única nos ajuda a rever conceitos e posicionamentos, além de diminuir o problema da relação saber/poder. Promover uma ação articulada em prol de resultados mais efetivos para os cidadãos é o nosso foco.

Que bom encontrar outras vozes para diferentes diálogos, pois isso nos permite renovar a visão do mundo.

REFERÊNCIAS

- Guanaes, C. et al.** (2012). A construção de um programa de assistência familiar em um hospital-dia psiquiátrico: desafios e potencialidades. *Nova Perspectiva Sistêmica*, XXI(43), 54-72.
- Pereira, C.P.G., Coelho, R.P.S., & Hirata, R.M.** (2012). Três saberes a serviço das famílias: uma discussão sobre a supervisão das equipes dos centros de referência de assistência social. *Nova Perspectiva Sistêmica*, XXI(43), 73-83.

ENTREVISTA COM DIVINA DOS SANTOS

**HELENA MAFFEI
CRUZ**

*Psicóloga, mestre em
psicologia clínica, sócia
fundadora e docente do
Instituto Familiaie, SP.*

Esta seção da *Nova Perspectiva Sistêmica* procura trazer para os leitores temas relevantes das áreas de saúde, educação e desenvolvimento social. Neste número, entrevistamos a psicóloga *Divina de Fátima dos Santos*, pedagoga, psicóloga, mestre em gerontologia e doutoranda em psicologia clínica na PUC-SP.

O trabalho desenvolvido por Divina foi premiado na II Mostra Estadual de Práticas Inovadoras em Psicologia, realizada em dezembro de 2011, pelo Conselho Regional de Psicologia e divulgado no jornal do CRP, edição 172.

O projeto “Encontro de Gerações”, desenvolvido em Caraguatatuba, utiliza a troca de correspondência entre crianças e idosos para desencadear um processo de mudança de atitudes e de construção de valores éticos.

A troca de correspondência, algo aparentemente simples, gerou envolvimento tanto das professoras das crianças, Eliana Aparecida Oliveira, Tânia Espírito Santo e Katia Aparecida Viana, que acompanharam os alunos na produção das cartas, como das famílias dos participantes. Embora não fosse o objetivo do projeto, o interesse em escrever cartas fez com que muitas crianças tomassem consciência de suas dificuldades com a escrita e evoluíssem bastante motivadas pelas tarefas do projeto.

O acompanhamento dos idosos foi feito por Divina em encontros semanais no Centro de Convivência da Melhor Idade – CREMI. Conversando com cada um deles sobre os significados da troca de correspondência, ela verificou como a concepção que tinham sobre as crianças mudava para alguns, enquanto, em outros casos, o idoso, após o encerramento do projeto, manifestava a vontade de ajudar a criança com quem havia se correspondido em alguma situação de vulnerabilidade.

Helena Maffei Cruz (NPS): Como foi o caminho para escolher a psicologia como profissão?

Divina dos Santos (DS): Antes de estudar psicologia, eu me graduei em pedagogia. Acredito que foi um processo natural, pois a interdisciplinaridade, de certa forma, sempre fez parte da minha vida: no meu caso, ambas as graduações se complementam e auxiliam na atuação profissional cuja caminhada sempre se manteve em duas frentes, tanto como educadora quanto como psicóloga, e em distintos locais e com pessoas de diferentes idades.

NPS: O que lhe causou mais interesse durante a graduação?

DS: Foram diversas coisas. Vale lembrar que muitas de minhas descobertas ocorreram na faculdade em ambos os cursos. Passei a maior parte da infância vivendo em um sítio localizado numa cidade pequena no interior do Estado de São Paulo, de modo que as pessoas que estavam à minha volta tinham pouca escolaridade. Tive, porém, a sorte de, em meu caminho, encontrar grandes professores verdadeiramente comprometidos com o ensinar, e me encantei com muita coisa que estudei e li durante a graduação, na qual também tive amigos entusiasmados e que muito me influenciaram ao longo da vida. Além disso, sempre fui bastante interessada por tudo que fiz e faço até hoje. A paixão me move. Algumas disciplinas que fizeram diferença em minha vida foram filosofia e sociologia, por ampliarem minha visão sobre o mundo e me ajudarem a compreender minha realidade.

E a antropologia, que me fez entrar em contato com minhas raízes e entender a miscigenação do povo de nosso país, valorizando-o e respeitando-o nas suas diferenças. Também as várias disciplinas da psicologia, do psicodrama e da psicopedagogia me tornaram mais humana e sensível. Aos poucos, fui amadurecendo e percebendo as diversidades, dificuldades e complexidades do nosso povo ao longo da minha formação, e depois fui percebendo que somos fruto da cultura, da história, do tempo e das oportunidades a nós oferecidas, entre tantas outras coisas. Assim, comecei a me interessar verdadeiramente pelas pessoas, suas alegrias, suas tristezas, suas maneiras de viver e se relacionar com o mundo.

NPS: Como foram seus caminhos profissionais?

DS: Tive a oportunidade de trabalhar com diferentes coisas ao longo da vida. Iniciei meu caminho profissional na área de Recursos Humanos em grandes empresas. Depois, aos poucos, fui direcionada para a área da educação e da psicologia.

Por um longo tempo, prestei atendimento à comunidade, como psicóloga e pesquisadora, nas clínicas-escolas da PUC, da USP e da SOPSP (Sociedade de Psicodrama de São Paulo), enquanto me aprimorava por meio de diferentes cursos de extensão. Desde minha formação em psicologia e em psicopedagogia, também venho trabalhando em consultório particular. Como professora e psicopedagoga, trabalhei com alfabetização no curso de EJA (Educação de Jovens e Adultos) durante muito tempo, com crianças que apresentavam dificuldade de leitura e de escrita nas escolas municipais em convênio com a PUC-SP. Esses trabalhos me fizeram crescer tanto como educadora quanto como psicóloga, no sentido de compreender melhor o ser humano com suas limitações, desejos, perseveranças e em relação à superação de desafios nos inúmeros obstáculos existentes na vida de cada um, começando pela fome.

NPS: O que a levou à gerontologia?

DS: Passei boa parte da infância com minha avó e acredito que nossa convivência favoreceu minha admiração, fascínio e interesse em ouvir suas histórias de vida, não apenas as dela, como também a de todas as pessoas idosas que tive a oportunidade de conhecer. Lembre-se de que, quando eu era criança, não existia Internet nem Google. Naquela época, os velhos eram os únicos detentores do saber e eram valorizados por isso.

Tive a experiência de cuidar de meu pai, que sofreu da doença de Alzheimer, vindo a falecer aos 78 anos, período no qual pensei muito sobre a impotência e os limites do ser humano. Sofri e aprendi muito com sua doença e morte. De certa forma, essa experiência também despertou meu interesse em saber mais sobre o processo de envelhecimento, suas limitações e peculiaridade positivas. Penso que todos esses fatores de ordem pessoal, somados ao fato de eu ter trabalhado como professora de EJA na rede SESI-SP (Serviço Social da Indústria), me direcionaram para a Gerontologia.

Quando fui professora de alfabetização de jovens e adultos, a convivência em sala de aula com alunos de idades avançadas, mas cheios de esperanças e desejos por novas conquistas, possibilitou-me experimentar uma vivacidade que me surpreendia nas jornadas de trabalho. Na sala de aula na qual atuava como professora, ocorria, a cada noite, uma troca de energia que é difícil de explicar. Aquilo me fazia sentir renovada e estimulada a correr atrás dos meus sonhos, visto que alguns alunos idosos, até mesmo septuagenários, estavam ali, na minha frente, buscando um sonho que ficou adormecido no tempo, mas não esquecido: o de se alfabetizarem e de se tornarem leitores e poderem desvendar o mundo pelas letras.

Eu ficava curiosa em saber mais sobre aqueles alunos tão especiais e que, naqueles momentos, encontravam uma possibilidade de transformarem suas esperanças em

realidade. Fui tomando consciência de minha responsabilidade, pois eles depositavam em mim a possibilidade de concretização de seus sonhos. Embora muito simples, humildes e iletrados, traziam em suas bagagens muitos ensinamentos, experiências de vida e desejos de continuar conquistando as coisas que o mundo contemporâneo oferece, bem como aquelas que não tiveram oportunidade de vivenciar e de aprender quando eram mais jovens. Por isso, digo que minha caminhada para a gerontologia foi bastante influenciada por essa experiência docente.

NPS: Como surgiu o projeto “Encontro de Gerações”?

DS: Em verdade, o projeto surgiu inicialmente como um trabalho pedagógico para a EJA: eu queria estimular meus alunos a escrever e melhorar suas narrativas, já que uma das funções de um alfabetizador é ensinar as regras correspondentes básicas e despertar nos alunos o interesse tanto pela leitura quanto pela escrita. Como sabemos, escrever cartas é um excelente recurso pedagógico muito utilizado em escolas. Em geral, meus alunos eram inseguros, tinham medo de escrever e eu precisava encontrar uma forma de estimulá-los e fazê-los superar seus temores, além de tornar o processo de escrita prazeroso para eles. Então convidei outras professoras na escola na qual trabalhava para fazer esse processo de troca de cartas com os alunos (no caso, crianças em processo de escolarização, que estivessem no mesmo nível de aprendizagem, para que, de fato, pudessem compreender e ajudar uns aos outros na aquisição e superação das dificuldades da escrita.

No início, os alunos adultos mais velhos ficaram desconfiados da proposta, e muitos se recusaram a participar do projeto. Eles não acreditavam que crianças tão pequenas fossem capazes de compreendê-los. Além disso, a autoestima deles era tão baixa que não acreditavam que suas histórias de vida pudessem ser interessantes para alguém, principalmente para uma criança. Para motivá-los a participar, exibimos na escola dois filmes importantes, seguidos de debates com os alunos: “*Central do Brasil*” e “*Narradores de Javé*”. Após esse trabalho de sensibilização, o medo de não serem aceitos por seus correspondentes foi superado aos poucos. As crianças já tiveram reação diferente e se encantaram com a ideia de poder escrever para estudantes mais velhos. Assim iniciamos o projeto que, pouco a pouco ganhou força e transformou-se em grande sucesso. A princípio, as cartas eram tímidas, com poucas palavras, mas à medida que o tempo foi passando e novas cartas foram trocadas, eles começaram a se soltar. Quando vi a emoção deles no momento de receber, ler e responder as cartas recebidas, notei que essa proposta de trabalho continha muito mais que um simples projeto pedagógico de melhora da escrita. Estava havendo uma grande “transformação” e muito aprendizado para todos os envolvidos. Os dados e resultados desse trabalho estão na minha dissertação, defendida e aprovada na PUC-SP em 2010, intitulada: “*Relações intergeracionais: palavras que estimulam.*”

Atualmente resido em Ubatuba onde, para dar continuidade aos meus estudos de doutoramento, procurei alguns gestores na área de educação e no CREMI (Centro de Referência da Melhor Idade) de Caraguatatuba-SP. Propus o projeto “Encontro de Gerações” às citadas instituições, explicando que este envolvia uma pesquisa de pós-graduação, mas também apresentava alguns benefícios inerentes às suas finalidades. Tive sorte, fui muito bem acolhida e os responsáveis me deram todo apoio. Também encontrei algumas professoras interessadas em participar. Daí iniciamos um trabalho-piloto em 2010 para avaliar a reação dos participantes, e, como tudo correu bem, o “Projeto Encontro de Gerações” continua ativo até hoje. Participam dele os idosos do CREMI e as crianças dos 4º e 5º anos do ensino fundamental do município.

Esse é um trabalho que envolve muita gente, por isso é preciso ter muito cuidado. Afinal, lidamos com os sentimentos e as emoções dos participantes, que, muitas vezes, colocam todo um sonho naquele papel e na pessoa com quem se está interagindo. Além disso, há uma logística que precisa ser muito bem planejada, pois, além das crianças e dos idosos, este trabalho reflete diretamente em toda a comunidade escolar e em seus familiares. As professoras trabalham com as crianças, a mim cabe a responsabilidade de trabalhar com os idosos.

Cabe destacar, que sem o apoio das autoridades locais, dos gestores das escolas, das professoras e dos pais dos participantes no projeto e dos funcionários das instituições envolvidas, esse trabalho seria impossível. Eu, que coordeno toda essa logística, sou muito grata a todos que confiam em mim e apoiam essa iniciativa, cujo inestimável suporte tem sido importante para o sucesso de nosso projeto.

NPS: Quem foram seus parceiros teóricos nessa caminhada?

DS: Devo acrescentar que tive uma grande mestra na minha vida, minha avó Roberta, como já disse, grande companheira e responsável por muito do que sou hoje, que, já analisando alguns aspectos da minha formação profissional, me ensinou muitas coisas que não se encontram em livros. Também tive inúmeros e preciosos companheiros teóricos, autores que revolucionaram minha forma de pensar, para citar apenas alguns: Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Pablo Neruda, José Saramago, Jacob Levy Moreno, Carl Gustav Jung, Sigmund Freud, Edgar Morin, Rosa Cukie, Sergio Perazzo, Ivani Fazenda. Claro que nunca poderia me esquecer do apoio que meu marido, também professor, vem prestando ao meu trabalho.

NPS: Quais pressupostos estão presentes na sua prática?

DS: A longevidade é um fato concreto em nosso país, então precisamos aprender a envelhecer. O projeto em pauta permite essa reflexão. De modo geral, infelizmente, a sociedade despreza o velho e tudo que ele representa. Mas é preciso encarar a velhice sob outro prisma, pois todos envelheceremos e, se desejamos ser respeitados na velhice, devemos aprender a respeitar os velhos de hoje, um preceito elementar da boa educação. No processo de troca de cartas, as crianças têm a possibilidade de aprender com uma pessoa idosa e, em geral, diferente do seu meio familiar; com isso, ela termina por tender a ser mais respeitosa com os idosos. Já os idosos têm a possibilidade de passar seus conhecimentos de mundo e suas experiências de vida a alguém interessado em suas histórias, melhorando, com isso, sua autoestima e sua qualidade de vida. Outro dado concreto é que as crianças podem estar solitárias e os idosos geralmente estão, e a possibilidade de trocar cartas elimina o sentimento de solidão de certa forma. E, para as crianças, esta superação da solidão, bem como a interação com alguém com uma experiência acumulada, pode se refletir na superação de um possível fracasso escolar.

NPS: O que mais você gostaria de contar para a nossa revista?

DS: Pessoalmente, eu acredito no ser humano e na vida, penso que vale a pena lutar por um mundo melhor, mais respeitoso e mais justo. O projeto “Encontro de Gerações”, realizado por meio de cartas, me fez ver que a idade não importa, sempre temos muito a ensinar e a aprender e necessitamos estar abertos para ver e compreender os outros, independentemente de sua faixa etária. Este trabalho pode ser reaplicado e multiplicado em diferentes escolas, sempre com respeito e seriedade, a fim de serem atingidos seus sadios objetivos.

Acesse <http://divinamultiply.blogspot.com.br>.

“E O PALHAÇO, O QUE É?”

MARIE UBIRAYARA KICHISE PEDRA

Psicóloga clínica,
psicoterapeuta de família
e casal formada pelo
Instituto Humanitas de
Pesquisa e Intervenção
em Sistemas Humanos –
Salvador/BA
kichise.marie@gmail.
com

MARINA LIMA DUARTE MOREIRA

Psicóloga clínica,
psicoterapeuta de família
e casal formada pelo
Instituto Humanitas de
Pesquisa e Intervenção
em Sistemas Humanos –
Salvador/BA
ldm.marina@gmail.com

ROBERTA DOS REIS GÓES

Psicóloga clínica,
psicoterapeuta de família
e casal formada pelo
Instituto Humanitas de
Pesquisa e Intervenção
em Sistemas Humanos –
Salvador/BA
robertagoes1@hotmail.
com

A questão da identidade (do quem sou eu?) é sempre uma questão aberta, cujas respostas dependem das posições assumidas por um ou por outro nestas práticas discursivas, e das histórias através das quais damos sentidos a nossas vidas e a dos outros

DAVIES & HARRÉ, 1999 APUD GUANAES & JAPUR, 2003.*

O filme *O Palhaço* (2011), dirigido por Selton Mello, retrata com grande sensibilidade as nuances que compõem a história do circo *Esperança*. Benjamin (Selton Mello) vive o palhaço *Pangaré* e é filho de Valdemar (Paulo José), que se divide entre os papéis do palhaço *Puro Sangue* e de dono do circo. A história do longa-metragem se baseia no paradoxo alegria *versus* tristeza, encarnado pelo personagem Benjamin que, mesmo tendo como profissão fazer as pessoas sorrirem, vive angustiado em busca de sua constituição identitária.

A pergunta “*Quem é você?*” marca o filme. Tal questionamento pode surgir em momentos distintos da história do sujeito, referindo-se a uma reflexão sobre a vida e sobre como esta é vivida. As perguntas advindas dessas reflexões impulsionam a busca pela identidade histórica pessoal.

Durante todo o longa-metragem, ventiladores aparecem como uma metáfora do tempo e do movimento, ou seja, como aquilo que podemos fazer com a nossa vida, o grau de paralisia que impomos a ela ou no sentido de eterna possibilidade de mudança. O tempo é um conceito difícil por não ser único, isto é, o tempo que rege a vida não é o mesmo que regula as horas. Nem todos os aspectos da nossa existência compartilham o mesmo horário que a rotina de trabalho nos impõe, ou seja, o tempo da realidade externa difere dos tempos das realidades internas de cada indivíduo. Como visto no filme, Benjamin ficou parado em sua condição existencial de palhaço por um longo período, cumprindo um mandato familiar de fazer os outros rirem, reproduzindo a atividade de seu pai. Entretanto, inquieto com esta posição na vida, a personagem entra em crise identitária que resultará na sua saída da comunidade circense.

O longa segue uma linha cronológica regular com introdução, conflito e desfecho. A linha do tempo como realidade externa é marcada no decorrer das constantes viagens do *Circo Esperança*, orientando os fatos que ocorrem a cada parada. Porém, é possível verificar os diferentes tempos de *Benjamin*, bem como suas significações pela linguagem, marcada por falas repetidas e desejo expressado pelo ventilador. Para o palhaço, este objeto, símbolo de movimento, revela sua decisão de buscar novos ares e seu desejo de experimentar a vida sob outra perspectiva, na busca pela sua construção identitária. O tempo de Benjamin se dissocia do tempo das viagens, e a sua trajetória passa, desde então, a seguir para além das estradas de barro.

Esse tempo também pode ser percebido quando introduzimos ideias sobre a construção de nossas identidades. O tempo cronológico, histórico e cultural influencia a maneira como analisamos e percebemos esta construção. Contemporaneamente, muitos compreendem que o sujeito se constrói e se desenvolve como produção de trocas discursivas, geradas pela forma como as pessoas descrevem-se a si mesmas e

* GUANAES, C., & JAPUR, M. Construcionismo social e metapsicologia: um diálogo sobre o conceito de Self. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19 (2), 2003. Recuperado em agosto, 2010, de www.scielo.br/scielo.

são descritas pelos outros em suas conversações, convidando-nos a uma multiplicidade de versões de realidades situadas histórica e socialmente. Se observarmos bem o longa-metragem vemos que os companheiros de circo de *Benjamin* servem como coautores deste senso de *self* do palhaço, pois eles falam (não somente pela forma verbal) sobre as percepções que têm do mesmo. Seguindo estas reflexões, abrem-se outras possibilidades: a de ser vários e de estar sempre em construção, demonstrando, assim como o ventilador, o movimento da vida.

Tendo como base as ideias construcionistas para ilustrar estas reflexões, perceberemos que a crise de identidade vivida por *Benjamin* pode ser um subproduto decorrente de um sentimento de não pertencimento à comunidade circense. Em tal sentimento de pertencimento, estão envolvidas trocas linguísticas que favorecem a delimitação do “eu” e dos outros, distinguindo a si mesmo e o sistema a que pertence. Em muitos momentos do filme, podemos perceber que *Benjamin* tem dúvidas sobre se seu papel de palhaço é uma escolha própria, dotada de autonomia ou se segue um mandato familiar, reproduzindo a profissão de seu pai, o palhaço *Puro Sangue*.

Nesse sentido, podemos pensar também na existência de um sentimento de lealdade que, em alguns momentos, possa paralisar *Benjamin*. Entendendo-se por lealdade códigos familiares ou sociais configurados a partir de expectativas compartilhadas, muitas vezes sem registros, mas contadas através das gerações. Tais códigos dão ao sujeito um senso de identidade cultural, tendo como fundamento a preservação do grupo. Podemos inferir que a angústia vivida por *Benjamin* talvez tenha sido oriunda da dificuldade de manter-se investido nos códigos culturais de sua comunidade, na medida em que a sua busca por autonomia poderia ser entendida pelos demais membros do circo como ingratidão e/ou ameaças às crenças da comunidade circense, aqui entendida como mais uma possibilidade de arranjo familiar. Entretanto, podemos perceber que *Benjamin* é autorizado por seu pai a ir em busca de seu desejo e autonomia, sendo, assim, protegido de suplementações reprovativas, quando *Valdemar* anuncia: “*Filho, na vida, devemos fazer aquilo que gostamos e sabemos...*”

A partir desse momento, mesmo angustiado com o sentimento de não pertencimento, Benjamin, sentindo-se autorizado, decide deixar o circo em busca de um emprego e de seu RG, seguindo para a cidade de Passos. Nessa cidade, ele encontra sustento em uma loja de eletrodomésticos, vendendo ventiladores, onde consegue conduzir uma vida minimamente estável. Com o RG em mãos, a rotina do personagem é exibida em silêncio e, após o encontro com alguns colegas de trabalho numa mesa de bar onde anedotas são contadas, *Benjamin* revive seu lugar no mundo, conjuntamente às cenas do circo, e decide retornar ao grupo.

Com isso, o movimento de *Benjamin* passa a ser o de tentar preencher as lacunas deixadas pelas experiências vividas em sua família circense. A fim de ilustrar estas lacunas, podemos nos remeter a um dos questionamentos recorrentes de *Benjamin*: “*Eu faço o povo rir, mas quem vai me fazer rir?*” Desta forma, as novas experiências vividas pelo personagem permitem que ele reescreva sua história, produzindo novos significados que começam a dar sentido a forma como ele vê a si mesmo e ao mundo. No seu retorno para o grupo, é possível perceber que o que o deixa irradiante e o faz sorrir é o dom de fazer as outras pessoas sorrirem. Vale ressaltar que as trocas decorrentes das experiências vividas fora do circo auxiliaram *Benjamin* a ressignificar sua história e papel no mundo quando, pela primeira vez, ele pôde estar no lugar de quem assistia uma comédia como, por exemplo, na cena com seus colegas de trabalho. Deste modo, ao viver situações diferentes das habituais,

Benjamin pôde construir novos relatos sobre si mesmo, modificando, reescrevendo, através de novos discursos, sua noção de *self*.

A “volta para casa” revela a maturidade do personagem no longa, pois o mesmo volta às origens diferente de como saiu, levando consigo seus objetos desejados e conquistados com grande esforço: o ventilador e sua identidade, representada no filme como seu RG.

Ademais, podemos interpretar que a personagem de *Guilhermina* (Larissa Manoela) tem, na experiência vivida por *Benjamin*, a possibilidade de viver seu processo de construção da identidade de maneira facilitada, uma vez que ele se tornou um “inovador” no sistema familiar e que o seu movimento de ganho de autonomia e constituição identitária foi assimilado e adotado pela comunidade circense. Diante dessa situação, ao acompanhar, enquanto audiência, parte do processo de busca da identidade de *Benjamin*, *Guilhermina* passa a ter maior liberdade para viver a sua própria busca de senso de *self* sem passar por tantos conflitos como o seu modelo precedente. Fazendo referência ao que foi explicitado anteriormente, o que *Benjamin* trouxe à comunidade como “inovador” passa a ser parte integrante e natural no funcionamento deste grupo, o que nos faz pensar que as dificuldades de *Guilhermina* podem ser de outras ordens ou que sejam amenizadas pelo apoio do grupo, na medida em que as mudanças advindas do processo de *Benjamin* possuem conotação positiva. E, assim, esta personagem pode representar no filme a contínua busca por uma constituição identitária, uma vez que, para o construcionismo social, nunca estamos totalmente formados, mas sempre estamos na constante possibilidade do devir, do vir a ser. Podemos pensar, com isso, que somos um “museu de grandes novidades”. O que carregamos da nossa história nos dá um sentido de unicidade e continuidade, sempre havendo espaços para o novo.

A cena final mostra o retorno de *Benjamin* ao circo. Em pleno espetáculo, ele surpreende o palhaço *Puro Sangue*, que faz o seguinte questionamento se utilizando do humor como parte do show:

– O que você está fazendo aqui?

Pangaré, então, anuncia:

– O gato bebe leite, o rato come queijo e... EU SOU PALHAÇO!

Esta cena emblemática é acompanhada com emoção pelos outros membros do circo, pois todos sabem que ela registra a consciência de *Benjamin* quanto ao seu papel e lugar no mundo. Pode-se entender, através desta cena, que a constituição identitária foi legitimada por seu pai e pela comunidade circense, principal grupo de trocas de *Benjamin*, que se torna o “respeitável público” do maior espetáculo da vida: a autonomia conquistada, revertida em uma identidade que registra quem somos, ainda que nunca estejamos “prontos”.

O gato bebe leite, o rato come queijo... E você?

O QUE VOCÊ MAIS DESEJA?

CONVERSANDO
COM A MÍDIA

Quando escrevo sobre algum assunto, começo a perguntar para várias pessoas o que acham, o que pensam sobre... como é para cada um o tema, vou dialogando, como gosto de fazer, com a maior diversidade possível de pessoas, ou seja, converso com jovens, crianças, pessoas mais velhas que eu, feirantes, professores, taxistas, qualquer um que seja bom proseador e esteja interessado no assunto em questão. Entabulamos, então, aquela conversa que se puxa sem pressa e se vai construindo devagar, ouvindo, reformulando a ideia inicial, me espantando, aprendendo...

“O que você mais deseja?”, foi a pergunta que disparei à queima-roupa, dessa vez para crianças.

O que eu mais desejo é o título de um filme dirigido por Hirokazu Kore-Eda, que se passa na ilha japonesa de Kyushu. Antes de tudo, é um filme sobre crianças e sua forma de pensar, agir e sentir o mundo. Conta a história de dois irmãos que são separados após o divórcio dos pais.

O mais velho, Koishi (12 anos), mora com a mãe na casa dos avós maternos, localizada no sul da ilha Kagoshima, em uma área campestre perto do preocupante vulcão Sakurajima. O mais novo, Ryunosuke, mora com o pai guitarrista no norte da ilha, região moderna e industrializada. A casa do mais velho é mais movimentada, já que os avós moram com ele e a mãe, e, na do mais novo, moram apenas o pai e ele.

A rotina de ambos os irmãos é muito semelhante, pois passam o dia na escola, tendo aulas pela manhã, comendo os lanches e almoço feitos em casa, fazendo natação à tarde, e voltando para casa no final do dia.

No filme, também é mostrada a história de outras crianças com diversas vivências familiares, como a de uma menina que vive apenas com a mãe.

Apesar de as histórias das famílias serem diferentes, as escolas são iguais, com crianças andando, correndo, nas salas de aula, no refeitório, horários para entrar e sair, e barulho. As crianças são autônomas, vão e vêm da escola sozinhas, fazem seus deveres e preparam a comida que levam todos os dias.

Os irmãos têm um plano para juntar novamente seus pais, cuidam para que nenhum dos dois namore ou se interesse por outras pessoas. Querem a família reunida mais uma vez, mesmo tendo lembranças das brigas e agressões entre o casal. Também se lembram dos bons momentos vividos em família, conversam pelo telefone muitas vezes, sentem saudades um do outro, põem as notícias em dia. A mãe chora quando fala com o filho menor e há uma cena na qual o pai conversa com o filho mais velho. Os adultos trabalham muito.

Cada um faz o que precisa fazer, é como se aos adultos coubesse o difícil, o obrigatório, e às crianças coubesse viver a vida, sonhar, sorrir. Há uma avó que dança, mas a maioria dos adultos perdeu o brilho. O dia a dia dos pais passa a impressão de que a vida é um rol de obrigações sem direito a intervalo. Porém, já fomos crianças e sabemos que a infância não é só alegria, ela tem suas agruras.

É desse tempo que se lembram os professores da escola do mais velho quando o apoiam (...também cresci sem meu pai... se precisar de algo, conte comigo...) e a professora que sabe que eles não estão doentes quando fingem uma febre para poder sair da escola.

O filme se desenrola em torno de uma descoberta que o irmão mais velho faz na escola: se um pedido for feito no momento exato em que dois trens se encontram, ele será

ELIANA MARIA MOREIRA

*Psicóloga e
terapeuta de família
casal e indivíduo.
Coordenadora
educacional da Ponto
de Partida Escola de
Educação Infantil.
Facilitadora de
processos grupais e
supervisora clínica.*

atendido. Então Koishi começa a montar um plano para encontrar o irmão mais novo para que vejam os trens e tenham finalmente os desejos realizados. Forma-se uma grande rede de solidariedade entre os amigos para ajudá-los a conseguir este feito, cada um em sua cidade, mas ligados pelos mesmos desejos, que são escritos em uma bandeira branca.

O desejo do mais velho é que o vulcão entre em erupção para que a família seja obrigada a se reunir novamente na cidade, o mais novo quer que a carreira do pai decole, o amigo pede que seu pequeno cão doente não morra, uma menina quer ser bailarina e assim tudo isso é escrito em uma bandeira branca que eles carregam para colocar no exato momento do encontro dos trens.

Crianças em ação, planos em andamento.

Em uma linda cena do filme, um policial desconfia do grupo de crianças sozinhas e elas seguem até uma casa onde mora um casal e se dizem netos deles. Nessa cena, a mulher prontamente concorda com essa afirmação e faz com que entrem na casa, alimentando-os e colocando todos para dormir para que no dia seguinte possam seguir viagem rumo aos trens e aos desejos diversos de cada um.

Colocar à prova, concretizar, agir para chegar onde se quer com os meios disponíveis no momento.

Coisa de criança? Só a elas é dada essa possibilidade? Ou só elas são capazes de tamanha ousadia?

Barulho de trens se aproximando, bandeira na mão, corações disparados, o cachorro dentro da bolsa, tudo lá, a sorte lançada... os trens se encontram...

Nessa hora, para mim a melhor parte, os olhos confiantes e brilhantes, eu pensei: “Quando perdemos isso? Quando nossas esperanças se vão? Elas se vão? Ou se transformam?”

O mais velho abre mão de seu pedido inicial, da explosão do vulcão, pensando nas consequências disso para o mundo e para as outras pessoas. É um momento forte no qual troca seu desejo mágico por um mais realista.

Ao mesmo tempo, quando abrem a bolsa constata-se que o cachorro que levavam está mais duro e mais gelado que no dia anterior e o desejo de ressurreição é transformado em um enterro num lugar próximo, para continuarem juntos.

Ao chegar em casa e receber a notícia de que a banda de seu pai havia sido convidada para cantar no rádio, o caçula abre seu melhor e maior sorriso e diz: “Eu sabia disso.” Sua infância ganha mais um tempo de vida.

Eles se vão e a bandeira continua lá... mágica, tremulando sozinha.

E aí... respondeu a pergunta inicial?

Na minha pesquisa, apurei que as crianças (com idade até 7 anos) desejam: ser super-heróis, maiores, adultas, mágico, médico, bailarinas, atores, animais selvagens, pássaros, saber ler e escrever e mais uma infinidade de desejos. Coisas de criança?

Os adultos desejam ter: aposentadoria, casa na praia, casamento, carro, filhos na universidade, casa própria, saúde, desejos de ter. Segurança? Coisas de adulto?

Gosto de pensar na vida como uma sucessão de fases que vivenciamos, cada um de uma maneira muito particular e única, na direção de uma aprendizagem diária e de um se desenvolver sempre.

Penso que cada uma delas tem sua magia e seu desafio.

O que eu mais desejo é ter um significado para o viver, ser aquela que não se acomoda, ao contrário, se espanta com o existir e com esse “não tem jeito” que é ser gente.

Tomara tenhamos uma bandeira branca tremulando ao vento com muitos desejos renovados a cada tempo.

Tomara tenhamos presente, a cada fase, a criança que um dia fomos.

Tomara!

MAPAS DA PRÁTICA NARRATIVA

ESTANTE DE LIVROS

Resenha do livro: **White**, Michael. *Mapas da prática narrativa*. São Paulo: Pacartes, 2012.

Originalmente publicado em 2007, este livro, que acaba de ser traduzido para o português, vem como um grande presente para aqueles que já se interessam ou que desejam conhecer as práticas narrativas. Um ano antes de sua prematura morte, talvez por alguma inspiração divina, Michael White revisitou seu trabalho e os caminhos percorridos nos mais de 20 anos a serviço da re-escritura de histórias preferidas de dignidade e reautoria, deixando-nos como testamento e herança viva o *Mapas da prática narrativa*. Sabemos que os mapas não são o território, mas, certamente, aquele que seguiu-os vai descobrir que poderá chegar a horizontes preferidos e deslumbrantes, percorridos com a criatividade e as idiossincrasias de cada viajante envolvido na realização de um trabalho sério, cuidadoso e instigador, tendo como mentora a sempre presença de Michael White.

Este livro inspira e emociona. Desde a sua primeira página na qual há uma dedicatória para sua mãe a quem atribui as qualidades de amorosa, generosa e incansável na sua intenção de que seus filhos tivessem oportunidades que a ela não haviam estado disponíveis. E, curiosamente, conforme vamos mergulhando na sua leitura, podemos ter a mesma impressão em relação a Michael: sua generosidade, sua dedicação em descrever minuciosamente, ilustrar com histórias reais de terapias que realizou, refletir sobre e oferecer para cada terapeuta dos mais diversos territórios, “uma bússola e uma legenda para navegar pelos domínios da práticas narrativas”, conforme Jill Freedman se refere ao apresentar este livro. Como o próprio Michael nos diz, estes mapas foram construídos ao longo dos anos, atendendo aos inúmeros pedidos das pessoas para que tornasse transparentes os processos terapêuticos que desenvolveu. Mais do que compartilhar seus álbuns de fotografias dos cenários exóticos que percorreu durante sua vida de terapeuta criativo e competente, Michael nos convida a nos aventurarmos nas nossas próprias viagens com aqueles que nos procuram trazidos pelos seus dilemas, preocupações e problemas.

A metáfora dos mapas para seu trabalho nasceu da importância que os mapas geográficos tiveram para expandir seus horizontes, indo além dos limites de seu restrito mundo de infância. Permitiram-lhe sonhar com outros mundos, com paisagens exuberantes, deslumbrantes e inimagináveis nos limites do que lhe era conhecido e familiar. O mais fascinante de seguir os mapas narrativos de Michael, conforme o entendo, é que, no que se refere às práticas narrativas, estes mapas nos convidam a embarcar numa viagem que paradoxalmente nos envolve numa jornada cujas rotas e o destino não são previsíveis no início do caminho. Mas, qualquer que seja ele, Michael nos apresenta nos relatos das histórias vividas com as pessoas que o acompanharam nas suas viagens que as estradas do mundo da experiência nos surpreendem sempre com paisagens deslumbrantes, que abrem novas maneiras de se encontrar com significados preferidos para a própria vida. Michael ressalta que, assim como toda viagem tem uma diversidade de rotas possíveis, as conversações nos contextos de terapia têm seus caminhos imprevisíveis, conforme se aventuram por territórios negligenciados pelas narrativas dominantes sobre a vida e as experiências.

As principais áreas para desenvolver uma prática narrativa estão minuciosamente descritas neste livro com ilustrações de histórias que Michael viveu com pessoas que

MARILENE GRANDESSO

INTERFACI - Instituto de Terapia; Família, comunidade, casal e indivíduo, NUFAC – Núcleo de Família e Comunidade da PUC-SP

o procuraram. Servindo de porta de entrada para aquele que ingressa no mundo das práticas narrativas, este livro também convida o já familiarizado com a abordagem a ir além, ousando e improvisando conforme libera sua espontaneidade. Organizado a partir das diferentes possibilidades de estar em relação com pessoas em contextos de terapia, cada prática é descrita nos seus propósitos e passos para orientar o terapeuta na sua jornada do conhecido e familiar para o possível de conhecer no mundo da vida.

Assim, são apresentados os diferentes mapas, cada um deles oferecendo subsídios para conversações possíveis com propósitos específicos:

- conversações de externalização – deixando muito claro não se tratar de uma técnica, Michael ressalta a importância dessas conversações para libertar a pessoa do efeito definidor do *self* oriundo das tecnologias de poder que constroem histórias de identidade limitadas;
- conversações de reautoria, que, tecendo os fios entre os cenários da ação e da identidade, convidam a revisitar os contextos da vida vivida e os significados preferidos no campo de valores, aprendizados, propósitos e compreensões intencionais, na construção de histórias mais ricas e libertadoras;
- conversações de lembrança, apoiadas na importância de ressaltar as contribuições dos outros significativos nas histórias de valor que cada pessoa tem;
- a prática das cerimônias de definição, inspirada no trabalho da antropóloga Barbara Myerhoff, ressaltando a importância das audiências como legitimadoras de versões preferidas de histórias de identidade;
- o envolvimento de testemunhas externas como parte dos processos reflexivos de outros significativos na construção de histórias mais ricas;
- as conversações que ressaltam acontecimentos singulares, convidando o terapeuta a despertar sua sensibilidade para a poética do encontro terapêutico;
- as conversações que constroem andaimes, uma forma criativa de entretecer teoria e prática, inspirada nas ideias de Vygotsky, ressaltando a importância do outro na formação de novos conceitos e destaque para valores preferidos.

Os capítulos que apresentam cada uma dessas práticas nos permitem conhecer alguns dos interlocutores de Michael White nas descobertas e sistematização de sua prática, os fundamentos de sua abordagem pós-estruturalista, sua visão não essencialista de *self* e a compreensão do processo de terapia como um caminho construído, tendo no centro a pessoa do cliente numa jornada sempre instigante por mundos imprevisíveis e surpreendentes. A presença de Bateson, Foucault, Derrida, Bruner, Vygotsky, Barbara Myerhoff, Clifford Geertz e Gaston Bachelard no trabalho de Michael White ressalta sua compreensão da prática terapêutica como transversal aos territórios disciplinares e engajada no tempo e história. Uma terapia sem fronteiras, transitando desde os espaços clínicos tradicionais dos consultórios até as mais singulares comunidades com suas distintas culturas. As práticas narrativas que Michael White nos ajudou a construir e nos estimula a desenvolver respondem às demandas de nossos tempos e os dilemas que elas nos apresentam. Ao cruzar a linha de chegada ao final das 319 páginas deste livro, acredito que o leitor terá o desejo de iniciar de novo a jornada. A cada vez que leio este livro, desde que foi publicado em inglês, descubro como são incríveis os caminhos da vida e quantas oportunidades estão ali para cada pessoa, reconhecidas suas competências e legitimados seus direitos enquanto um ser humano vivente. Nos manguezais da existência, as conversações sugeridas pelos mapas narrativos permitem-nos ressaltar os nutrientes que surgem e crescem no

encontro das águas dos rios da experiência e dos mares de possibilidades. O resultado dessa prática convida o terapeuta a manter acesa a chama da esperança e deixar-se conduzir pela crença de que a vida vale a pena e suas possibilidades estão sempre presentes e que embarcar nessa viagem, seguindo esses mapas, conduz a cenários surpreendentes.

NORMAS PARA A PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista *Nova Perspectiva Sistêmica* publica, além de trabalhos na área de terapia de família, artigos que versem sobre práticas sistêmicas em contextos amplos, comunidades, redes sociais, grupos e outros temas relacionados ao construcionismo social. Ela é dirigida a profissionais e estudantes das áreas de psicologia, serviços sociais, direito, psiquiatria e a quaisquer outras carreiras e atividades que abordem a teoria sistêmica. Seu conteúdo é produzido por especialistas. Sua preocupação com a seleção de temas e autores garante a qualidade e a credibilidade deste que é um dos mais importantes veículos voltados à prática sistêmica no Brasil.

Para colaborar com revista *NPS*, mande seu trabalho para avaliação do nosso Conselho Editorial. Os textos podem ser enviados nos seguintes formatos:

- **Artigos**
- **Estante de livros:** resenha de livros publicados sobre temas relevantes para a linha editorial da revista.
- **Conversando com a mídia:** comentários, reflexões ou ensaios sobre temas presentes em todos os tipos de mídia: cinema, televisão, internet, literatura etc.
- **Ecos:** comentários e reflexões suscitados por artigos publicados em uma edição anterior.
- **Família e comunidade em foco:** relatos de experiências ou entrevistas que tenham conexões diretas com as práticas sistêmicas nos diversos contextos.

Os artigos destinados à publicação devem obedecer aos seguintes requisitos:

1. O texto deve ter o máximo de 15 páginas, com espaçamento simples, em fonte *Times New Roman*, corpo 12 e deve ser enviado em formato RTF.
2. As ilustrações contidas nos artigos (quando for o caso) não devem exceder $\frac{1}{4}$ do espaço do texto. As figuras, imagens e tabelas deverão ser enviadas em formato .JPG ou .TIF, no modo de cor *grayscale* (tons de cinza), em alta resolução (maior ou igual a 300 dpi).
3. O(s) artigo(s) deve(m) incluir título (em português e em inglês), nome(s) do(s) autor(es), qualificação do(s) mesmo(s), nome da instituição a que está(ão) vinculado(s), cidade, país e e-mail.
4. Os artigos devem conter um resumo de aproximadamente 100 palavras e a indicação de palavras-chave (ambos em português e em inglês).
5. As referências devem seguir as normas da APA. Citações ao longo do texto devem respeitar o seguinte padrão: sobrenome do autor e ano da publicação (Russo, 1997).
6. Após a publicação, o artigo passa a ser propriedade da revista. A reprodução em outro veículo deverá conter referência ao nome e ao número da revista.
7. A revista aceita a divulgação do artigo em outra publicação, desde que informada previamente. Tudo que implique ação legal é de responsabilidade exclusiva do autor.
8. A revista aceita divulgar artigos que já tenham sido publicados anteriormente desde que sejam informados a data e o periódico em que foi publicado.
9. O artigo não deve infringir nenhuma norma ética, sobretudo a de proteger a identidade de pacientes mencionados em relatos clínicos.
10. A aprovação de artigos é subordinada à apreciação de pareceristas e membros do Comitê Editorial.

APRECIACÃO DOS TEXTOS

- Os textos apresentados serão submetidos à apreciação de pareceristas, que poderão aprová-los diretamente para publicação, aprová-los mediante alterações sugeridas ou recusá-los.
- Após aprovados, os textos serão revisados, diagramados e publicados.
- Os originais, mesmo quando não publicados, não serão devolvidos.
- Cada artigo publicado dá ao(s) autor(es) o direito a receber um (01) exemplar da revista.
- Os conceitos e afirmações expressos nos artigos são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

Para submeter seu artigo, envie uma cópia por e-mail: editora@noos.org.br

EXEMPLO DE REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Livro:

Toffler, A. (1994). O choque do futuro (5a ed.). Rio de Janeiro: Record.

Parte de livro:

Tanguy, L. (1997). Competências e integração social na empresa. In: F. Ropé & L. Tanguy (Orgs.). Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa. Campinas, SP: Papyrus.

Parte de publicação periódica:

Watson, M. W. (1994). Vector autoregressions and cointegration. In: R. F. Engle & D. L. McFadden (Ed.). Handbook of Econometrics (Vol. 4, Chap. 47, pp. 2843-2915). Amsterdam: Elsevier.

Monografia, dissertação ou tese:

Nogueira, E. E. S. (2000). Identidade organizacional – um estudo de caso do sistema aduaneiro brasileiro. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Informações retiradas da internet:

Famá, R., & Melher, S. (1999). Estrutura de capital na América Latina: existiria uma correlação com o lucro das empresas? Recuperado em 15 abril, 2004, de <http://www.fia.com.br/labfin/pesquisa/artigos/arquivos/1.pdf>

Anais:

Ayres, K. (2000, setembro). Tecno-stress: um estudo em operadores de caixa de supermercado. Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Florianópolis, SC, Brasil, 24.

MISSÃO DA REVISTA *NOVA PERSPECTIVA SISTÊMICA*

DIVULGAR INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS sobre as teorias e práticas sociais sistêmicas, narrativas e relacionais e as inovações dialógicas decorrentes dessas raízes, contribuindo para a formação de profissionais das ciências humanas, sociais e da saúde e o aperfeiçoamento de suas práxis, colaborando para um aumento do bem-estar da população brasileira por eles assistida.

A *NOVA PERSPECTIVA SISTÊMICA* foi a primeira revista especializada em Terapia de Família a ser publicada em português. Desde 1991, convivem na revista mestres brasileiros e estrangeiros que influenciaram nossa forma de pensar e trabalhar, além de autores menos conhecidos que puderam, a partir da publicação de seus trabalhos, iniciar sua participação na comunidade de terapeutas de família.

A revista é produzida por uma parceria entre o Instituto Noos, do Rio de Janeiro, o Instituto Familiae e o Interfaci – ambos de São Paulo.

Essas três instituições de referência buscam ampliar a linha editorial para incluir cada vez mais ações ligadas a comunidades, grupos e redes sociais.

Desde 2011, a revista NPS está indexada pelo Clase e pelo Sistema Latindex. Desde 2012, está classificada no extrato B3 da Qualis.